



n . 2
Abr-Jun
2 0 2 6

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Maria Clara Dutra Pontes

Marianna Albuquerque

Marília Closs

Matheus Petrelli

Lucas Berti

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

O VALOR ESTRATÉGICO DA AUTONOMIA BRASILEIRA EM MEIO A UMA GEOPOLÍTICA FRAGMENTADA

MARIANNA ALBUQUERQUE, MARIA REGINA SOARES DE LIMA E DIOGO IVES.....PÁGINA 04

ARTIGOS

TERRAS RARAS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE RECURSOS ESTRATÉGICOS NO SÉCULO XXI

ANDRÉ LUIZ COELHO FARIAS DE SOUZA E AMANDA DE OLIVEIRA PALERMOS PEREIRA.....PÁGINA 07

CLIMA E AMAZÔNIA NA AGENDA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: A RETÓRICA DA RESISTÊNCIA DO BRASIL

GIOVANNI HIDEKI CHINAGLIA OKADO E GABRIELA ALVES CAXETA LÔBO.....PÁGINA 16

MONITOR ELEITORAL - AS ELEIÇÕES GERAIS DO PERU EM 2026

LUCAS CALABRÓ BERTI.....PÁGINA 29

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: ABRIL DE 2026

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 37

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: MAIO DE 2026

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 48

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: JUNHO DE 2026

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 60

Editorial

O valor estratégico da autonomia brasileira em meio a uma geopolítica fragmentada

Vivemos um momento em que a política internacional é, frequentemente, interpretada a partir de acontecimentos conjunturais ou de mudanças de governo. Nesse contexto, quando perguntamos como o Brasil deve reagir ao alinhamento de alguns países da América do Sul aos Estados Unidos, corremos o risco de reduzir uma transformação estrutural da ordem internacional a uma questão meramente eleitoral ou ideológica. Talvez a pergunta que devamos fazer seja outra: o que realmente mudou na América do Sul? Mudou apenas a orientação política de alguns governos, ou estamos diante de uma alteração mais profunda na configuração do sistema internacional?

Nossa leitura é a de que a América do Sul voltou a adquirir importância estratégica para as grandes potências, não porque a região tenha aumentado significativamente seu poder relativo, mas porque o sistema internacional mudou. A rivalidade entre Estados Unidos e China deixou de ser predominantemente comercial e passou a estruturar praticamente todas as dimensões da competição internacional: infraestrutura, tecnologia, minerais críticos, inteligência artificial, energia, segurança alimentar e cadeias produtivas. Nesse contexto, a América do Sul deixa de ser uma periferia relativamente estável e volta a ocupar um espaço relevante nesta competição estratégica.

Sob essa perspectiva, Donald Trump não representa propriamente a origem desse movimento, mas um acelerador de tendências que já vinham se consolidando, representadas por uma tensão característica do cenário internacional contemporâneo: de um lado, observamos uma crescente fragmentação geopolítica; de outro, uma profunda interdependência econômica. Os países, muitas vezes, afastam-se politicamente, mas permanecem fortemente integrados por fluxos comerciais, investimentos, infraestrutura e cadeias produtivas. É justamente essa tensão que nos ajuda a compreender por que um eventual alinhamento político de governos latino-americanos com Washington não significa, necessariamente, um reposicionamento estratégico completo da região.

Uma vez reconhecido esse ambiente de competição entre grandes potências, surge uma segunda questão: afinal, o que significa afirmar que determinados países da América do Sul estão alinhados aos Estados Unidos? Como alinhamento político e alinhamento estratégico não são, necessariamente, o mesmo fenômeno, a experiência recente da região demonstra alguns indícios. A Argentina de Javier Milei busca uma aproximação política inédita com Washington, mas continua profundamente vinculada ao mercado chinês para exportações, investimentos e financiamentos. O Chile preserva excelentes relações com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que mantém a China como seu principal parceiro comercial. O Peru abriga um dos maiores investimentos chineses em infraestrutura da América Latina, representado pelo Porto de Chancay, independentemente das mudanças ocorridas em seus governos. O Paraguai mantém seu reconhecimento diplomático de Taiwan, mas continua inserido em uma dinâmica econômica regional que passa, necessariamente, pelo Mercosul e por outros mercados.

Esses exemplos revelam uma característica fundamental da economia internacional contemporânea: ela não acompanha automaticamente os ciclos políticos. Cadeias produtivas, investimentos, infraestrutura e fluxos comerciais possuem elevada inércia e não se reorganizam a cada mudança de governo. Além disso, já não vivemos em um sistema internacional organizado por blocos rígidos e excludentes. Vivemos, cada vez mais, em um ambiente de sobreposição de parcerias, no qual os países cooperam com diferentes atores conforme seus interesses específicos: segurança com um parceiro, comércio com outro, tecnologia com um terceiro e financiamento com um quarto.

A literatura contemporânea em Relações Internacionais descreve esse comportamento como uma estratégia de multi-alinhamento. Em vez de aderirem integralmente a um único bloco, muitos países procuram diversificar seus vínculos externos, cooperando, simultaneamente, com diferentes parceiros de acordo com o tema em questão. Não se trata de neutralidade nem de equidistância, mas de uma estratégia

voltada à ampliação da margem de decisão. A pergunta mais relevante, portanto, não é quem está alinhado com quem, mas quem ainda preserva capacidade de escolha. Em um ambiente no qual diferentes polos de poder disputam parceiros, mercados, infraestrutura, cadeias produtivas e legitimidade internacional, os países capazes de dialogar simultaneamente com múltiplos atores tendem a ampliar sua capacidade de negociação e sua liberdade de ação.

É justamente nesse ponto que se insere a vantagem comparativa da posição brasileira. Durante muito tempo, a autonomia foi compreendida como um princípio tradicional da política externa do Brasil. Hoje, porém, ela assume um significado adicional: transforma-se em um instrumento de autonomia estratégica para um multi-alinhamento. Em um sistema internacional mais fragmentado e competitivo, preservar capacidade de decisão deixa de ser apenas uma tradição diplomática e passa a representar um ativo concreto de poder.

O Brasil chega a esse cenário de confrontação com um patrimônio diplomático construído ao longo de décadas. Este não se resume à tradição do Itamaraty, mas à capacidade institucional de participar, ao mesmo tempo, de diferentes espaços de governança internacional e de transitar entre eles com legitimidade. Poucos países conseguem atuar simultaneamente nos BRICS, no G20, no Mercosul, nas Nações Unidas, nas conferências climáticas, em coalizões do Sul Global, mantendo diálogo consistente com a União Europeia, os Estados Unidos, a China e, cada vez mais, com parceiros estratégicos como a Índia. Essa diversidade não deve ser compreendida como uma contradição ou uma ausência de posicionamento. Ao contrário, ela constitui precisamente uma fonte de poder diplomático. Em outras palavras, a fragmentação da ordem internacional aumentou, e não reduziu, o valor da autonomia estratégica brasileira.

Se o Brasil dispõe dessa capacidade de articulação e desse patrimônio diplomático, cabe então uma última reflexão: o que poderia fazê-lo perder relevância? Paradoxalmente, o maior risco talvez não esteja nas transformações do sistema internacional, mas na forma como reagimos a elas.

Em momentos de intensa polarização internacional, existe sempre a tentação de reduzir a política externa à lógica dos alinhamentos exclusivos, como se fosse necessário escolher definitivamente entre Washington e Pequim, entre Norte e Sul, entre Ocidente e BRICS. Essa, contudo, parece ser uma falsa escolha. A crescente fragmentação da ordem internacional reduz o espaço para políticas externas baseadas em alinhamentos automáticos e amplia o valor de estratégias capazes de combinar flexibilidade, previsibilidade e diversificação de parcerias.

Historicamente, o Brasil nunca construiu sua influência internacional por meio de alinhamentos automáticos. Ao contrário, seus momentos de maior projeção coincidiram justamente com aqueles em que conseguiu ampliar suas opções de política externa, diversificar parcerias e preservar sua capacidade de decisão. Em última análise, talvez a principal vantagem das potências intermediárias no século XXI não seja maximizar alinhamentos, mas maximizar opções. Autonomia significa hoje ter opções variadas de ação internacional, o que implica não apenas diversificar parcerias numericamente, mas também manter e ampliar, qualitativamente, as existentes nos temas e espaços que forem possíveis. A maior vantagem estratégica de um país não está em possuir aliados permanentes, mas em preservar a capacidade de construir múltiplas parcerias sem perder de vista seus objetivos nacionais. O desafio brasileiro, portanto, não é escolher um lado. É continuar tendo capacidade para escolher.

Nesta edição do Boletim OPSA, contamos com duas colaborações externas que ajudam a entender alguns desafios da política externa brasileira hoje. André Coelho e Amanda Pereira explicam a importância das terras raras que o Brasil detém para setores vitais da economia global hoje, como o tecnológico, o energético e o de defesa. Por sua vez, Giovanni Okado e Gabriela Lôbo analisam as coalizões de países que disputam, dentro do Conselho de Segurança da ONU, os rumos do debate sobre securitização da agenda de mudanças climáticas, como ele afeta a Amazônia e qual é a posição do Brasil nele. Na sequência, Lucas Berti, pesquisador do OPSA, descreve as recentes eleições gerais no Peru e aponta algumas consequências políticas da vitória de Keiko Fujimori para a presidência do país. Finalmente, publicamos os monitores de abril, maio e junho de 2026 elaborados por toda a equipe do OPSA no âmbito do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, financiado pela FAPERJ.



Rio de Janeiro, 28 de julho de 2026

Marianna Albuquerque
Maria Regina Soares de Lima
Diogo Ives

Coordenadores do OPISA



Terras raras e política externa brasileira: um estudo exploratório sobre recursos estratégicos no século XXI

André Luiz Coelho Farias de Souza¹
Amanda de Oliveira Palermo Pereira²

Introdução

Os recursos naturais desempenham um papel central e determinante nas relações internacionais contemporâneas, atuando tanto como motores fundamentais para o desenvolvimento nacional quanto como instrumentos de poder, influência e disputa direta entre os Estados. No cenário do século XXI, essa dinâmica ganhou contornos de maior complexidade com a ascensão de um conjunto específico de dezessete elementos químicos, conhecidos como elementos de terras raras, que passaram a assumir uma importância crescente devido ao seu caráter estratégico para setores vitais da economia global, como o tecnológico, o energético e o de defesa (Deutsche Welle, 2025b). Embora esses elementos não sejam propriamente escassos na crosta terrestre, ocorrendo em concentrações que demandam processos extremamente complexos de extração e refino (Bernardes, 2021), sua indispensabilidade para a fabricação de dispositivos eletrônicos, motores de alta eficiência, sistemas de defesa e equipamentos associados à transição energética consolidou um valor geopolítico sem precedentes.

A relevância internacional das terras raras intensificou-se nas últimas décadas em razão da sua presença obrigatória na produção de tecnologias de ponta, como semicondutores e veículos elétricos (Deutsche Welle, 2025b). Atualmente, o mercado global é marcado por uma assimetria produtiva profunda, com a China sendo responsável pela maior parte da extração e pela quase totalidade do refino mundial (Deutsche Welle, 2025b). Essa concentração transformou as terras raras em um recurso de disputa geopolítica, servindo como ferramenta de pressão política em crises diplomáticas, como observado no episódio da restrição chinesa à exportação desses minerais ao Japão, em 2010 (Evenett; Fritz, 2010), em meio a disputas territoriais. Tal cenário exemplifica como esses minerais transcendem sua utilidade econômica para se tornarem instrumentos de coerção e soberania no tabuleiro internacional.

Considerando o contexto global de busca por segurança nas cadeias de suprimento, o Brasil se apresenta como um ator de enorme potencial, uma vez que detém a segunda maior reserva mundial de terras raras (Lins; Vera; Dourado, 2025). Entretanto, observa-se que a exploração nacional ainda é incipiente e a presença desses minerais na formulação de políticas públicas e diretrizes de política externa é notadamente limitada. Existe um descompasso gritante entre o porte geológico do país e sua projeção diplomática e industrial. Diante dessa realidade, o presente artigo busca investigar como as terras raras se configuram como recurso estratégico no cenário internacional do século XXI e de que forma o Brasil incorpora, ou deixa de incorporar, esse debate em sua política externa.

Sendo assim, defendemos que, embora as terras raras sejam recursos indispensáveis para os setores tecnológico e militar, o Brasil não as integra de forma consistente à sua política externa devido a limitações tecnológicas, industriais e institucionais. Tais barreiras dificultam a transformação do potencial mineral em um instrumento efetivo de inserção internacional, resultando em um subaproveitamento estratégico frente à crescente relevância desses minerais.

O artigo está estruturado de forma a acompanhar a progressão lógica do tema. Inicialmente, serão abordados os fundamentos e a importância estratégica das terras raras, detalhando suas aplicações tecnológicas e militares. Em um segundo momento, analisaremos o panorama das reservas mundiais e a

¹Professor Associado da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Coordenador do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (Grisul). Email: andre.souza@unirio.br

²Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PEPI/IE-UFRJ). E-mail: amandadeopp@gmail.com.

hegemonia produtiva chinesa. Em seguida, apresentaremos o caso brasileiro, examinando a localização das reservas, o estado atual da exploração e o lugar que esses minerais ocupam nas políticas públicas nacionais. Por fim, o trabalho discutirá a inserção do tema na política externa brasileira e apresentará as considerações finais sobre os caminhos para a autonomia estratégica do país.

Terras raras: fundamentos e importâncias estratégica

A definição técnica dos elementos de terras raras é o ponto de partida fundamental para compreender a complexidade e a relevância que esses minerais adquiriram no sistema internacional contemporâneo. De acordo com a União Internacional de Química Pura e Aplicada (IUPAC), o termo designa um grupo de dezessete elementos químicos, composto pelo escândio (Sc), pelo ítrio (Y) e pelos quinze elementos conhecidos como lantanídeos, que se estendem do lantânio (La) ao lutécio (Lu) (Connelly *et al.*, 2005, p.51). Esses elementos pertencem à mesma família química e apresentam propriedades muito semelhantes entre si, o que explica por que costumam ser encontrados juntos na natureza, misturados nos mesmos minerais. No entanto, a expressão “terras raras” é tecnicamente incorreta, tendo surgido entre os séculos XVIII e XIX, quando esses elementos começaram a ser isolados a partir de seus minerais. Naquela época, acreditava-se que tais materiais fossem escassos, pois haviam sido identificados apenas em poucas regiões da Europa, mas o avanço das pesquisas demonstrou que muitos deles são abundantes na crosta terrestre, como o cério e o lantânio, sendo mais comuns do que metais como a prata, o chumbo e o níquel (De Souza Filho; Serra, 2014). Mesmo os elementos menos frequentes do grupo, como o túlio e o lutécio, ocorrem em quantidades superiores à da prata e do bismuto (Martins; Isolani, 2005).

A trajetória histórica da descoberta e do isolamento desses minerais revela o enorme desafio científico que sua separação impôs aos pesquisadores ao longo de quase dois séculos. O interesse começou em meados do século XVIII, com o mineralogista sueco Axel Frederik Cronstedt identificando, em 1751, um mineral pesado que continha o elemento cério. Em 1787, Carl Axel Arrhenius encontrou em uma pedreira de Ytterby um mineral escuro que nomeou de ytterbita (Martins; Isolani, 2005), material que permitiu ao químico finlandês Johan Gadolin isolar, em 1794, uma substância desconhecida chamada “ítria”. Gadolin é hoje reconhecido como o pai da química das terras raras devido a esse trabalho pioneiro (De Souza Filho; Serra, 2004). A dificuldade em isolar cada um dos elementos residia na enorme semelhança entre eles, com variações mínimas no tamanho dos átomos e na solubilidade de seus compostos, o que levou cientistas a acreditarem, por muito tempo, que misturas complexas eram substâncias puras. Essa proximidade química explica por que as terras raras quase sempre ocorrem associadas na natureza em depósitos minerais mistos (De Souza Filho; Galaço; Serra, 2019).

O avanço definitivo no processamento e isolamento desses metais ocorreu apenas no século XX, profundamente ligado ao desenvolvimento científico militar durante a Segunda Guerra Mundial. No âmbito do Projeto Manhattan, as pesquisas voltadas à separação de elementos radioativos para a energia nuclear acabaram por aperfeiçoar as técnicas de isolamento das terras raras (De Souza Filho; Galaço; Serra, 2019). Este marco histórico foi decisivo para permitir a produção em larga escala de amostras puras, abrindo caminho para o uso desses metais em diversas aplicações civis e militares e transformando o seu refino em um setor altamente estratégico caracterizado pela concentração tecnológica e industrial em poucos países.

O valor estratégico das terras raras hoje transcende a dimensão econômica e insere-se diretamente nos campos da segurança nacional e da disputa geopolítica global. Esse caráter estratégico deriva de três fatores estruturais: a sua indispensabilidade para setores tecnológicos e militares de ponta, a concentração extrema de sua produção e refino, e a ausência de substitutos técnicos viáveis para a maioria de suas aplicações. Segundo a literatura de Relações Internacionais, um recurso torna-se estratégico não apenas por sua escassez física, mas por possuir quatro dimensões fundamentais: a essencialidade em relação ao seu papel produtivo e tecnológico; a massividade, que indica a impossibilidade de substituí-lo nos processos industriais; a vulnerabilidade, ligada à localização e disponibilidade das reservas; e a escassez que intensifica a competição entre os Estados (Rodrigues, 2015, p. 45, apud Junior, 2018, p. 15). As

terras raras materializam perfeitamente essas dimensões, sendo elementos cujo controle e posse definem posições de poder material e estrutural no sistema internacional.

Aplicações tecnológicas e o setor de defesa

A trajetória do consumo das terras raras reflete com precisão a transformação estrutural da economia mundial, evoluindo do predomínio industrial do século XX para a centralidade absoluta da inovação tecnológica no século XXI. Na década de 1970, a demanda era voltada essencialmente para setores de base, como a produção de catalisadores para o refino de petróleo e o polimento de vidros ópticos (Abrão, 1994, p. 102-103). Entretanto, a revolução tecnológica das décadas seguintes exigiu o uso individualizado desses elementos em funções de altíssima complexidade. O diferencial das terras raras reside na sua estrutura atômica, que permite manter propriedades magnéticas e ópticas únicas mesmo em ambientes químicos agressivos (De Souza Filho; Galaço; Serra, 2019), tornando-as componentes insubstituíveis para a miniaturização eletrônica e para a eficiência energética contemporânea (Abrão, 1994, p. 103-104).

No campo da alta tecnologia, esses elementos são os pilares de dispositivos que definem a vida moderna. Elementos como o európio, o térbio e o ítrio foram fundamentais para a revolução das telas coloridas (dispositivos RGB) e hoje garantem o desempenho superior de LEDs, telas de plasma e lâmpadas fluorescentes compactas (De Souza Filho; Galaço; Serra, 2019). Além da eletrônica de consumo, as terras raras desempenham papel vital na sustentabilidade e na medicina. A propriedade luminescente dos lantanídeos permite seu uso como marcadores biológicos fluorescentes e em sistemas de segurança para a autenticação de passaportes e cédulas monetárias (Bernardes, 2021). Na óptica, o cério destaca-se pela capacidade de absorver radiação ultravioleta, sendo essencial para proteger materiais sensíveis e fabricar vidros oftálmicos (Abrão, 1994, p. 104). Já no setor de energia, catalisadores contendo lantânio e cério são cruciais para o refino de petróleo (De Souza Filho; Galaço; Serra, 2019), aumentando drasticamente a produtividade petroquímica mundial.

O caráter estratégico desses minerais atinge seu ápice no setor de defesa e segurança nacional, no qual suas propriedades físicas são convertidas em vantagens militares decisivas. Ímãs permanentes de alta potência, compostos de samário-cobalto e neodímio-ferro-boro, permitem a fabricação de motores elétricos compactos e eficientes, indispensáveis para a propulsão de submarinos, aeronaves de última geração e mísseis guiados. Esses materiais são preferidos por reduzirem significativamente o peso e o volume dos equipamentos, garantindo maior mobilidade em contextos de combate. Além disso, as terras raras são vitais em tecnologias de detecção e comunicação, integrando radares, sonares, óculos de visão noturna e sistemas de posicionamento global (GPS) (De Souza Filho; Galaço; Serra, 2019).

A aplicação desses elementos estende-se, ainda, à precisão tática e à segurança nuclear. Lasers de neodímio são amplamente empregados em sistemas de mira e telemetria, oferecendo exatidão milimétrica em operações de defesa (Abrão, 1994, p. 103; De Souza Filho; Galaço; Serra, 2019). Na indústria nuclear, elementos como o gadolínio, o samário e o európio funcionam como “venenos queimáveis” em barras de controle, absorvendo nêutrons para assegurar a estabilidade e a segurança operacional dos reatores (Abrão, 1994, p. 106-107). Complementarmente, o cério é utilizado na construção de visores resistentes à radiação em instalações nucleares (Abrão, 1994, p. 107). Esse conjunto de aplicações evidencia que a dependência de cadeias globais de terras raras não é apenas uma questão comercial, mas uma vulnerabilidade que compromete a autonomia militar e tecnológica de qualquer Estado que não possua acesso estável a esses insumos.

O panorama das reservas mundiais e a hegemonia chinesa

A distribuição geográfica das terras raras no cenário global é caracterizada por uma concentração expressiva em um grupo restrito de países, o que estabelece uma assimetria estrutural que alimenta disputas geopolíticas e define as posições de poder no sistema internacional contemporâneo. De acordo

com os dados mais recentes do Serviço Geológico dos Estados Unidos, apenas oito países detêm aproximadamente 98% das reservas mundiais conhecidas, evidenciando a natureza estratégica e a centralidade desse recurso mineral para a segurança e a economia global (Coura, 2025). Nesse panorama, a China ocupa uma posição de dominância absoluta, detendo 44 milhões de toneladas de terras raras, o que representa cerca de 49% do total das reservas globais. O Brasil surge como o segundo maior detentor mundial, com estimativas de 21 milhões de toneladas (23,3%), seguido por países como a Índia, com 6,9 milhões de toneladas (7,7%), a Austrália, com 5,7 milhões (6,3%), a Rússia, com 3,8 milhões (4,2%) e o Vietnã, com 3,5 milhões. É notável que os Estados Unidos, apesar de sua importância tecnológica, detêm apenas 1,9% das reservas conhecidas, o que gera uma dependência estrutural de importações (U.S. Geological Survey, 2025, p. 145).

A liderança chinesa, entretanto, transcende a mera dotação geológica, sendo o resultado de uma estratégia de Estado deliberada e de longo prazo iniciada ainda na década de 1960 (CNN Brasil, 2025b). Enquanto outras potências dominavam o mercado, o governo chinês articulou uma abordagem multidimensional que incluiu a aquisição de empresas e patentes estrangeiras, apoio financeiro massivo à indústria doméstica e restrições legais à entrada de capital externo na mineração nacional. Essa estratégia permitiu que a China dominasse não apenas a extração, mas todas as etapas da cadeia produtiva, especialmente o processamento e o refino. Atualmente, o país controla aproximadamente 90% da capacidade mundial de refino de terras raras, o que lhe confere uma posição quase monopolista e um imenso poder estrutural sobre as cadeias de valor dependentes desses insumos (Coura, 2025; Deutsche Welle, 2025a).

A eficácia dessa dominância manifesta-se quando a capacidade produtiva é confrontada com a posse das reservas, revelando um desequilíbrio profundo no mercado internacional. Em 2024, a produção mundial totalizou 390 mil toneladas, das quais a China foi responsável por 270 mil toneladas, correspondendo a 69,2% da oferta global. Em contraste, o Brasil, apesar de possuir a segunda maior reserva do planeta, produziu apenas 20 toneladas no mesmo período, o que representa menos de 1% da produção global (U.S. Geological Survey, 2025, p. 145). Essa discrepância demonstra que o verdadeiro poder estratégico não reside apenas em possuir o minério bruto, mas em dominar as etapas de maior valor agregado, como o refino e a separação química, que são as fases mais difíceis de replicar tecnologicamente.

Essa concentração de mercado permitiu ao governo chinês transformar as terras raras em um instrumento explícito de pressão política e diplomática. O episódio mais emblemático ocorreu em 2010, durante uma disputa territorial com o Japão, quando a China impôs restrições às exportações que comprometeram severamente a indústria japonesa, evidenciando o potencial desestabilizador do uso político desses recursos (Agence France-Presse, 2010; Evenett; Fritz, 2010). Mais recentemente, em 2025, o tema voltou ao centro das tensões globais em resposta às tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos, levando a China a anunciar novos controles rigorosos sobre a exportação de terras raras. Tais medidas provocaram impactos imediatos na indústria ocidental (Maruf, 2025) e reforçaram os alertas da Agência Internacional de Energia, que classifica a dominância chinesa como um risco geopolítico significativo para a segurança energética e tecnológica global (Kim *et al*, 2025).

O Brasil e as terras raras: reservas e desafio de exploração

O Brasil consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos países com o maior potencial geológico para elementos de terras raras em todo o mundo. De acordo com dados recentes (U.S. Geological Survey, 2025, p. 145), o país detém aproximadamente 21 milhões de toneladas de óxidos de terras raras, o que corresponde a cerca de 23,3% das reservas globais conhecidas. Esse volume expressivo posiciona o Brasil como o detentor da segunda maior reserva mundial, situando-se atrás apenas da China e à frente de potências como a Índia e a Austrália. O peso das reservas brasileiras ganha relevância adicional no cenário internacional atual, marcado pela forte necessidade de diversificação de fornecedores e pela busca por segurança nas cadeias de suprimento de tecnologias digitais e equipamentos para a transição energética.

A distribuição espacial dos depósitos nacionais evidencia uma grande diversidade geológica, com concentrações identificadas principalmente nos estados de Minas Gerais, Goiás, Amazonas, Bahia e Sergipe. Em Minas Gerais, destaca-se a região de Araxá, que abriga a única reserva oficialmente reconhecida no país, além de novas pesquisas em Poços de Caldas e Tapira. Em Goiás, o empreendimento de Serra Verde representa um marco histórico, sendo considerado o primeiro projeto industrial de grande escala voltado às terras raras fora da Ásia, explorando depósitos de argila iônica essenciais para a oferta de elementos pesados. No Norte do país, a reserva de Seis Lagos, no Amazonas, possui recursos estimados em 43,5 milhões de toneladas, embora enfrente limitações legais por estar situada em áreas ambientalmente sensíveis (Serviço Geológico do Brasil, 2025). Além do território continental, a Elevação do Rio Grande, localizada na plataforma continental submarina, desponta como uma nova fronteira estratégica rica em telúrio e terras raras (Portal da Mineração, 2023).

Apesar desse cenário geológico promissor, a realidade produtiva brasileira revela um descompasso significativo, frequentemente caracterizado como um paradoxo entre a abundância de recursos e a produção marginal. Enquanto detém quase um quarto das reservas globais, dados de 2024 apontam que não havia minas plenamente operacionais em escala industrial consolidada, sendo a produção nacional restrita ao processamento de estoques antigos de monazita pelas Indústrias Nucleares do Brasil (Junqueira, 2025; Agência Nacional de Mineração, 2024). Essa diferença entre o potencial e a realidade efetiva demonstra que a mera existência de jazidas não garante uma posição de destaque no setor, dependendo de condições técnicas e estruturais que ainda limitam o avanço nacional.

Os obstáculos que impedem a consolidação da cadeia produtiva no Brasil são multidimensionais e envolvem gargalos tecnológicos, econômicos e regulatórios. O processamento desses minerais exige técnicas metalúrgicas altamente sofisticadas e um conhecimento prático acumulado que o país ainda busca desenvolver comercialmente. O alto custo de investimento inicial e a dependência de tecnologias externas são barreiras severas, somadas a um déficit de profissionais qualificados na área (CNN Brasil, 2025a). No campo regulatório, a morosidade administrativa no licenciamento ambiental atua como um forte entrave, podendo prolongar por até 16 anos a obtenção de todas as autorizações necessárias para a operação de novos empreendimentos (Junqueira, 2025).

Adicionalmente, os desafios ambientais e de segurança exigem uma governança rigorosa, dado que os processos de refino e purificação podem gerar resíduos tóxicos e radioativos. O cumprimento de normas de segurança ocupacional e protocolos de contenção de efluentes é indispensável para mitigar impactos sobre o solo e os recursos hídricos (Perry, 2025). No caso da exploração marinha na Elevação do Rio Grande, a complexidade aumenta devido à necessidade de tecnologias para águas profundas e de uma regulamentação internacional ainda inexistente. Entretanto, há sinais de uma possível inflexão nesse quadro: desde 2020, o número de autorizações para pesquisa geológica no país saltou de 40 para 1.361, revelando um renovado e forte interesse empresarial que pode, gradualmente, transformar a dotação mineral brasileira em capacidade produtiva consistente (Eixos, 2025).

O lugar das terras raras nas políticas públicas brasileiras

As terras raras vêm ocupando um espaço crescente na agenda mineral e tecnológica do Estado brasileiro, impulsionadas pelo aumento da demanda internacional e pelo reconhecimento do vasto potencial geológico nacional. Esse movimento expressa uma tentativa deliberada de reposicionar o país em relação aos minerais estratégicos, visando recuperar competências técnicas e criar condições para que o Brasil participe de forma mais ativa das transformações tecnológicas globais. O Serviço Geológico do Brasil (SGB) desempenha um papel central nesse processo ao conduzir o Projeto de Avaliação do Potencial de Terras Raras, integrado à linha de minerais estratégicos para a transição energética no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esta iniciativa busca ampliar o conhecimento geológico nacional (Serviço Geológico do Brasil, 2025), visto que atualmente apenas cerca de 30% do território brasileiro possui mapeamento adequado para esses elementos (Eixos, 2025), o que é fundamental para reduzir incertezas e atrair investimentos privados de longo prazo.

Paralelamente ao esforço de mapeamento, o governo federal e as administrações estaduais têm buscado recompor capacidades industriais por meio da criação de infraestruturas científicas e tecnológicas voltadas à verticalização da produção. Entre as iniciativas mais significativas, destaca-se a implantação do LabFabITR, um laboratório-fábrica em Minas Gerais dedicado à produção nacional de ímãs de neodímio-ferro-boro, componentes fundamentais para tecnologias de alto desempenho. Somam-se a esse esforço o fortalecimento de redes como o INCT PATRIA, que articula universidades e empresas para desenvolver aplicações avançadas, e a criação do Laboratório GraNioTer, focado em materiais estratégicos e inovação tecnológica (Agência Nacional de Mineração, 2024). Essas estruturas representam um esforço de reconstrução de competências que haviam sido desmobilizadas em décadas anteriores.

No plano legislativo e institucional, o Projeto de Lei nº 2780/2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), sinaliza um avanço relevante para dar previsibilidade ao setor. O projeto determina que a Agência Nacional de Mineração (ANM) priorize processos relacionados a esses minerais e estabelece a destinação de 0,4% da receita bruta das empresas para pesquisa e inovação, criando uma fonte estável de recursos para um campo intensivo em conhecimento. Em 2025, o governo reforçou essa orientação com o anúncio de uma política nacional específica para minerais da transição energética, visando fortalecer a segurança regulatória e valorizar práticas sustentáveis. A própria ANM acompanhou esse movimento com a criação de uma divisão especializada para monitorar projetos de terras raras desde a fase de pesquisa até a lavra (Meirelles, 2025).

Entretanto, apesar desses avanços, o país ainda enfrenta obstáculos estruturais significativos para transformar o potencial mineral em capacidade estratégica real. A PNMCE ainda carece de instrumentos robustos para estimular o processamento avançado, que é a etapa em que se concentra o maior valor agregado da cadeia. Persiste uma fragmentação acentuada entre os órgãos responsáveis pela pesquisa geológica, regulação e planejamento industrial, o que gera assimetrias de informação e dificuldades na harmonização de prioridades de longo prazo. A ausência de mecanismos nacionais de integração interministerial impede a elaboração de diretrizes comuns, enquanto a governança de áreas sensíveis, como a Elevação do Rio Grande, ainda carece de estruturas administrativas integradas para gerir sua alta complexidade ambiental e científica. Assim, a consolidação do setor no Brasil permanece condicionada à superação dessas limitações de coordenação e ao fortalecimento dos laços entre o Estado e os centros de inovação tecnológica.

O tema nas relações internacionais e na política externa brasileira

A análise da inserção das terras raras na agenda diplomática nacional revela que a incorporação deste tema à política externa brasileira ocorre, ainda, de maneira limitada, esparsa e essencialmente indireta. Embora o país detenha a segunda maior reserva mundial desses minerais, as investigações em documentos oficiais e diretrizes estratégicas indicam que o Ministério das Relações Exteriores não possui instrumentos que institucionalizem o assunto ou o posicionem como um eixo estruturante da ação externa do Estado. Diferentemente de outras potências que desenvolveram estratégias nacionais específicas para minerais críticos, o Brasil carece de diretrizes consolidadas que articulem as esferas mineral, industrial e externa de forma coordenada. Consequentemente, a temática aparece de modo fragmentado, sendo geralmente vinculada a agendas mais amplas e multissetoriais, como inovação, segurança energética, industrialização e desenvolvimento sustentável, sem ser tratada como uma política estratégica autônoma.

Apesar dessa lacuna institucional, observa-se uma sinalização de mudança no plano discursivo do governo federal, indicando uma sensibilidade crescente ao caráter estratégico dos minerais. Em novembro de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou publicamente que o Brasil não pretende limitar-se ao papel de exportador de minérios brutos e que a expansão da exploração deve, obrigatoriamente, envolver a agregação de valor dentro do território nacional, incluindo as terras raras (Ferraz, 2025). Esse posicionamento político é reforçado por falas em fóruns internacionais, como a Cúpula do G20, no qual o Brasil defendeu que os recursos naturais sejam articulados a políticas industriais para ampliar a soberania



e reduzir assimetrias globais (Poder360, 2025). No plano bilateral, por exemplo, Lula anunciou, durante visita de Estado à Nova Délhi, em 2026, um acordo entre Brasil e Índia para minerais críticos e terras raras. No entanto, ao confrontar esses discursos com a prática diplomática, percebe-se que tais diretrizes permanecem majoritariamente no campo retórico, não tendo sido traduzidas em orientações estruturadas ou em uma participação ativa em alianças internacionais voltadas à segurança mineral.

Do ponto de vista prático, o Brasil mantém uma postura predominantemente passiva em fóruns como a OCDE, a ONU e o próprio G20 no que diz respeito especificamente às terras raras. Não foram identificados documentos ou resoluções propositivas que indiquem uma tentativa brasileira de converter sua dotação mineral em um instrumento ativo de barganha diplomática. Essa baixa institucionalização reduz o poder de influência do país frente à disputa geopolítica entre Estados Unidos e China pela diversificação de fornecedores. Embora a conjuntura internacional abra janelas de oportunidade para parceiros que ofereçam estabilidade e potencial produtivo, a incipiência da cadeia industrial brasileira e a falta de uma estratégia diplomática específica mantêm o país à margem dos principais arranjos globais de minerais críticos.

A compreensão dessa vulnerabilidade torna-se mais nítida sob a perspectiva teórica da interdependência. Defendemos, portanto, que o Brasil apresenta um quadro de alta sensibilidade e vulnerabilidade estrutural, uma vez que não domina as etapas críticas de refino e metalurgia especializada. Por depender das flutuações das cadeias globais controladas majoritariamente pela China para obter insumos processados, qualquer alteração na disponibilidade internacional impacta diretamente a indústria nacional. Como o país não possui mecanismos internos para absorver choques de suprimento nem participa de alianças de segurança de suprimentos, configura-se uma interdependência assimétrica: o Brasil depende do sistema internacional para obter tecnologias que ele mesmo possui em estado bruto, enquanto o sistema global não depende do fornecimento brasileiro. Assim, a política externa brasileira reflete as fragilidades de um gigante geológico que ainda não logrou transformar seu patrimônio mineral em capacidade efetiva de poder.

Conclusão

Ao longo do presente artigo procuramos demonstrar que, embora as terras raras tenham se consolidado como recursos estratégicos centrais para a transição energética, o desenvolvimento tecnológico e a segurança internacional no século XXI, o Brasil ainda não incorporou esse tema de forma consistente à sua política externa e à sua estratégia nacional de desenvolvimento. A pesquisa evidenciou que o valor geopolítico desses minerais não está apenas na sua disponibilidade natural, mas principalmente no domínio das etapas de refino, processamento e agregação tecnológica, atualmente concentradas em poucos países, com destaque para a China.

Nesse contexto, observou-se uma contradição estrutural na realidade brasileira: apesar de possuir uma das maiores reservas mundiais de terras raras, o país ainda ocupa posição periférica nas cadeias globais de valor, limitada pela baixa capacidade industrial, pelos entraves regulatórios e pela ausência histórica de coordenação entre política mineral, industrial, tecnológica e diplomática. Ainda assim, iniciativas recentes, como novos projetos de exploração, avanços institucionais e o fortalecimento da pesquisa nacional, indicam a abertura de uma possível janela de oportunidade para reposicionar o país de maneira mais estratégica nesse setor.

Conclui-se, portanto, que transformar o potencial geológico brasileiro em capacidade efetiva de influência internacional dependerá menos da abundância mineral em si e mais da capacidade do Estado de construir uma estratégia integrada de longo prazo. Sem avanços consistentes em inovação, processamento industrial e institucionalização do tema na política externa, o Brasil tende a permanecer como fornecedor periférico de insumos brutos, desperdiçando a oportunidade de assumir um papel mais relevante em uma das agendas mais estratégicas da economia e da geopolítica contemporânea.

Referências

ABRÃO, Alcídio. Usos e Aplicações. In: Química e Tecnologia das Terras-Raras. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1994. p. 102–108. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/133>. Acesso em: 17 out. 2025.

AGENCE FRANCE-PRESSE. Japão lamenta e chama de “histórica” a reação da China em litígio territorial. g1, out. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/10/japao-lamenta-reacao-histerica-da-china-em-litigio-territorial.html>. Acesso em: 2 nov. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Sumário Mineral Brasileiro 20- Terras Raras. Agência Nacional de Mineração, jun. 2024 Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2020-terras-raras-2020-ab-2019.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BERNARDES, Júlio. Valiosas e versáteis: pesquisas com terras raras mostram caminho para criar cadeia produtiva no Brasil. Jornal da USP, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/valiosas-e-versateis-pesquisas-com-terras-raras-mostram-caminho-para-criar-cadeia-produtiva-no-brasil/>. Acesso em: 10 out. 2025.

CNN BRASIL. Análise: Investir em terras raras no Brasil levará tempo. CNN Brasil, out. 2025a. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/analise-investir-em-terras-raras-no-brasil-levara-tempo/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

_____. Jungmann ao WW: Empresa dos EUA exporta para China terras raras de Goiás. CNN Brasil, set. 2025b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/jungmann-ao-ww-empresa-dos-eua-exporta-para-china-terras-raras-de-goias/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

CONNELLY, Neil G. et al. (ORGS.). Nomenclature of Inorganic Chemistry: IUPAC RECOMMENDATIONS 2005. Cambridge, England: Royal Society of Chemistry, 2005.

COURA, Fernanda. As várias faces da questão: terras raras e a corrida pelo domínio científico-tecnológico. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - gov. br, ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/destaque-em-cti/as-varias-faces-da-questao-terras-raras-e-a-corrida-pelo-dominio-cientifico-tecnologico>. Acesso em: 2 nov. 2025.

DE SOUZA FILHO, Paulo C.; SERRA, Osvaldo A. TERRAS RARAS NO BRASIL: HISTÓRICO, PRODUÇÃO E PERSPECTIVAS. Quím. Nova, v. 37, n. 4, p. 753–760, 2014.

DE SOUZA FILHO, Paulo C.; GALAÇO, Ayla R. B.; SERRA, Osvaldo A. TERRAS RARAS: TABELA PERIÓDICA, DESCOBRIMENTO, EXPLORAÇÃO NO BRASIL E APLICAÇÕES. Quím. Nova, v. 42, n. 10, p. 1208–1224, 2019.

DEUTSCHE WELLE. O que são terras raras e como a China as usa como arma estratégica. g1, jul. 2025a. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/06/29/o-que-sao-terras-raras-e-como-a-china-as-usa-como-arma-estrategica.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2025.

_____. Terras raras: conheça os minerais pouco conhecidos que dão poder à China na era digital. g1, 2025b. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/06/28/terras-raras-conheca-os-minerais-pouco-conhecidos-que-dao-poder-a-china-na-era-digital.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2025.

EIXOS. Autorizações para pesquisa em terras raras no Brasil aceleraram desde 2020, diz ANM. Eixos, out. 2025. Disponível em: <https://eixos.com.br/transicao-energetica/autorizacoes-para-pesquisa-em-terras-raras-no-brasil-aceleraram-desde-2020-diz-anm>. Acesso em: 19 nov. 2025.

EVENETT, Simon; FRITZ, Johannes. Revisiting the China–Japan Rare Earths dispute of 2010. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/revisiting-china-japan-rare-earths-dispute-2010>. Acesso em: 15 ago. 2025.



FERRAZ, Carolina. Lula diz que Brasil não será apenas exportador de minerais críticos. Veja Negócios, nov. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/lula-diz-que-brasil-nao-sera-apanas-exportador-de-minerais-criticos/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

JUNIOR, Arcenio Franco. F. A escassez de recursos naturais como causa de guerras na América do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/2943/1/MO%200843%20-%20ARCENIO%20FRANCO.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

JUNQUEIRA, Adalberto. Terras raras no Brasil: do potencial à realidade sustentável. Brasil Mineral, out. 2025. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/terras-raras-no-brasil-do-potencial-a-realidade-sustentavel>. Acesso em: 19 nov. 2025.

KIM, Tae-Yoon et al. With new export controls on critical minerals, supply concentration risks become reality. IEA, out. 2025. Disponível em: <https://www.iea.org/commentaries/with-new-export-controls-on-critical-minerals-supply-concentration-risks-become-reality>. Acesso em: 2 nov. 2025.

LINS, Fernando A. F.; VERA, Ysrael M.; DOURADO, Marcelo D. L. Brasil é o segundo em reservas de terras raras no mundo. Brasil Mineral, fev. 2025. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/brasil-e-o-segundo-em-reservas-de-terras-raras-no-mundo>. Acesso em: 26 set. 2025.

MARTINS, Tereza S.; ISOLANI, Paulo Celso. TERRAS RARAS: APLICAÇÕES INDUSTRIAIS E BIOLÓGICAS. Quím. Nova, v. 28, n. 1, p. 111–117, 2005.

MARUF, Ramlshah. O que são terras raras e por que são centrais para acordo EUA-China. CNN Brasil, out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/o-que-sao-terras-raras-e-por-que-sao-centrais-para-acordo-eua-china/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

MEIRELLES, Bruno. Câmara debate PL que dá prioridade a minerais críticos e estratégicos. Agência Nacional de Mineração, out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/camara-debate-pl-que-da-prioridade-a-minerais-criticos-e-estrategicos>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PERRY, Luciano. Terras raras: o “ouro invisível” da era digital – e os riscos que ninguém vê. Revista Minérios, mar. 2025. Disponível em: <https://revistaminerios.com.br/terras-raras-desafios-seguranca-oportunidades-brasil/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PODER360. Lula defende no G7 governança soberana em minerais críticos e IA. Poder360, nov. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-sustentavel/brasil-tera-politica-para-minerais-em-2025-anuncia-ministro/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PORTAL DA MINERAÇÃO. Estudo revela que Elevação do Rio Grande era gigantesca ilha tropical próxima ao Brasil e rica em minério. Portal da Mineração, nov. 2023. Disponível em: <https://portaldaminerao.com.br/estudo-revela-que-elevacao-do-rio-grande-era-gigantesca-ilha-tropical-proxima-ao-brasil-e-rica-em-minerio/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Serviço Geológico do Brasil esclarece dúvidas sobre potencial do país para terras raras e minerais estratégicos. Serviço Geológico do Brasil, jun. 2025. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/w/servico-geologico-do-brasil-esclarece-duvidas-sobre-potencial-do-pais-para-terras-raras-e-minerais-estrategicos>. Acesso em: 19 nov. 2025.

U.S. GEOLOGICAL SURVEY. Mineral Commodity Summaries 2025 (U.S. Geological Survey, Org.). [Reston, Virginia: USGS.]. Disponível em: <Pr>. Acesso em: 2 nov. 2025.

Clima e Amazônia na agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas: a retórica da resistência do Brasil³

Giovanni Hideki Chinaglia Okado⁴

Gabriela Alves Caxeta Lôbo⁵

Introdução

O mundo está próximo de atingir diversos “pontos de não retorno” (*tipping points*)⁶ em decorrência da elevação das temperaturas globais e da aceleração das mudanças climáticas (Hoegh-Guldberg *et al.*, 2018), incluindo prognósticos alarmantes para a Amazônia. Estima-se que a região deve alcançar um ponto de não retorno até 2050, já que de 10% a 47% da floresta amazônica estarão expostos a ameaças capazes de provocar transformações ecossistêmicas inesperadas, com impacto profundo na biodiversidade e nos recursos disponíveis (Flores *et al.*, 2024). Tão grande é a relevância que as questões ambientais e climáticas adquiriram na agenda global que hoje são debatidas no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

O Brasil, por sua vez, acompanha as discussões ambientais e climáticas no CSNU com atenção e reserva. Contrário a essas discussões no órgão, a diplomacia brasileira defende que as mudanças climáticas sejam tratadas como um tema de desenvolvimento, não de segurança, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês). Internamente, os documentos estruturantes de defesa nacional – Política e Estratégia Nacionais de Defesa (PND e END, respectivamente) – mantêm uma concepção tradicionalista de segurança, focada na dimensão estratégico-militar, e evitam incorporar temas relacionados com meio ambiente e clima.

Não obstante as preocupações ambientais e climáticas, assim como a Amazônia, tenham adquirido maior relevância no Conselho de Segurança, ainda é incipiente a produção bibliográfica sobre o engajamento do Brasil com esses temas no órgão onusiano. Logo, o objetivo deste artigo é avaliar a posição brasileira no CSNU nas discussões sobre a segurança climática e a Amazônia, recorrendo à análise das coalizões no órgão e dos discursos proferidos por atores internacionais e nacionais. Metodologicamente, adota-se a revisão da literatura para analisar esses discursos, selecionando quatro debates específicos sobre a segurança climática no conselho (2007, 2011, 2021 e 2025), desde a introdução do tema até o atual estágio, para identificar as três coalizões formadas (a favor, intermediária e contrária) e a evolução da agenda. Também se examina a correspondência entre os discursos diplomáticos e de defesa do Brasil. As fontes para a coleta dos discursos são, predominantemente, os sites oficiais do Conselho de Segurança e do governo brasileiro.

Argumenta-se que a posição brasileira contrária ao debate sobre a segurança climática no Conselho de Segurança é convergente com os posicionamentos dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, as duas pastas que, em tese, detêm maior afinidade com o tema. Estrutura-se o argumento em quatro seções, além da introdução e conclusão. A primeira seção apresenta, em linhas gerais, a evolução dos temas ambientais e climáticos na agenda de segurança. A segunda seção discorre sobre a inserção da segurança climática nas discussões do conselho e a formação de três coalizões nos quatro debates selecionados. A terceira seção trata da tímida introdução, e da subsequente marginalização, da Amazônia na pauta do órgão. Finalmente, a quarta

³Este artigo é uma versão adaptada do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido pela autora e orientado pelo autor na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) em dezembro de 2025. O TCC está disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/10212>.

⁴Professor Assistente de Relações Internacionais da PUC Goiás, professor de Política Internacional do Instituto Diplomacia e pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais (GEPERI) da PUC Goiás.

⁵Graduada em Relações Internacionais pela PUC Goiás.

⁶O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) define os “pontos sem retorno” como limites críticos a partir dos quais um sistema sofre mudanças, no geral, irreversíveis, demandando a compreensão de como os riscos associados ao aquecimento global afetam drasticamente ecossistemas e sistemas humanos. Por exemplo, no caso da Amazônia, há projeções que indicam um desmatamento de 40%, o que pode levar a uma mortalidade significativa da floresta (Hoegh-Guldberg *et al.*, 2018).

seção examina a posição do Brasil nos debates sobre a segurança climática e a Amazônia no conselho à luz de discursos proferidos pelos ministros das Relações Exteriores e da Defesa.

Meio ambiente, clima e segurança: um breve panorama histórico e teórico-conceitual

A emergência das questões ambientais e climáticas na agenda da segurança internacional ocorreu na década de 1970 (Goodman e Baudu, 2023). A despeito da ausência de um marco próprio, como uma crise específica ou um evento dramático, houve um processo de “gotejamento constante” (*steady drip*) e de conscientização pública acerca das novas problemáticas relacionadas à instabilidade da ecosfera, já apontadas na publicação da obra “Primavera silenciosa”, de Rachel Carson, em 1962 e debatidas na Conferência de Estocolmo em 1972 (Buzan e Hansen, 2009). Essa conferência introduziu, no escopo onusiano, a relação indissociável entre o crescimento econômico, a degradação ambiental e o bem-estar das pessoas, manifestando a preocupação com a sobrevivência das gerações presentes e futuras. Dessa forma, em meio a *détente*, surgiu a percepção de que as ameaças ambientais poderiam ser tão fatais quanto os conflitos armados (Villa, 1999).

Na década seguinte, os temas ambientais se consolidaram nos âmbitos teórico e prático. Por um lado, as contribuições da Escola de Copenhague, notadamente com os trabalhos de Barry Buzan, e de autores como Richard H. Ullman e Jessica Mathews evidenciaram a necessidade de ampliar as preocupações securitárias para além de temas estratégico-militares, incluindo o meio ambiente e as mudanças climáticas (Buzan e Hansen, 2009). A securitização do ambiental – ou climática⁷ –, proposta pela Escola de Copenhague, tornou-se uma referência analítica para trabalhos desenvolvidos a partir da década de 1990. Por outro, a adoção da perspectiva de segurança multidimensional pelas Nações Unidas em 1986, denotando que as ameaças detêm múltiplas dimensões (social, econômica, ambiental etc.) além da militar, e a publicação do relatório *Our Common Future* em 1987, marco do conceito de desenvolvimento sustentável, avançaram na compreensão do meio ambiente como um tema não tradicional de segurança (Villa, 1999; Trombetta, 2008).

Após o término da Guerra Fria, a redefinição da agenda internacional e a popularização do conceito de “novas ameaças”⁸ ensejaram a ampliação dos debates em torno da segurança ambiental. Em 1994, o Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) propôs o conceito de segurança humana e o estruturou em torno de dois pilares: liberdades do medo e da necessidade, referindo-se, respectivamente, à proteção dos indivíduos contra a violência física e à garantia de condições básicas de vida. Além disso, a segurança ambiental foi inserida como uma das sete dimensões da segurança humana, assinalando a importância da proteção dos indivíduos contra a degradação ambiental, poluição e desastres naturais (UNDP, 1994). Paralelamente às novidades conceituais, ocorreu uma atuação mais participativa da Organização das Nações Unidas (ONU) na governança climática, sobretudo, com a adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) em 1992.

Ainda na década de 1990, a relação entre a escassez de recursos naturais e os conflitos violentos despontou como um tema chave na literatura teórica. Thomas Homer-Dixon (1999) acabou se tornando um expoente nesse tema. Ele apresentou um modelo teórico para explicar a escassez ambiental baseada em dois padrões, a captura de recursos e a marginalização ecológica, e os tipos de efeitos sociais (migração, expulsão, apropriação de rendas por elites etc.) e conflitos violentos (conflitos étnicos, golpes de estado e insurgências)

⁷Primeiramente, a Escola de Copenhague define a segurança em termos de sobrevivência e excepcionalidade. Quando um determinado assunto implica uma ameaça existencial que compromete a sobrevivência de um objeto referente, material ou não, esse assunto deixa de pertencer à esfera da política e passa a ser tratado na da segurança, justificando a implementação de medidas extraordinárias para conter a ameaça. A securitização é justamente esse movimento de sair da normalidade da política para a excepcionalidade da segurança. Além disso, a escola amplia a segurança para outros quatro setores além do militar (político, econômico, ambiental e societal) e cada um deles conta com as próprias dinâmicas de securitização. No caso ambiental, não é possível precisar uma única ameaça ou objeto referente, na medida em que há uma multiplicidade de temas (mudanças climáticas, secas, inundações, desertificação etc.) que afetam desde a sobrevivência de espécies ou habitat até o planeta como um todo (Buzan e Hansen, 2009).

⁸Em contraposição às ameaças tradicionais, de natureza militar e estadocêntrica, as “novas ameaças” referem-se a problemas não militarizados (migrações, terrorismo, crime organizado, desastres ambientais etc.) e incidem contra a sobrevivência de atores não estatais (indivíduos, coletividades, biosfera etc.) (Villa, 1999).

associados a essa escassez (Homer-Dixon, 1999). As explicações do autor contribuíram para embasar, posteriormente, documentos de defesa de grandes potências e debates sobre meio ambiente e segurança no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (Trombetta, 2008).

A título de ilustração, a Estratégia de Segurança Nacional de 1994, promulgada no governo de Bill Clinton, considerou a degradação ambiental e a escassez de recursos como ameaças à estabilidade global e aos interesses dos Estados Unidos. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) também chegou a realizar um estudo, intitulado “Ambiente e Segurança em um Contexto Internacional”, por meio do qual tratou a escassez como vetor de instabilidade e defendeu a atuação preventiva para evitar conflitos decorrentes de crises ambientais. Apesar do interregno após os atentados de 11/09, quando a “guerra ao terror” dominou a agenda de segurança internacional, as preocupações com a segurança ambiental continuaram animando as discussões teóricas e políticas (Trombetta, 2008).

Em meados da década de 2000, a segurança climática se converteu no conceito de referência e se dissociou da segurança ambiental. A principal justificativa para esse refinamento conceitual é a percepção de que o aquecimento global era capaz de transformar o modo de vida da humanidade, não mais se enquadrando apenas como uma ameaça ambiental (Dalby, 2013). Politicamente, a segurança climática adquiriu novo impulso em 2006, quando Margaret Beckett, então ministra das Relações Exteriores do Reino Unido, incorporou o termo ao discurso diplomático de seu país no CSNU (Trombetta, 2008) e, no mesmo ano, houve a criação do Conselho Consultivo Militar sobre Mudanças Climáticas e Segurança Nacional do Centro de Análise Naval (CNA, sigla em inglês) nos Estados Unidos (Goodman e Baudu, 2023). A ministra destacou a importância da política externa de se adaptar a “um mundo em transformação” e concebeu a segurança climática como uma prioridade estratégica do Reino Unido, inclusive para contribuir com a criação de uma “visão compartilhada para o futuro” mediante a construção de coalizões, agendas e instituições multilaterais (Beckett, 2006, tradução nossa).

O mencionado Conselho Consultivo, formado por um grupo de líderes militares, procurou incluir as mudanças climáticas no planejamento militar e investigou como elas poderiam afetar a estabilidade em cada região do mundo. Esse esforço investigativo resultou na publicação de um relatório em 2007, o qual apresentou a ideia do clima como um “multiplicador de ameaças”, isto é, as mudanças climáticas não causam diretamente conflitos, mas intensificam instabilidades políticas, econômicas e sociais já existentes. Essa ideia, que se desdobrou do modelo de Homer-Dixon (1999), tornou-se central nos debates sobre a segurança climática, inclusive no CSNU (Goodman e Baudu, 2023).

Até o momento, ainda não há uma definição conceitual precisamente delimitada e consensual sobre segurança climática. Trata-se de um conceito que acarreta valores, normas e interesses de quem o define (países ou organizações) para estabelecer as próprias práticas, geralmente divergentes entre si (Goodman e Baudu, 2023). De qualquer forma, à guisa de uma conclusão para essa seção e na tentativa de clarificar a segurança climática, adota-se a definição proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que se estrutura em torno da “avaliação, gestão e redução dos riscos à paz e estabilidade causados pela crise climática” (UNDP, 2023, p. 29, tradução nossa), incluindo ações de mitigação, adaptação, prevenção de conflitos e, eventualmente, operações de paz. O conceito do Pnud sintetiza preocupações que foram introduzidas ao longo do alargamento da agenda de segurança e que foram frequentemente debatidas no Conselho de Segurança, objeto da próxima seção.

As mudanças climáticas no Conselho de Segurança das Nações Unidas: uma agenda em disputa

A UNFCCC é a instância central para o debate sobre as mudanças climáticas na estrutura onusiana, porém o tema passou a compor também a pauta do Conselho de Segurança na década de 2000. Em 2007, o Reino Unido convocou uma reunião para tratar das ameaças de conflitos violentos decorrentes de eventos climáticos, com o objetivo de “aumentar a conscientização sobre os futuros riscos de segurança” (UNSC, 2007a, tradução nossa). Emyr Parry, representante britânico no CSNU, argumentou que a comunidade internacional postergou demais uma discussão urgente e que os impactos da escassez de recursos sobre

o acesso à energia, água e alimentação ainda não tinham sido trabalhados em outro fórum internacional (UNSC, 2007a).

Desde a introdução da agenda climática no Conselho de Segurança, houve dezoito debates específicos pautados nas ameaças à paz e segurança internacionais. Para investigar a evolução dessa agenda no órgão, assim como a formação de coalizões entre os estados-membros, foram selecionados quatro debates⁹ para analisar os discursos proferidos pelas delegações no exercício dos respectivos mandatos. Justifica-se a escolha desses debates para contemplar diferentes momentos da discussão e de representações de países, a fim de verificar convergências e divergências nas posições deles e como isso se refletiu nas decisões do CSNU.

O debate de 2007, com o tema *Energy, Security and Climate*, foi o primeiro selecionado por representar a inserção do tema no conselho. Em seguida, selecionou-se o debate de 2011, intitulado *Impact of climate change*, por ser o único com um documento oficial aprovado pelos membros. Os próximos debates selecionados ocorreram em 2021, sob o título de *Security in the context of terrorism and climate change*, quando houve a maior quantidade de discussões e a votação da primeira Resolução sobre Clima e Segurança (S/2021/990), mesmo que ela tenha sido posteriormente vetada. Por fim, optou-se por selecionar o debate mais recente, de 2025, nomeado de *Climate and security: environmental impact of armed conflict and climate-driven security risks*, para compreender o posicionamento atual dos membros.

Embora os temas de cada reunião variem e abordem os efeitos das mudanças climáticas, a controvérsia sobre a legitimidade (ou não) do Conselho de Segurança permaneceu recorrente. A divisão da posição dos membros permanentes e não-permanentes¹⁰ em coalizões é um recurso analítico útil. A coalizão 1 (C1) representa os países explicitamente favoráveis à entrada da agenda climática nos debates do CSNU, como Reino Unido e França. Os países que desempenham posição moderada, ou seja, que acreditam ser importante o conselho debater a questão, porém, são mais cautelosos nos discursos, fazem parte da coalizão 2 (C2). E a coalizão 3 (C3), composta por Rússia e Brasil, é contrária à atuação do órgão no âmbito das mudanças climáticas, por acreditar que não seja a instância decisória apropriada para a discussão. O Quadro 1 sintetiza a posição dos membros conforme as coalizões identificadas.

Quadro 1. Coalizões dos estados-membros do CSNU no debate sobre clima e segurança

DEBATE	COALIZÃO 1 (C1)	COALIZÃO 2 (C2)	COALIZÃO 3 (C3)
S/PV.5663 ¹¹ — 17 abr. 2007	Reino Unido, Eslováquia, Itália, França, Panamá	Bélgica, Gana, Congo, Estados Unidos e Peru	Catar, China, Indonésia, África do Sul e Rússia
S/PV.6587 - 20 de jul. 2011	Estados Unidos, Bósnia e Herzegovina, Nigéria, Reino Unido, França, Líbano, Gabão, Alemanha	Colômbia, Portugal	Brasil, China, África do Sul e Índia
S/PV.8923 - 09 dez. 2021	Nigéria, Estônia, Estados Unidos, França, Irlanda, Noruega, Vietnã, Reino Unido e Quênia	México, São Vicente e Granadinas, China e Tunísia	Rússia e Índia
S/PV.10035 - 06 nov 2025	Serra Leoa, Paquistão, Coreia do Sul, Reino Unido, Dinamarca, França, Guiana, Eslovênia	Somália, Grécia, Panamá, China, Argélia e Estados Unidos	Rússia

Fonte: elaborado pelos autores com base em UNSC (2007c, 2011a, 2021b, 2021c e 2025).

O debate inaugural de 2007 foi marcado, sobretudo, pela oposição à entrada da agenda climática

⁹Existem duas formas de reunião: debate aberto e debate. A principal diferença é na participação: no debate apenas não membros diretamente afetados podem participar, enquanto no debate aberto qualquer não membro pode solicitar a participação (United Nations, [s.d.]).

¹⁰Os cinco membros permanentes são China, França, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos, e os dez membros não permanentes são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. Todos os anos são eleitos cinco membros não permanentes, que permanecem por um período de dois anos. A composição de membresia possui o seguinte padrão geográfico: 5 Estados africanos e asiáticos, 1 da Europa Ocidental, 2 Estados da América Latina e 2 da Europa Ocidental ou outros Estados (UN, 2025a).

¹¹O símbolo S/PV.Nº corresponde às atas palavra por palavra das reuniões do Conselho de Segurança (United Nations, 2009).

no CSNU. Na verdade, essa oposição é anterior ao próprio debate, manifestada pelo Movimento dos Não Alinhados (MNA), G77 e China. Este grupo de países demonstrou preocupação diante da “invasão do Conselho de Segurança” nas funções e poderes de outros órgãos. Para o grupo, o UNFCCC era o mecanismo mais apropriado para a discussão das mudanças climáticas (UNSC, 2007b; 2007c). A delegação paquistanesa foi mais incisiva ao configurar a iniciativa como “uma distorção dos princípios e propósitos da Carta da ONU, infringindo a autoridade e comprometendo os direitos dos membros” (UNSC, 2007c, tradução nossa).

Durante o primeiro debate, os membros da C3 apresentaram dois motivos para defender a posição contrária. Primeiramente, o Conselho de Segurança não detinha a competência para realizar a discussão climática, pois era um problema de desenvolvimento, não de segurança. Em segundo lugar, a baixa representatividade de países e a composição hierárquica do órgão não proporcionariam o enfrentamento adequado a um problema universal. Em contrapartida, os membros da C1 justificaram que o CSNU contribuiria para “criar um entendimento coletivo sobre a relação entre energia, clima e segurança”, de acordo com Beckett, representante do Reino Unido (UNSC, 2007d, tradução nossa). Para ela, a pretensão não era diminuir a importância dos mecanismos já existentes, apenas ampliar o escopo da discussão. Como via média, os membros da C2 entenderam que o objetivo era criar a conscientização necessária para que medidas urgentes fossem tomadas. A linha de argumentação compartilhada entre a C1 e C2 era que o conselho não seria o principal fórum, nem o único, mas apenas contribuiria para que as ameaças de segurança causadas pelo aquecimento global não fossem ignoradas (UNSC, 2007d).

Nos debates subsequentes (2011, 2021 e 2025), independentemente do tema, as posições das coalizões se mantiveram constante. Mesmo com mudanças na composição da C1, C2 e C3, devido à rotatividade dos membros não permanentes do CSNU, ou nas políticas domésticas dos membros permanentes, os argumentos utilizados pelas três coalizões se repetiram. Houve variações apenas no tom e na própria argumentação, ora mais incisiva, ora mais evasiva e vaga.

A retomada do debate climático quatro anos depois, em 2011, durante a presidência da Alemanha no CSNU, representada pelo diplomata Petter Wittig, foi justificada pela necessidade de desenvolver mecanismos para gerenciar as ações e iniciativas em matéria de segurança climática. A partir deste ano, a composição do conselho passou a sofrer alterações frequentes, assim como o posicionamento dos membros, com destaque para a diminuição drástica de países da C3, isto é, contrários às discussões das mudanças climáticas como um tema de segurança (ver Quadro 1).

No segundo debate, a permanência da posição dos membros da C3 de não reconhecer a legitimidade do conselho foi alvo de críticas, principalmente devido à tentativa da coalizão de aprovar um pronunciamento presidencial como resultado da reunião. Susan Rice, diplomata dos EUA, fez uma crítica à resistência da C3 e afirmou que era “mais que desapontadora: era patética, limitada” (UNSC, 2011a, tradução nossa). No entanto, a porta-voz chinesa, Wang Min, defendeu a posição dos países em desenvolvimento e disse que a maioria não apoiava, pois acreditava que a discussão não iria contribuir para a mitigação e a adaptação deles aos impactos das mudanças climáticas e, sendo assim, pediu que “a preocupação razoável [fosse] compreendida e respeitada” (UNSC, 2011a, tradução nossa).

A posição divergente entre as coalizões não impediu a apresentação de demandas comuns enunciadas na maioria dos discursos. Os membros da C1 e C2, em sua maioria do Sul Global, compartilharam com a C3 a demanda por assistência financeira e tecnológica dos países desenvolvidos. A Nigéria, por exemplo, representada por Joy Ogwu, afirmou que “nações têm frequentemente falhado em honrar seus compromissos, e suas falhas têm reverberações em todos os locais” (UNSC, 2011a, tradução nossa).

A declaração presidencial resultante da reunião é, até o momento, o único documento formal do Conselho de Segurança especificamente sobre a agenda climática. Ainda assim, a declaração é demasiadamente concisa e genérica, reflexo da dificuldade de se construir consensos entre as coalizões. O documento convoca os órgãos da ONU a intensificar os esforços de enfrentamento das mudanças climáticas e expressa preocupação com os possíveis efeitos adversos delas no agravamento de ameaças já existentes à paz e segurança internacionais (UNSC, 2011b).

Embora o intervalo entre o debate de 2011 e o seguinte também tenha sido significativo (de quatro anos), as reuniões sobre segurança climática passaram a ocorrer anualmente no CSNU a partir de 2015. O

ano de 2021 registrou o maior número delas, com quatro no total (UN, s.d.). As duas últimas ocorreram com quatro dias de intervalo, em 9 e 13 de dezembro, e integraram o mesmo esforço político de Níger e Irlanda para fortalecer a agenda de clima e segurança no Conselho de Segurança. Abdiu Abarry, diplomata e presidente do Níger, na carta de apresentação da reunião 8923, argumentou que “[havia] uma urgência por ações mais decisivas na luta contraterrorismo e mudança climática” (UNSC, 2021a, tradução nossa).

A resistência de três países - Índia, China e Rússia - na primeira reunião de 2021 já denunciava o provável resultado da votação que ocorreria quatro dias depois. Os argumentos eram os mesmos dos debates anteriores: a ausência de representatividade e legitimidade do CSNU para tratar de clima e segurança. O representante russo, Vasily Nebeniza, esclareceu que “forçar um monitoramento climático dissociado de trabalho científico fundamental seria uma politização desastrosa da agenda climática” (UNSC, 2021b, tradução nossa). A Índia, representada por Tirumurti Rajagopal, foi mais categórica ao afirmar que já existia uma “estrutura integrada e equitativa para todas as partes” e pediu para que não haja um desvio “de um processo estabelecido e inclusivo de decisão” para “criar uma plataforma alternativa para mudança climática” (UNSC, 2021b, tradução nossa).

O debate de 2021 teve um ponto de inflexão em comparação com os anteriores: a tentativa de condicionar o enfrentamento das mudanças climáticas ao combate ao terrorismo – sendo este já amplamente reconhecido como uma grave ameaça global. Essa tentativa causou desconforto nos membros da C3, que resistiram à inclusão do terrorismo na segurança climática. Já os membros da C1 continuaram insistindo no argumento de que as mudanças climáticas são uma fonte multiplicadora de ameaças, a ponto de Mona Juul, diplomata norueguesa, justificar que tais mudanças poderiam criar um “terreno fértil para a radicalização” (UNSC, 2021b, tradução nossa). Seguindo a mesma linha, o presidente da Estônia, Alar Karis, explicou que a luta contra as ameaças climáticas poderia reduzir as condições de atuação dos grupos terroristas. Porém, a China, membro da C2, reafirmou que o clima continuava sendo um problema de desenvolvimento sustentável (UNSC, 2021b).

O projeto de resolução 990 sobre as implicações das mudanças climáticas para a segurança já vinha sendo discutido há anos, mas sem avançar o suficiente para o encaminhamento à votação. As posições apresentadas durante o debate anterior a essa votação não configuraram uma surpresa diante do resultado. O apoio da maioria dos membros estava claro. Os doze votos a favor eram esperados, pois estavam em consonância com seus discursos durante as negociações. A China, integrante da C2, se absteve, e os membros da C3, Índia e Rússia, votaram contra – o veto russo, à propósito, derrubou o projeto –, sustentando os respectivos posicionamentos (UNSC, 2022).

Após a votação, os estados-membros da C1 lamentaram o resultado. Alguns discursantes criticaram a existência do poder de veto, a exemplo da representante irlandesa, Geraldine Byrne Nason, que aproveitou a ocasião para discorrer sobre a urgência de uma reforma no Conselho de Segurança. A maioria da C2 também demonstrou desapontamento com a não adoção da resolução. A posição do Kenya, representada por Martin Kimani, entretanto, chamou atenção ao declarar que estava “reticente em avançar sem consenso” e criticou o rascunho por não fazer menção à responsabilidade dos maiores emissores (UNSC, 2021c, tradução nossa).

O veto da resolução representou um impasse no avanço da agenda climática no CSNU, uma vez que a resistência russa travou a continuidade das negociações, apesar do número reduzido de membros da C3. A dificuldade de discutir a segurança climática no conselho não freou os esforços de aumento da conscientização e pesquisa sobre a relação entre clima e segurança. Alternativamente, foram criados mecanismos paralelos para aprofundar a discussão no âmbito onusiano, como o *Climate Security Mechanisms* (CSM) e o Grupo de Amigos do Clima e Segurança, ambos criados em 2018 (UNSC, 2021d).

Finalmente, o debate de 2025 marcou uma mudança temática em relação aos anteriores. Convocada por Serra Leoa, ele focou no impacto ambiental e climático dos conflitos armados. Se os debates passados trataram das mudanças climáticas como multiplicadoras de ameaças, o atual inverteu a discussão e promoveu a reflexão sobre como os conflitos afetam a preservação do meio ambiente. Contudo, a lógica das coalizões permanece relevante para a análise, mesmo com a C3 possuindo somente um membro: a Rússia (UNSC, 2025).

Os países da C1 e C2 reduziram os esforços para defender a legitimidade do órgão, direcionando

a atenção para a listar as ações necessárias para o enfrentamento do problema. Em contrapartida, Vassily Nebenzia, diplomata russo, permaneceu questionando a legitimidade e reforçou que o país “nunca reconheceu a ligação genérica entre mudança climática e problemas de paz e segurança, nem a necessidade de discuti-los no Conselho de Segurança” (UNSC, 2025, tradução nossa).

A maioria dos membros concordou que degradação ambiental é uma consequência e motor da insegurança, responsável pela dispersão de conflitos e criação de zonas de instabilidades. A relevância deste debate está, no entanto, na mudança drástica e surpreendente no posicionamento dos Estados Unidos, que anteriormente reafirmava a clara relação entre clima e segurança. O embaixador estadunidense, Dan Negrea, apresentou um tom mais cauteloso e defensivo, com ênfase na necessidade de equilibrar objetivos econômicos e ambientais, argumento que se aproxima de discursos feitos pela C3 ao longo dos anos (UNSC, 2021b; 2025).

O debate foi marcado por uma disputa entre duas grandes potências, Estados Unidos e China, com uma troca de acusações sobre responsabilidade climática. As denúncias se concentraram em declarações indiretas sobre quem seria o maior emissor de gases do efeito estufa. A primeira acusação direta foi feita por Washington, afirmando que os chineses estavam na defensiva. Geng Shuang, diplomata chinês, esclareceu que o país é reconhecido por seus esforços na redução de emissões, enquanto os estadunidenses tratam a mudança climática como “a maior farsa da história” e são, segundo ele, um obstáculo à cooperação climática internacional (UNSC, 2025, tradução nossa).

A análise dos quatro debates demonstrou que as discussões sobre a segurança climática no Conselho de Segurança têm apresentado continuidades e mudanças. Embora a lógica das coalizões e os principais argumentos tenham permanecido constantes nas últimas duas décadas, a composição dos membros dessas coalizões e o conteúdo dos discursos sofreram alterações devido às modificações da política externa do país e à redefinição de prioridades domésticas, a exemplo da recente mudança de posicionamento dos Estados Unidos (UNSC, 2025). O Brasil, por sua vez, mantém o posicionamento de membro da C3, independentemente de mudanças internas. Curiosamente, a evolução da agenda clima e segurança no CSNU não abordou a Amazônia, maior floresta tropical do mundo e pilar da mitigação climática global, e as preocupações com a região atravessaram outras instâncias, como se verá na próxima seção.

A Amazônia na segurança climática: da inserção na agenda à marginalidade no Conselho de Segurança

A floresta amazônica abrange oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O caráter transnacional da floresta exige uma cooperação harmônica entre os países e, historicamente, o Brasil desempenha um papel de liderança na afirmação da soberania dos países amazônicos, por meio de iniciativas como a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (Filho *et al.*, 2023). A influência direta da Amazônia no ciclo global de carbono, com alta capacidade de absorção de dióxido de carbono, confere à floresta uma posição central no debate climático. O crescimento de atividades ilegais como desmatamento, ligadas à expansão de redes criminosas no bioma, apresenta um risco à continuidade de sua função de reguladora climático, tendo o potencial de afetar o protagonismo brasileiro na agenda ambiental internacional (Instituto Igarapé, 2022).

A relação entre a preservação da floresta amazônica e o equilíbrio climático mundial tem sido também trabalhado pela perspectiva da segurança. A possibilidade de extrapolar as preocupações ambientais e afetar a soberania dos estados amazônicos, particularmente diante do risco de intervenções estrangeiras, soam como um alerta para se considerar as mudanças climáticas no planejamento militar (Dos Santos *et al.*, 2025). Assim, há uma apreensão de que o discurso ambientalista possa se converter em manipulação, isto é, “como instrumento de coerção internacional, transformando a questão climática em vetor de poder geopolítico” (Dos Santos *et al.*, 2025, p. 106). Não por acaso, o Conselho de Segurança incorporou a Amazônia no debate climático na década passada, discutindo especificamente como as ameaças climáticas na região impactam a paz e segurança internacionais.

A inserção da Amazônia na agenda do CSNU ocorreu, em princípio, no âmbito mais geral da

importância das florestas como reguladoras da temperatura planetária por causa da capacidade de absorção de dióxido de carbono (UNEP, 2025). Nesse sentido, os debates iniciais no órgão foram direcionados para os efeitos das mudanças climáticas e da degradação ambiental nas florestas (UNSC, 2007; 2016; 2025). Por exemplo, em 2011, Pedro Serrano, Chefe da Delegação da União Europeia junto às Nações Unidas, reconheceu a existência de diversos riscos induzidos pelo clima, porém pediu um aprofundamento das pesquisas sobre o desmatamento e suas consequências para os povos locais. Segundo ele, “[o] desmatamento insustentável pode levar não apenas ao deslocamento de populações e à degradação ambiental, mas também a danos às civilizações indígenas e ao seu patrimônio cultural e espiritual” (UNSC, 2011a, tradução nossa). Desmatamento e degradação ambiental foram termos utilizados recorrentemente no Conselho de Segurança.

Em se tratando especificamente da Amazônia, apenas quatro debates do CSNU mencionaram a região de forma explícita. Em 2007, as duas menções ao bioma foram apenas para citar a Amazônia peruana e os países da África central – estes funcionariam como o segundo pulmão do mundo, depois da floresta amazônica. Na sequência, em 2011, o Subsecretário-Geral das Nações Unidas, Achim Steiner, mencionou os impactos do aquecimento global para a Amazônia, chamada por ele de “maior bomba de água do mundo” e da qual “todos os ciclos hidrológicos de parte significativa da América do Sul dependem” (UNSC, 2011a, tradução). O representante paquistanês, Abdullah Hussain Harron, participando como observador desse debate, citou os incêndios florestais como um resultado do aquecimento global e explicou como a floresta brasileira era “mais consumida a cada ano pelo fogo do que pela exploração madeireira” (UNSC, 2011d, p. 42, tradução nossa).

Em seguida, a Amazônia foi citada somente pelo Brasil no debate de 2016 sobre água, paz e segurança. A delegação brasileira iniciou o pronunciamento afirmando que “prudência e cuidado” eram necessários para discutir o tema no Conselho de Segurança e reconheceu que a preocupação com a floresta amazônica está intimamente ligada com a mudança climática. O Tratado de Cooperação Amazônica foi utilizado como exemplo de um bom acordo de cooperação, na medida em que “a água é majoritariamente um recurso inexplorado de cooperação frutífera” (UNSC, 2016, tradução nossa). A última citação à Amazônia ocorreu na reunião 9345, em 2023, novamente feita pelo Brasil, representada pelo embaixador José Genésio de Almeida Filho, que reforçou o comprometimento “renovado e revigorado para enfrentar a mudança climática” (UNSC, 2023b, tradução nossa). Ademais, ele agradeceu o apoio para a realização da COP30 de 2025 na floresta amazônica brasileira e reafirmou a expectativa de “contribuir para o avanço decisivo no regime climático” (UNSC, 2023b, tradução nossa).

Ao contrário dos debates em torno da segurança climática no CSNU, não houve polarização nem formação de coalizões diante da inclusão da Amazônia nas discussões do órgão. É fato que as respectivas posições da C1, C2 e C3 podem ser estendidas para a pauta amazônica, principalmente se o conselho é ou não uma instância representativa e legítima, mas o tema foi discutido de maneira pontual, genérica e descontínua. As menções à Amazônia nos discursos das delegações foram meramente elucidativas de preocupações florestais, como o desmatamento e a degradação ambiental, ou de vinculação com as mudanças climáticas. Logo, a região amazônica não ganhou tração no Conselho de Segurança e permaneceu marginalizada no debate climático (Dos Santos *et al.*, 2025). Além disso, o Brasil foi o país que manifestou maior preocupação tanto com essa agenda quanto com a da segurança climática no órgão, como se verá a seguir.

A retórica da resistência à segurança climática e securitização da Amazônia: o discurso brasileiro no Conselho de Segurança e no ambiente doméstico

O alinhamento do Brasil com a posição da coalizão 3 (C3), conforme citado anteriormente, não ocorreu somente no debate de 2011 do CSNU e foi uma postura contínua. O país exerceu mandatos rotativos em 2010-2011 e 2022-2023 no Conselho de Segurança (UN, 2025b) e contou com os seguintes representantes diplomáticos: os embaixadores Maria Luiza Viotti, Ronaldo Costa Filho e João Genésio de Almeida Filho. Todos permaneceram defendendo que o âmbito mais adequado para o debate climático era o UNFCCC, alinhados à visão de que as mudanças climáticas eram um problema de desenvolvimento sustentável, não de segurança (Brasil, 2011a, 2022a e 2023a).

A embaixadora Viotti declarou que os instrumentos de segurança “[eram] inadequados para abordar

questões complexas e multidimensionais como as mudanças climáticas”, marcando firmemente a posição brasileira no Conselho de Segurança (UNSC, 2011, tradução nossa). Costa Filho, mesmo em um momento distinto de redução do protagonismo do Brasil na agenda climática, manteve a posição de Viotti e deu o exemplo das queimadas da Amazônia em 2019. De acordo com o embaixador, “a ênfase que se deu ao problema decorria de outros problemas que não a preocupação com o meio ambiente”, referindo-se indiretamente ao suposto protecionismo verde e às tentativas intervenção dos países desenvolvidos (ONU News, 2020, tradução nossa).

O pedido por prudência no estabelecimento do nexo clima-segurança não se limitou aos momentos em que o Brasil foi mandatário. Durante a participação nos debates abertos, o país reafirmou que “[adotava] uma postura cautelosa ao abordar as mudanças climáticas sob uma ótica estritamente de segurança”, pois temia o distanciamento de uma resposta adequada da comunidade internacional (UNSC, 2021b, tradução nossa). Além disso, também defendeu que “os estados [tinham] o direito soberano de explorar os próprios recursos de acordo com suas políticas ambientais e de desenvolvimento” (UNSC, 2016, tradução nossa).

Uma pauta bastante recorrente no CSNU foi o financiamento climático, presente nos discursos, não somente da C3, mas também da C1 e C2. Em diversas reuniões, o Brasil mencionou o assunto e chegou a criticar a insistência da introdução desse financiamento no Conselho de Segurança, sendo que os compromissos feitos em outros fóruns, a exemplo do acordado no UNFCCC, não eram cumpridos. Costa Filho objetivamente declarou que “[s]e a mudança climática [era] uma prioridade para esses países, nós [precisávamos] ver progresso concreto e significativo dentro dos fóruns apropriados” (UNSC, 2023b, tradução nossa).

A posição defendida pelo Brasil contrária à agenda da segurança climática e da securitização da Amazônia no Conselho de Segurança é convergente com as políticas externa e de defesa. As declarações dos ministros de Relações Exteriores e de Defesa, sujeitas à orientação de cada governo, são importantes parâmetros para avaliar a evolução do debate sobre incorporação das mudanças climáticas na agenda de segurança no ambiente doméstico. Proceda-se com a avaliação dessas declarações utilizando, como recorte temporal, o período em que o Brasil ocupou o assento rotativo no CSNU: 2010-2011 e 2022-2023.

Inicialmente, no primeiro mandato rotativo brasileiro no Conselho de Segurança (2010-2011), a chancelaria brasileira ficou sob a chefia de Celso Amorim (2003-2010) e Antonio Patriota (2011-2013). Os dois ministros reforçaram, constantemente, o protagonismo brasileiro na agenda ambiental, mas evitaram tratar das relações entre meio ambiente e segurança e entre Amazônia e segurança. Amorim, por exemplo, defendeu que uma boa política externa precisa ser “livre de visões acanhadas sobre o que pode e deve ser a atuação externa do Brasil”, destacando as contribuições brasileiras nas discussões ambientais, como os compromissos voluntários com a redução das emissões de carbono (Brasil, 2010a). Em seguida, Patriota demonstrou a intenção de continuidade da gestão anterior, com “[o] projeto de transformação do Brasil em um ator global influente” (Brasil, 2011a), mencionando a realização da Rio+20 em 2012.

Contudo, no período seguinte, de Carlos França (2021-2022) e Mauro Vieira (2023-), os discursos são mais ligados a uma tentativa de recuperação da imagem internacional do país utilizando a agenda ambiental. A retrospectiva de França sobre a atuação do MRE durante sua administração foi a de que “o País novamente encarnou o protagonismo que lhe cabe nas tratativas internacionais sobre clima” (Brasil, 2023a). Vieira, o ministro que mais ativamente discutiu a agenda climática, afirmou que o Itamaraty estava comprometido em colocar as “questões da sustentabilidade e do clima no centro da ação diplomática, de maneira a reposicionar o Brasil na vanguarda da transição ecológica e energética global” (Brasil, 2023b).

A discussão climática é constantemente associada com a prioridade do governo Lula III à Amazônia nos discursos de Vieira, além da frequente menção à realização da COP30 em Belém. A questão amazônica foi tratada com grande estima pelo chanceler, que chegou a afirmar que o Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) “constitui patrimônio técnico e diplomático inestimável para o tratamento regional das questões amazônicas” (Brasil, 2023c). Assim, o ministro defendeu a iniciativa da Cúpula da Amazônia como “um passo decisivo na renovação do compromisso e aprofundamento na cooperação amazônica” ao ser feita “com inclusão social e responsabilidade climática” (Brasil, 2023c). Ademais, a afirmação de que “[n]ão existe Brasil sem Amazônia e não existirá Amazônia sem um Brasil presente e atento a seus múltiplos desafios” expressou a centralidade do bioma para o país na sua percepção (Brasil, 2023c).

Em suma, os discursos dos ministros das Relações Exteriores também foram coerentes com a tradição diplomática brasileira. O exemplo mais evidente é a retomada da demanda pela reforma dos mecanismos multilaterais, especificamente do Conselho de Segurança, à exceção da gestão de Carlos França (2021-2022). Em meio às discussões sobre a segurança climática, Patriota já havia chamado a atenção para a importância de uma reforma que “incluísse a expansão dos assentos permanentes e não permanentes e aumento da participação de países em desenvolvimento” (Brasil, 2011b), mas Vieira a relacionou com a agenda climática. Durante a reunião ministerial do G-77, o atual chanceler afirmou que “a necessidade de reforma é mais urgente do que nunca e deveria começar pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas” (Brasil, 2023d), manifestando preocupação com a falta de representatividade e legitimidade do órgão para debater clima e segurança.

Por sua vez, a menção à mudança climática nos discursos dos ministros de Defesa é mais escassa, porém, assemelha-se aos discursos proferidos pela delegação brasileira no Conselho de Segurança. Por exemplo, Nelson Jobim (2009-2010) discursou sobre a importância de “desarmar iniciativas que, a [seu] ver, poderiam ser nocivas aos interesses nacionais e à [...] soberania” (Brasil, 2010b) durante seu mandato, destacando a intensa atuação brasileira contra tentativas de interferência estrangeira na gestão dos recursos naturais do país. Do mesmo modo, o ministro Celso Amorim (2011-2015) alertou para o risco de “inventariar os vastíssimos recursos energéticos, minerais, vegetais, humanos, de água e de biodiversidade”, tornando-se “objeto de competição e cobiça internacional”, de modo que era necessário dirigir esforços para não “delegar nossa defesa” (Brasil, 2012a).

Mais recentemente, a disponibilidade de discursos dos ministros da Defesa é baixa e a relação entre clima e segurança quase não foi trabalhada. Primeiramente, não há pronunciamento de Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira quando esteve na chefia da pasta. Mesmo a troca de governo de Bolsonaro para Lula não alterou a disponibilização de recursos e novo ministro, José Múcio Monteiro Filho (2023-atual) continuou abordando pouco a questão climática. Quando o fez, José Múcio tratou da importância das pesquisas científicas na Antártica, pois “[propiciariam] o melhor monitoramento dos fenômenos naturais que atingem o Brasil”, reduziu viés protecionista de períodos anteriores e associou os efeitos negativos das mudanças climáticas às “atividades econômicas; os rastros de destruição em nossas cidades; e, como consequência, o sofrimento de nosso povo” (Brasil, 2023h).

Em síntese, a retórica da resistência brasileira à securitização do clima e da Amazônia, respaldada pelos discursos dos ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, é marcada pelo enquadramento das mudanças climáticas como um problema de desenvolvimento que deve ser tratado no âmbito da UNFCCC. A diplomacia ainda reitera a falta de representatividade e legitimidade do Conselho de Segurança para debater o assunto e reforça a necessidade de reforma do órgão. Além disso, há uma preocupação persistente com a soberania nacional e o receio de que o nexos entre clima e segurança seja instrumentalizado como forma de coerção, protecionismo verde ou intervenção estrangeira sobre os recursos da Amazônia. Mesmo com a atual retomada do seu protagonismo ambiental internacional, o Brasil se manifesta contrário à expansão da agenda de segurança para incorporar a pauta climática.

Conclusão

Os debates teóricos e políticos sobre a segurança climática são relativamente recentes e continuam marcados por controvérsias. Não obstante o alargamento das preocupações securitárias tenha ocorrido na década de 1970, não há consenso sobre as definições conceituais e as práticas domésticas e internacionais. A introdução do tema na agenda do Conselho de Segurança, assim como da Amazônia, no século XXI reflete a dificuldade de se buscar entendimentos comuns, inclusive entre os membros que ocupam assento permanente (por exemplo, a manifestação contrária da Rússia). O Brasil mantém uma posição de resistência. Mesmo não tendo participado de todos os quatro debates entre 2007 e 2025, o governo brasileiro alia-se à coalizão 3 (C3) e rejeita a securitização do clima por considerá-la um tema de desenvolvimento afeto à UNFCCC e não uma ameaça militar à paz e segurança internacionais. Essa posição é validada pela convergência entre os discursos da delegação brasileira no CSNU e dos ministros das Relações Exteriores e da Defesa, os quais enfatizam a

soberania sobre os recursos naturais e demonstram receio de que a retórica ambiental seja instrumentalizada para intervenções estrangeiras ou protecionismo verde.

Para concluir, este artigo investiga ainda de forma exploratória a construção da posição brasileira, no Conselho de Segurança e no âmbito doméstico, sobre a segurança climática e a Amazônia. A identificação das coalizões formadas por meio da análise de discurso, bem como o posicionamento brasileiro na C3, é a principal contribuição científica que se apresenta aqui. Ainda há novas possibilidades de investigação, sobretudo, examinando como outros atores domésticos, como as Forças Armadas, o Ministério do Meio Ambiente, o Congresso Nacional, representantes da sociedade civil, entre outros, têm se posicionado em relação à securitização do clima e da Amazônia. Os discursos ainda são limitados e insuficientes, principalmente dos ministros de Relações Exteriores e de Defesa, para o estabelecimento de um panorama mais abrangente e sistemático, de tal forma que a seleção de outras fontes de ambas as pastas pode contribuir para novos trabalhos. Finalmente, é necessário olhar com cautela para a segurança climática, porque o termo é moldado por interesses políticos divergentes e, por enquanto, a posição brasileira de resistência tem se adequadado às pretensões do país externa e domesticamente.

Referências

BECKETT, Margaret. Speech in Berlin. Berlim: Embaixada Britânica, 23 out. 2006. Disponível em: <https://www.ukpol.co.uk/margaret-beckett-2006-speech-in-berlin/>. Acesso em: 29 jun. 2026.

BRASIL. Ministro da Defesa (2011-2015: Celso Amorim). Estratégia de defesa do Brasil e da América do Sul: Aula magna do ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, na Escola Militar do Chile. Santiago, 23 mar. 2012a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes03/aulaa_magnaa_escolaa_militara_chilea_marcoa_2012.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministro da Defesa (2009-2010: Nelson Jobim). Palestra do ministro Nelson Jobim na SAE: “Política de Defesa do Governo Lula”. [S.I.], 16 dez. 2010b. Disponível em: www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/16122010-defesa-palestra-do-ministro-nelson-jobim-na-sae-qpolitica-de-defesa-do-governo-lulaq. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministro das Relações Internacionais (2003-2010: Celso Amorim). No novo mapa do mundo, o País está maior (Entrevista do Ministro Celso Amorim ao O Estado de São Paulo). [S.I.], 09 out. 2010a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/entrevistas-mre/celso-amorim-2003-2010/no-novo-mapa-do-mundo-o-pais-esta-maior-o-estado-de-sao-paulo-09-08-2010>. Acesso: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2011-2013: Antonio Patriota). Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da cerimônia de posse do Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira como Secretário-Geral das Relações Exteriores. Brasília, 6 jan. 2011a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/antonio-de-aguiar-patriota/discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-na-cerimonia-de-posse-do-embaixador-ruy-nunes-pinto-nogueira-como-secretario-geral-das-relacoes-exteriores>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2011-2013: Antonio Patriota). Discurso proferido pelo Ministro de Antonio de Aguiar Patriota por ocasião VII Reunião da Comissão Mista Ministerial do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Nova Délhi, 8 mar. 2011b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/antonio-de-aguiar-patriota/discurso-proferido-pelo-ministro-de-aguiar-patriota-por-ocasio-vii-reuniao-da-comissao-mista-ministerial-do-forum-de-dialogo-india-brasil-africa-do-sul-ibas-nova-delhi-8-de-marco-de-2011>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2021-2022: Carlos França). Discurso do Embaixador Carlos França na transmissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores ao Embaixador Mauro Vieira. Brasília, 2 jan. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco->

[franca/discurso-do-embaixador-carlos-franca-por-ocasio-da-posse-do-embaixador-mauro-vieira-no-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2023](#). Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2023-?: Mauro Vieira). Discurso do Ministro Mauro Vieira no seminário “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”. Brasília, 16 maio 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-no-seminario-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-brasilia-16-de-maio-de-2023>. Acesso: 15 jun 2026.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2023-?: Mauro Viera). Intervenção do Ministro Mauro Vieira na Reunião Ministerial do G-77. Nova York, 22 set. 2023d. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/intervencao-do-ministro-mauro-vieira-na-reuniao-ministerial-do-g-77-nova-york-22-de-setembro-de-2023>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Bolsonaro: Amazônia não é patrimônio da humanidade nem pulmão do mundo. Brasília, DF, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/589803-bolsonaro-amazonia-nao-e-patrimonio-da-humanidade-nem-pulmao-do-mundo/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CONTEPELLI, E. P. Política Internacional climática: do consenso científico à governança global. *Direito e Desenvolvimento*, v. 9, n. 2, p. 82-94, 2018.

DALBY, S. Climate Change: New Dimensions of Environmental Security. *The RUSI Journal*, v. 158, n. 3, 2013, p. 34-43.

DOS SANTOS, A.; RIBAS, L. M.; KONNO, F. R. Amazônia: questão climática, segurança e defesa no futuro. *Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa* v.2, n.2. jul./dez., p.103-116, 2025.

FILHO, E. C.; TORQUATO, C. C.; RESENDE, P. K.; FERIRE, C. C.. A criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA: cooperação entre países amazônicos. *Cadernos Adenauer* XXIV, n.2. 2023.

FLORES, B. M. et al. Critical transitions in the Amazon forest system. *Nature*, v. 626, 2024, p. 555-564.

GOODMAN, S.; Baudu, P. Climate change as a “threat multiplier”: History, uses and future of the concept. *Center for Climate and Security*, v. 38, 2023.

HOEGH-GULDBERG, O. et al. (Eds.). *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty*. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 2018, p. 175-312.

HOMER-DIXON, T. F. *Environment, scarcity, and violence*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

INSTITUTO IGARAPÉ. Governar para não entregar: uma agenda de segurança multidimensional para a Amazônia brasileira. São Paulo: Instituto Igarapé, 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Agenda-de-Seguranca-Multidimensional-para-a-Amazonia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

TROMBETTA, M. J. Environmental security and climate change: analysing the discourse. *Cambridge Review of International Affairs*, Abingdon, v. 21, n. 4, p. 585-602, 2008.

UN. United Nations. Climate Security Mechanism CPS Dashboard. [SI.I], [s.d.]. Disponível em: <https://www.un.org/climatesecuritymechanism/en/cpsdashboard>. Acesso em: 25 maio 2026.

UN. United Nations. Repertoire of the Practice of the Security Council – 12th Supplement (1993-1995). New York: United Nations, 2009. Disponível em: https://main.un.org/securitycouncil/sites/default/files/repertoire_12th_supplement.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

UN. United Nations. Security Council Members. Research Guide. [S. l.], 2025a. Disponível em: <https://research.un.org/en/unmembers/scmembers>. Acesso em: 25 jun. 2026.

UN. United Nations. Countries Elected Members. United Nations Security Council. New York,

2025b. Disponível em: <https://main.un.org/securitycouncil/en/content/countries-elected-members>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNDP. United Nations Development Programme. Human Development Report 1994: new dimensions of human security. New York: 1994. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr1994encompletenostats.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2026.

UNFCCC. United Nations Framework Convention on Climate Change. History of the Convention. Bonn: UNFCCC, [s.d.]. Disponível em: <https://unfccc.int/process/the-convention/history-of-the-convention#Essential-background>. Acesso em: 22 maio 2026.

UNEP. United Nations Environment Programme. High-risk forests, high-value returns: A co-benefits assessment for decision-makers. [S.I.], 14 out. 2025. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/high-risk-forests-high-value-returns-co-benefits-assessment-decision-makers>. Acesso em: 23 jun. 2026.

UNSC. United Nations Security Council. Energy, Security and Climate. (S/PV.5663). New York: United Nations, 17 apr. 2007.

UNSC. United Nations Security Council. Letter dated 12 April 2007 from the Chargé d'affaires a.i. of the Permanent Mission of Cuba to the United Nations addressed to the President of the Security Council. S/2007/203. New York: United Nations, 13 Apr. 2007b.

UNSC. United Nations Security Council. Letter dated 16 April 2007 from the Permanent Representative of Pakistan to the United Nations addressed to the President of the Security Council. S/2007/211. New York: United Nations, 16 Apr. 2007c.

UNSC. United Nations Security Council. Letter dated 30 November 2021 from the Permanent Representative of the Niger to the United Nations addressed to the Secretary-General. (S/2021/988). New York: United Nations, 30 nov. 2021a.

UNSC. United Nations Security Council. Maintenance of international peace and security: the impact of climate change. (S/PV.6587). New York: United Nations, 20 jul. 2011a.

UNSC. United Nations Security Council. Maintenance of international peace and security: Water, peace and security. (S/PV.7818). New York: United Nations, 22 nov. 2016.

UNSC. United Nations Security Council. Maintenance of international peace and security: security in the context of terrorism and climate change. (S/PV.8923). New York: United Nations, 09 dec. 2021b.

UNSC. United Nations Security Council. Maintenance of international peace and security: Climate and security. (S/PV.8926). New York: United Nations, 13 dec. 2021c.

UNSC. United Nations Security Council. Threats to international peace and security: environmental impact of armed conflict and climate-driven security risks. (S/PV.10035). New York: United Nations, 06 nov. 2025a.

UNSC. United Nations Security Council. The UN Security Council and Climate Change: Research Report. n. 2, 21 jun. 2021d. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/climate_security_2021.pdf. Acesso em: 18 nov. 2025.

UNSC. United Nations Security Council. The UN Security Council and Climate Change: Tracking the Agenda after the 2021 Veto. Research Report, no. 4, dez. 2022. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/unsc_climatechange_2022.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

VILLA, R. A. D. Da crise do realismo à segurança global multidimensional. São Paulo: Annablume, 1999.

Monitor Eleitoral

As eleições gerais no Peru em 2026

Lucas Calabró Berti

Pesquisador OPISA

Introdução

Em 29 de junho de 2026, a Oficina Nacional de Procesos Electorales do Peru (ONPE) confirmou, após 22 dias de apuração, a vitória de Keiko Fujimori (Fuerza Popular) no segundoturno das eleições presidenciais. Fujimori recebeu 50,135% dos votos válidos (9.223.396 votos) na disputa contra Roberto Sánchez (Juntos por el Perú), que ficou com 49,865% (9.173.755 votos), uma diferença de apenas 49.641 votos em um universo de mais de 18 milhões de votos válidos. O resultado repetiu as margens estreitas das últimas duas eleições peruanas, em 2016 e 2021.

Com a vitória, Fujimori se tornará, em 28 de julho, a primeira mulher eleita presidente do Peru por voto popular, ao cabo de um processo eleitoral marcado por sucessivas crises institucionais: a queda de dois presidentes nos últimos meses, falhas no sistema de escrutínio da ONPE, a renúncia do chefe do órgão em meio a investigações por corrupção e um atraso inédito de mais de um mês na proclamação dos resultados do primeiro turno. Este monitor eleitoral reconstitui o contexto político que antecedeu o pleito, apresenta seus principais resultados presidenciais e legislativos e discute os desafios que se colocam à governabilidade peruana a partir da posse da nova presidente.

1 Um Executivo à deriva: a crise presidencial que antecedeu o pleito

Desde que Ollanta Humala completou seu mandato constitucional em 28 de julho de 2016, nenhum presidente peruano eleito por voto direto concluiu o próprio mandato. Pedro Pablo Kuczynski, eleito para o mandato de 2016-2021, renunciou em março de 2018, sob investigação pelo caso Odebrecht. Seu sucessor, Martín Vizcarra, foi destituído pelo Congresso em novembro de 2020 e sucedido, por sua vez, por Manuel Merino, que permaneceu apenas cinco dias no cargo antes de também renunciar sob pressão popular. Pedro Castillo, eleito em 2021 com uma bancada frágil de 37 dos 130 assentos parlamentares, foi destituído em dezembro de 2022 após tentar fechar o Congresso, dando início ao governo de sua vice-presidente, Dina Boluarte, marcado pela repressão a protestos e pela consolidação do controle fujimorista sobre as principais instituições do Estado.

Boluarte governou até 10 de outubro de 2025, quando foi removida pelo Congresso, marcando a sétima queda presidencial peruana em uma década¹². Assumiu em seu lugar, por sucessão constitucional, o então presidente do Congresso, José Jerí. O governo de Jerí durou, porém, apenas quatro meses: em 17 de fevereiro de 2026, a menos de dois meses do primeiro turno das eleições gerais, o Congresso aprovou uma moção de censura contra ele em meio a denúncias sobre encontros reservados de Jerí com o empresário chinês Zhihua Yang¹³. No dia seguinte, o Congresso elegeu José María Balcázar, congressista de 83 anos do Perú Libre, como novo presidente da Casa e, por consequência, da República. Balcázar derrotou a congressista conservadora María del Carmen Alva em votação apertada, tornando-se o oitavo

12RPP. “Congreso oficializa vacancia presidencial de Dina Boluarte por incapacidad moral permanente.” 10/10/2025. Disponível em: <https://rpp.pe/politica/congreso/congreso-oficializa-vacancia-presidencial-de-dina-boluarte-por-incapacidad-moral-permanente-noticia-1658809>.

13LA REPÚBLICA. “José Jerí es censurado por el Congreso y deja la presidencia del Perú.” 17/02/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/02/17/jose-jeri-es-censurado-por-el-congreso-y-deja-la-presidencia-del-peru-hnews-579938>.

mandatário peruano em uma década e o mais velho a assumir o cargo na história do país¹⁴.

O breve governo de transição de Balcázar também foi marcado por instabilidade. Em abril, o presidente interino adiou um acordo de compra de 24 caças F-16 com os Estados Unidos, por considerar não dispor de legitimidade, como interino, para assumir o compromisso, levando à renúncia dos ministros da Defesa e das Relações Exteriores¹⁵. No plano do gabinete, a rotatividade foi igualmente expressiva: Hernando de Soto foi anunciado premier em fevereiro, mas terminou substituído por Denisse Miralles, que renunciou já em 17 de março, a um dia de solicitar o voto de confiança ao Congresso, quando bancadas de Avanza País e Renovación Popular anteciparam a recusa ao seu gabinete¹⁶. Dias depois, em 22 de março, o ministro de Energia e Minas, Ángel Alfaro Lombardi, também renunciou, após denúncia por suposto abuso sexual¹⁷. Esse quadro de fragilidade institucional crônica compôs o pano de fundo imediato das eleições gerais de 2026, ano em que passou a vigorar a reforma constitucional de 2024, que restabeleceu a bicameralidade do Congresso peruano, a qual estava extinta desde o autogolpe de Alberto Fujimori em 1992.

2 As eleições gerais de 2026

As eleições gerais de 2026 foram convocadas pela então presidente Dina Boluarte, por meio do Decreto Supremo n.º 039-2025-PCM, de 25 de março de 2025. O pleito tinha o objetivo de eleger uma chapa presidencial, composta por presidente e dois vice-presidentes, 60 senadores, 130 deputados distribuídos em 27 circunscrições eleitorais e cinco representantes ao Parlamento Andino, todos para o período 2026-2031. Tratou-se da primeira eleição para um Congresso bicameral desde 1990.

2.1 O quadro de candidaturas e a fragmentação eleitoral

A corrida presidencial de 2026 reuniu 35 candidaturas, em um cenário de rejeição generalizada aos principais nomes da política peruana. Analistas apontaram, já no início do ano, que a preferência do eleitorado por candidatos *outsiders* tenderia a favorecer uma figura vinda do interior do país e distante da direita tradicional de Lima, prognóstico que se confirmaria com a ascensão de Roberto Sánchez, identificado por lideranças de Juntos por el Perú como sucessor do voto rural que elegeu Pedro Castillo em 2021, sobretudo em Cajamarca, Cusco e Puno¹⁸.

A campanha foi marcada por episódios trágicos e por sucessivas crises ministeriais concomitantes ao calendário eleitoral. Em 15 de março, Napoleón Becerra, candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores e Empreendedores (PTE-Peru), morreu em acidente de trânsito, mobilizando manifestações de solidariedade entre candidatos rivais¹⁹. Nos debates presidenciais promovidos ao longo do mês, os onze candidatos presentes convergiram na identificação do Congresso como principal responsável pela crise institucional do país, defendendo bandeiras como a reforma da Polícia Nacional, a reorganização do sistema de justiça e a reestruturação do sistema penitenciário, pontos que refletiam a centralidade da segurança

14CNN ESPAÑOL. “José María Balcázar es elegido presidente interino de Perú tras la destitución de José Jerí.” 18/02/2026. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2026/02/18/latinoamerica/jose-balcazar-presidente-congreso-peru-orix>.

15LA REPÚBLICA. “Aviones F16: Comisión de Defensa cita a ministros de Defensa y Relaciones Exteriores para este lunes.” 26/04/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/04/26/aviones-f16-comision-de-defensa-cita-a-ministros-de-defensa-y-relaciones-exteriores-para-este-lunes-hnews-392314>.

16LA REPÚBLICA. “Denisse Miralles renuncia a la PCM a un día de solicitar el voto de confianza al Congreso.” 17/03/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/03/17/denisse-miralles-renuncia-a-la-pcm-a-un-dia-de-solicitar-el-voto-de-confianza-al-congreso-jose-maria-balcazar-hnews-771069>.

17LA REPÚBLICA. “Ángelo Alfaro renuncia al Ministerio de Energía y Minas en medio de denuncia por presunto abuso sexual.” 22/03/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/03/22/angelo-alfaro-enuncia-al-ministerio-de-energia-y-minas-en-medio-de-denuncia-por-por-presunto-abuso-sexual-hnews-1460998>.

18EL BÚHO. “En Cajamarca, Puno y Cusco el voto es de hartazgo y se va a defender más en segunda vuelta, afirman analistas.” 26/04/2026. Disponível em: <https://elbuho.pe/2026/04/en-cajamarca-puno-y-cusco-el-voto-es-de-hartazgo-y-se-va-a-defender-mas-en-segunda-vuelta-afirman-analistas/>.

19LA REPÚBLICA. “Napoleón Becerra, candidato presidencial del PTE, falleció en un accidente.” 15/03/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/03/15/napoleon-becerra-candidato-presidencial-del-pte-fallecio-en-un-accidente-elecciones-peru-2026-hnews-959535>.

pública na agenda eleitoral²⁰.

As pesquisas de opinião, no entanto, revelavam um cenário fragmentado e de baixíssima densidade eleitoral até bem próximo do pleito. Levantamento do Ipsos, realizado em 26 e 27 de março, mostrava Fujimori na liderança com apenas 11% das intenções de voto, seguida por López Aliaga com 9%, ambos estagnados havia semanas; o humorista Carlos Álvarez (País para Todos) ocupava o terceiro lugar, com 7%. Ao todo, 21% dos entrevistados declaravam que votariam em branco, nulo ou em nenhum candidato, e outros 13% ainda não haviam definido sua escolha, retrato do desgaste da confiança pública nas instituições políticas peruanas, o qual se manteria como pano de fundo de todo o processo eleitoral²¹.

Quadro 1. Cinco candidaturas à presidência do Peru mais votadas no primeiro turno (2026)

CANDIDATO (A)	PARTIDO	VOTOS VÁLIDOS
Keiko Fujimori	Fuerza Popular	17,192%
Roberto Sánchez	Juntos por el Perú	12,039%
Rafael López Aliaga	Renovación Popular	11,912%
Jorge Nieto	Partido del Buen Gobierno	10,978%
Ricardo Belmont	Partido Cívico Obras	10,150%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da ONPE.

2.2 O primeiro turno e a crise na ONPE

O primeiro turno, realizado em 12 de abril de 2026, confirmou a fragmentação anunciada pelas pesquisas, embora em patamares de votação muito superiores aos projetados meses antes: Fujimori venceu com 17,192% dos votos válidos (2.877.678 votos), seguida por Sánchez, com 12,039% (2.015.114 votos), que superou López Aliaga por uma margem de pouco mais de 21 mil votos (diferença que só se consolidou com a apuração dos votos do interior do país, historicamente mais favoráveis à esquerda). Completavam os cinco primeiros lugares Jorge Nieto, com 10,978% e Ricardo Belmont, com 10,150%²².

A votação foi marcada, contudo, por uma crise operacional na sua condução. A Solución Tecnológica de Apoyo al Escrutinio (STAE), sistema digital adotado pela ONPE para dar suporte à contagem, apresentou falhas generalizadas na impressão de atas e problemas no suprimento de tinta, sobretudo em Lima Metropolitana e Callao, impedindo ou atrasando a instalação de milhares de mesas de votação. Estima-se que cerca de 500 mil eleitores não tenham conseguido votar em razão dessas falhas²³. O então chefe da ONPE, Piero Corvetto, renunciou ao cargo em 21 de abril, em meio a investigações por suposto delito de colusão agravada envolvendo contratos com fornecedores dos serviços eleitorais. A Fiscalía Supraprovincial Anticorrupción realizou diligências na sede do órgão para recolher informações sobre essas contratações. Corvetto foi substituído interinamente por Bernardo Pachas^{24,25}.

20LA REPÚBLICA. “Candidatos coinciden en que el Congreso es responsable de la crisis actual.” 25/03/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/03/25/candidatos-coinciden-en-que-el-congreso-es-responsable-de-la-crisis-actual-hnews-1684275>.

21LA REPÚBLICA. “Encuestas presidenciales 2026: Keiko Fujimori y López Aliaga se estancan mientras que Carlos Álvarez sube al tercer lugar.” 29/03/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/03/29/encuestas-presidenciales-2026-keiko-fujimori-y-lopez-aliaga-se-estancan-mientras-que-carlos-alvarez-sube-al-tercer-lugar-hnews-2577607>.

22LA REPÚBLICA. “JNE proclama oficialmente los resultados de las Elecciones 2026: Fujimori y Sánchez pasan a segunda vuelta.” 17/05/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/05/17/jne-anuncia-oficialmente-que-keiko-fujimori-y-roberto-sanchez-pasan-a-segunda-vuelta-presidencial-hnews-1002847>.

23RPP. “Elecciones 2026: ONPE descarta sistema STAE para la segunda vuelta.” 23/04/2026. Disponível em: <https://rpp.pe/politica/elecciones/elecciones-2026-onpe-descarta-sistema-stae-para-la-segunda-vuelta-noticia-1685613>.

24LA REPÚBLICA. “Fiscalía llega a la ONPE para recoger información sobre las contrataciones para las elecciones 2026.” 29/04/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/04/29/fiscalia-llega-a-la-onpe-para-recoger-informacion-sobre-las-contrataciones-para-las-elecciones-2026-hnews-828008>.

25INFOBAE. “Segunda vuelta 2026 en Perú: miembros de mesa volverán al conteo manual tras firma de Piero Corvetto antes de renunciar a ONPE.” 25/04/2026. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/04/25/segunda-vuelta-2026-miembros-de-mesa-volveran-al-conteo-manual-tras-firma-de-piero-corvetto-antes-de-renunciar-a-onpe/>.

Arevisão de mais de 15 mil atas pendentes perante os Jurados Eleitorais Especiais (JEE) atrasou a proclamação oficial dos resultados. Inicialmente estimada para meados de maio, a proclamação só ocorreu em sessão solene de 17 de maio, mais de um mês após o dia do pleito, intervalo inédito na história eleitoral recente do país. Oficializaram-se Fujimori e Sánchez como os dois candidatos ao segundo turno. A reação de Renovación Popular foi imediata: a congressista Norma Yarrow anunciou pedido de nulidade da ata de proclamação, alegando “sabotagem” e “fraude”, e chegou a mencionar a existência de uma “organização criminal” por trás do resultado. O JNE rejeitou o recurso, reiterando o caráter definitivo de suas decisões em matéria eleitoral²⁶. A narrativa de fraude sustentada por López Aliaga ao longo de todo o processo, que chegou a oferecer recompensas de até 20 mil soles a funcionários eleitorais que entregassem provas de irregularidades, não encontrou respaldo nem em instâncias judiciais nem entre os observadores internacionais. A Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) saudou a proclamação e exortou os candidatos a evitar confrontos e discursos que aprofundassem a polarização, enquanto a missão da União Europeia, que já havia descartado indícios de fraude, manteve 150 observadores no país até a realização do segundo turno²⁷.

2.3 O novo Congresso bicameral

Paralelamente à disputa presidencial, as eleições de abril definiram a composição do primeiro Congresso bicameral peruano desde 1990. No Senado, seis organizações políticas obtiveram representação: Fuerza Popular elegeu a maior bancada, com 22 dos 60 assentos, seguida por Juntos por el Perú, com 14; Renovación Popular obteve 8 cadeiras; o Partido del Buen Gobierno, 7; o Partido Cívico Obras, 5; e Ahora Nación, 4²⁸. Na Câmara de Deputados, o padrão se repetiu: Fuerza Popular tornou-se a maior bancada, com 41 dos 130 assentos, seguida por Juntos por el Perú, com 31²⁹.

O resultado legislativo consolidou um Congresso fragmentado, sem que nenhuma força política reunisse maioria absoluta em qualquer das duas Câmaras, cenário que impõe à Fujimori a necessidade de negociação permanente para aprovar sua agenda a partir de 28 de julho. A reforma bicameral redesenhou também as relações entre Executivo e Legislativo: ao Senado, que não pode ser dissolvido pelo presidente, foram atribuídos poderes extraordinários, como a eleição dos membros do Tribunal Constitucional; à Câmara de Deputados, que pode ser dissolvida sob determinadas condições, cabe a primeira instância na aprovação de projetos de lei e a atribuição de interpelar e censurar ministros. A reforma eliminou, ainda, o voto de confiança por investidura, na tentativa declarada de reduzir a polarização entre os dois poderes que caracterizou a década de instabilidade presidencial peruana³⁰. Ainda assim, a cláusula de destituição por “incapacidade moral” continua na Constituição, cabendo à Câmara abrir o processo de destituição do presidente e ao Senado ratificar, necessitando, em cada Casa, maioria qualificada³¹.

26LA REPÚBLICA. “JNE proclama oficialmente los resultados de las Elecciones 2026: Fujimori y Sánchez pasan a segunda vuelta.” 17/05/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/05/17/jne-anuncia-oficialmente-que-keiko-fujimori-y-roberto-sanchez-pasan-a-segunda-vuelta-presidencial-hnews-1002847>.

27LA REPÚBLICA. “En vivo: JNE proclama los resultados de las elecciones presidenciales; Sánchez y Fujimori a segunda vuelta.” 17/05/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/05/17/en-vivo-jne-proclama-los-resultados-de-las-elecciones-presidenciales-sanchez-y-fujimori-a-segunda-vuelta-hnews-1308354>.

28EL PERUANO. “Elecciones Generales 2026: estos son los senadores electos para el periodo 2026-2031.” 19/06/2026. Disponível em: <https://elperuano.pe/noticia/298341-elecciones-generales-2026-estos-son-los-senadores-electos-para-el-periodo-2026-2031>.

29EXPRESO. “Conteo ONPE al 100%: lista de los 60 senadores y 130 diputados electos del Congreso Bicameral 2026-2031.” 2026. Disponível em: <https://www.expreso.com.pe/politica/conteo-onpe-al-100-lista-de-los-60-senadores-y-130-diputados-electos-del-congreso-bicameral-2026-2031-elecciones-2026-fuerza-popular-juntos-por-el-peru-noticia/1294620/>.

30ONPE (Oficina Nacional de Procesos Electorales). “El Congreso será Bicameral.” Elecciones Generales 2026. Disponível em: <https://eg2026.onpe.gob.pe/bicameralidad/>.

31INFOBAE. “Cambio de era en Perú: por qué ya no será tan fácil destituir al próximo Presidente (aunque llegue por pocos votos).” 2026. <https://www.infobae.com/peru/2026/06/11/cambio-de-era-en-peru-por-que-ya-no-sera-tan-facil-destituir-al-proximo-presidente-aunque-llegue-por-pocos-votos/>

2.4 O segundo turno: a eleição mais apertada da história recente

Confirmados os dois candidatos do segundo turno, Fujimori e Sánchez adotaram estratégias territoriais opostas ao longo do mês de maio. Até 25 de maio, Fujimori havia visitado 50% mais distritos que Sánchez, priorizando as regiões do norte e do leste do país, onde venceu no primeiro turno, enquanto Sánchez concentrou sua campanha nas regiões costeiras e na capital³². Pesquisa do instituto Datum, divulgada em 22 de maio, apontava empate técnico de 39,5% para Fujimori a 36,1% para Sánchez³³. Em paralelo, o governo de Balcázar ampliou por 60 dias, por meio do Decreto Supremo n.º 077-2026-PCM, de 21 de maio, o estado de emergência vigente em distritos de quatro regiões do país afetadas pela violência e pelo crime organizado, medida que se somava a sucessivas prorrogações que já abrangiam Lima e Callao desde o início do ano³⁴.

Diante das falhas registradas no primeiro turno, a ONPE descartou inteiramente o sistema STAE para o segundo turno, retornando ao método tradicional de contagem manual de atas em papel. A Junta Nacional de Justiça (JNJ) publicou edital de concurso para a escolha do novo titular da ONPE, com posse prevista somente para 3 de julho, o que significou que todo o segundo turno seria conduzido pelo diretor interino, Bernardo Pachas³⁵.

Realizado em 7 de junho, o segundo turno bateu o recorde de votos nulos registrado em eleições similares nos últimos 20 anos e teve alto grau de abstenção: mais de 7,5 milhões de peruanos, de um universo de 27 milhões de eleitores aptos, não compareceram às urnas, a despeito da obrigatoriedade do voto³⁶. A apuração revelou-se a mais apertada da história eleitoral recente do país: em 11 de junho, com 98,24% das atas contabilizadas, Fujimori registrava 50,002% dos votos válidos contra 49,998% de Sánchez, uma diferença de apenas 749 votos³⁷.

A contagem das 92.766 atas do pleito só se completou 22 dias depois, em 29 de junho. Ao final do escrutínio, a ONPE confirmou a vitória de Fujimori com 50,135% dos votos válidos contra 49,865% de Sánchez, diferença de 49.641 votos. O Juntos por el Perú buscou anular mais de 2.300 mesas de sufrágio no exterior, sobretudo nos Estados Unidos e na Argentina, e Sánchez anunciou a intenção de recorrer à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O JNE, no entanto, rejeitou como infundadas todas as apelações apresentadas pela oposição, reiterando o caráter inapelável do cronograma eleitoral. A proclamação oficial dos resultados pelo Plenário do JNE foi realizada no dia 3 de julho, após a conclusão das proclamações descentralizadas pelos Jurados Eleitorais Especiais³⁸. A entrega de credenciais à fórmula presidencial eleita ocorrerá em cerimônia no Teatro Nacional em 15 de julho, e a posse está marcada para 28 de julho, data em que se completa o período constitucional 2021-2026³⁹.

32INFOBAE. “Lo que le espera al Perú en la campaña de segunda vuelta: alianzas cruzadas, el factor Pedro Castillo y el antivoto.” 15/05/2026. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/05/15/lo-que-le-espera-al-peru-en-la-campana-de-segunda-vuelta-alianzas-cruzadas-el-factor-pedro-castillo-y-el-antivoto/>.

33INFOBAE. “Última encuesta Datum: Keiko Fujimori lidera con 39,5% frente a Roberto Sánchez con 36,1% a dos semanas del balotaje.” 22/05/2026. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/05/22/ultima-encuesta-datum-keiko-fujimori-lidera-con-395-frente-a-roberto-sanchez-con-361-a-dos-semanas-del-balotaje/>.

34LA REPÚBLICA. “Gobierno amplía estado de emergencia por 60 días en distritos de cuatro regiones del Perú afectadas por violencia y crimen.” 21/05/2026. Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2026/05/21/gobierno-amplia-estado-de-emergencia-por-60-dias-en-distritos-de-cuatro-regiones-del-peru-afectadas-por-violencia-y-crimen-1441692>.

35RPP. “Elecciones 2026: ONPE descarta sistema STAE para la segunda vuelta.” 23/04/2026. Disponível em: <https://rpp.pe/politica/elecciones/elecciones-2026-onpe-descarta-sistema-stae-para-la-segunda-vuelta-noticia-1685613>.

36EL COMERCIO. “Resultados segunda vuelta Elecciones Perú 2026 EN VIVO: Conteo ONPE, flash electoral y quién gana entre Keiko Fujimori y Roberto Sánchez.” 2026. Disponível em: <https://elcomercio.pe/politica/elecciones/resultados-segunda-vuelta-elecciones-peru-2026-en-vivo-conteo-onpe-flash-electoral-y-quien-gana-entre-keiko-fujimori-y-roberto-sanchez-hoy-7-de-junio-noticia/>.

37INFOBAE. “Resultados oficiales de la ONPE: LINK para conocer si ganó Keiko Fujimori o Roberto Sánchez.” 07/06/2026. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/06/07/resultados-oficiales-de-la-onpe-link-para-conocer-si-gano-keiko-fujimori-o-roberto-sanchez/>.

38INFOBAE. “Keiko Fujimori será proclamada como presidenta electa el viernes 3 de julio, según el JNE.” 30/06/2026. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/06/30/keiko-fujimori-sera-proclamada-como-presidenta-electa-el-viernes-3-de-julio-segun-el-jne/>.

39EL CRONISTA. “Terminó el escrutinio definitivo en Perú: por cuánto ganó Keiko Fujimori y cuándo la proclaman.” 29/06/2026. Disponível em: <https://www.cronista.com/internacional/>.

Keiko Fujimori, de 51 anos, será a primeira mulher a governar o Peru eleita por voto popular, após sua quarta candidatura presidencial, depois de ter disputado e perdido os segundos turnos de 2011, 2016 e 2021. Trata-se da primeira eleição peruana desde a morte de seu pai, o ex-presidente Alberto Fujimori, falecido em 2024, e marca o retorno do fujimorismo ao Executivo mais de duas décadas após a queda do regime que ele liderou. Ao lado de Fujimori, assumirão a vice-presidência Luis Galarreta Velarde e Miguel Ángel Torres. Durante a campanha, a candidata do Fuerza Popular concentrou sua plataforma na segurança pública, prometendo o emprego das Forças Armadas em uma “guerra” contra as quadrilhas de extorsão e a expulsão de migrantes que cometam delitos, bandeiras que dialogam diretamente com o descontentamento social mapeado pelas pesquisas ao longo de toda a campanha eleitoral e com o momento atual global.

Conclusão

O ciclo eleitoral peruano de 2026 evidenciou, mais uma vez, a profundidade da crise de representação e de governabilidade que marca o país desde 2016. A eleição ocorreu sob uma dupla desconfiança: de um lado, contra o Congresso, identificado pelos próprios candidatos presidenciais como principal responsável pela sucessão de crises que já havia derrubado dois presidentes nos meses anteriores ao pleito; de outro, contra o próprio sistema eleitoral, que somente evitou o colapso de sua credibilidade graças à ausência de provas de fraude e ao reconhecimento internacional do processo, apesar das falhas técnicas e do atraso inédito na proclamação do primeiro turno.

A vitória de Fujimori, por margem inferior a 50 mil votos em um universo de mais de 18 milhões, expressa, também, a polarização persistente entre fujimorismo e anti-fujimorismo enraizado na sociedade peruana. O novo Congresso bicameral, fragmentado e sem maioria absoluta para nenhuma das duas principais forças políticas, testará já nos primeiros meses do novo governo o desenho institucional criado pela reforma de 2024, concebido justamente para reduzir a polarização entre Executivo e Legislativo que caracterizou a década anterior e foi responsável pelas sucessivas quedas presidenciais nos últimos dez anos. Resta saber se a maior representação parlamentar do Fuerza Popular será suficiente para garantir à presidente eleita Keiko Fujimori a governabilidade que faltou aos oito presidentes que a precederam desde 2016, ou se o Peru inaugurará, a partir de 28 de julho, mais um capítulo da mesma crise política e institucional.

Referências

CNN ESPAÑOL. El JNE proclama los resultados oficiales en Perú: Fujimori y Sánchez pasan a segunda vuelta. 17/05/2026. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2026/05/17/latinoamerica/peru-jne-proclama-resultados-fujimori-sanchez-orix>.

CNN ESPAÑOL. José María Balcázar es elegido presidente interino de Perú tras la destitución de José Jerí. 18/02/2026. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2026/02/18/latinoamerica/jose-balcazar-presidente-congreso-peru-orix>.

EL BÚHO. En Cajamarca, Puno y Cusco el voto es de hartazgo y se va a defender más en segunda vuelta, afirman analistas. 26/04/2026. Disponível em: <https://elbuho.pe/2026/04/en-cajamarca-puno-y-cusco-el-voto-es-de-hartazgo-y-se-va-a-defender-mas-en-segunda-vuelta-afirman-analistas/>.

EL COMERCIO. Resultados segunda vuelta Elecciones Perú 2026 EN VIVO: Conteo ONPE, flash electoral y quién gana entre Keiko Fujimori y Roberto Sánchez. 2026. Disponível em: <https://elcomercio.pe/politica/elecciones/resultados-segunda-vuelta-elecciones-peru-2026-en-vivo-conteo-onpe-flash-electoral-y-quien-gana-entre-keiko-fujimori-y-roberto-sanchez-hoy-7-de-junio-noticia/>.

EL CRONISTA. Terminó el escrutinio definitivo en Perú: por cuánto ganó Keiko Fujimori y cuándo la proclaman. 29/06/2026. Disponível em: <https://www.cronista.com/internacionales/termino-el-escrutinio-definitivo-en-peru-por-cuanto-gano-keiko-fujimori-y-les/termino-el-escrutinio-definitivo-en-peru-por-cuanto-gano-keiko-fujimori-y-cuando-la-proclaman/>.



[cuando-la-proclaman/](#).

EL PERUANO. Elecciones Generales 2026: estos son los senadores electos para el periodo 2026-2031. 19/06/2026. Disponible em: <https://elperuano.pe/noticia/298341-elecciones-generales-2026-estos-son-los-senadores-electos-para-el-periodo-2026-2031>.

EXPRESO. Conteo ONPE al 100%: lista de los 60 senadores y 130 diputados electos del Congreso Bicameral 2026-2031. 2026. Disponible em: <https://www.expreso.com.pe/politica/conteo-onpe-al-100-lista-de-los-60-senadores-y-130-diputados-electos-del-congreso-bicameral-2026-2031-elecciones-2026-fuerza-popular-juntos-por-el-peru-noticia/1294620/>.

INFOBAE. Denisse Miralles renuncia a la PCM luego de 22 días, un día antes del voto de confianza y a menos de un mes de las elecciones. 17/03/2026. Disponible em: <https://www.infobae.com/peru/2026/03/17/denisse-miralles-renuncia-a-la-pcm-luego-de-22-dias-un-dia-antes-del-voto-de-confianza-y-a-menos-de-un-mes-de-las-elecciones/>.

INFOBAE. Keiko Fujimori será proclamada como presidenta electa el viernes 3 de julio, según el JNE. 30/06/2026. Disponible em: <https://www.infobae.com/peru/2026/06/30/keiko-fujimori-sera-proclamada-como-presidenta-electa-el-viernes-3-de-julio-segun-el-jne/>.

INFOBAE. Lo que le espera al Perú en la campaña de segunda vuelta: alianzas cruzadas, el factor Pedro Castillo y el antivoto. 15/05/2026. Disponible em: <https://www.infobae.com/peru/2026/05/15/lo-que-le-espera-al-peru-en-la-campana-de-segunda-vuelta-alianzas-cruzadas-el-factor-pedro-castillo-y-el-antivoto/>.

INFOBAE. Resultados oficiales de la ONPE: LINK para conocer si ganó Keiko Fujimori o Roberto Sánchez. 07/06/2026. Disponible em: <https://www.infobae.com/peru/2026/06/07/resultados-oficiales-de-la-onpe-link-para-conocer-si-gano-keiko-fujimori-o-roberto-sanchez/>.

INFOBAE. Segunda vuelta 2026 en Perú: miembros de mesa volverán al conteo manual tras firma de Piero Corvetto antes de renunciar a ONPE. 25/04/2026. Disponible em: <https://www.infobae.com/peru/2026/04/25/segunda-vuelta-2026-miembros-de-mesa-volveran-al-conteo-manual-tras-firma-de-piero-corvetto-antes-de-renunciar-a-onpe/>.

INFOBAE. Última encuesta Datum: Keiko Fujimori lidera con 39,5% frente a Roberto Sánchez con 36,1% a dos semanas del balotaje. 22/05/2026. Disponible em: <https://www.infobae.com/peru/2026/05/22/ultima-encuesta-datum-keiko-fujimori-lidera-con-395-frente-a-roberto-sanchez-con-361-a-dos-semanas-del-balotaje/>.

INFOBAE. Web oficial del JNE mostró a Keiko Fujimori como presidenta electa y luego borró el contenido. 11/06/2026. Disponible em: <https://www.infobae.com/peru/2026/06/11/web-oficial-del-jne-presento-a-keiko-fujimori-como-presidenta-electa-y-luego-borro-el-contenido/>.

LA NACIÓN. Keiko Fujimori ganó el balotaje en Perú por menos de 50.000 votos y será la próxima presidenta. 29/06/2026. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/keiko-fujimori-gano-el-balotaje-en-peru-por-menos-de-50000-votos-y-sera-la-proxima-presidenta-nid29062026/>.

LA REPÚBLICA. Ángel Alfaro renuncia al Ministerio de Energía y Minas en medio de denuncia por presunto abuso sexual. 22/03/2026. Disponible em: <https://larepublica.pe/politica/2026/03/22/angelo-alfaro-enuncia-al-ministerio-de-energia-y-minas-en-medio-de-denuncia-por-por-presunto-abuso-sexual-hnews-1460998>.

LA REPÚBLICA. Aviones F16: Comisión de Defensa cita a ministros de Defensa y Relaciones Exteriores para este lunes. 26/04/2026. Disponible em: <https://larepublica.pe/politica/2026/04/26/aviones-f16-comision-de-defensa-cita-a-ministros-de-defensa-y-relaciones-exteriores-para-este-lunes-hnews-392314>.

LA REPÚBLICA. Candidatos coinciden en que el Congreso es responsable de la crisis actual. 25/03/2026. Disponible em: <https://larepublica.pe/politica/2026/03/25/candidatos-coinciden-en-que-el-congreso-es-responsable-de-la-cri-sis-actual-hnews-1684275>.

LA REPÚBLICA. Denisse Miralles renuncia a la PCM a un día de solicitar el voto de confianza al Congreso. 17/03/2026. Disponible em: <https://larepublica.pe/politica/2026/03/17/>

[denisse-miralles-renuncia-a-la-pcm-a-un-dia-de-solicitar-el-voto-de-confianza-al-congreso-jose-maria-balcazar-hnews-771069.](#)

LA REPÚBLICA. En vivo: JNE proclama los resultados de las elecciones presidenciales; Sánchez y Fujimori a segunda vuelta. 17/05/2026. Disponible em: [https://larepublica.pe/politica/2026/05/17/en-vivo-jne-proclama-los-resultados-de-las-elecciones-presidenciales-sanchez-y-fujimori-a-segunda-vuelta-hnews-1308354.](https://larepublica.pe/politica/2026/05/17/en-vivo-jne-proclama-los-resultados-de-las-elecciones-presidenciales-sanchez-y-fujimori-a-segunda-vuelta-hnews-1308354)

LA REPÚBLICA. Encuestas presidenciales 2026: Keiko Fujimori y López Aliaga se estancan mientras que Carlos Álvarez sube al tercer lugar. 29/03/2026. Disponible em: [https://larepublica.pe/politica/2026/03/29/encuestas-presidenciales-2026-keiko-fujimori-y-lopez-aliaga-se-estancan-mientras-que-carlos-alvarez-sube-al-tercer-lugar-hnews-2577607.](https://larepublica.pe/politica/2026/03/29/encuestas-presidenciales-2026-keiko-fujimori-y-lopez-aliaga-se-estancan-mientras-que-carlos-alvarez-sube-al-tercer-lugar-hnews-2577607)

LA REPÚBLICA. Fiscalía llega a la ONPE para recoger información sobre las contrataciones para las elecciones 2026. 29/04/2026. Disponible em: [https://larepublica.pe/politica/2026/04/29/fiscalia-llega-a-la-onpe-para-recoger-informacion-sobre-las-contrataciones-para-las-elecciones-2026-hnews-828008.](https://larepublica.pe/politica/2026/04/29/fiscalia-llega-a-la-onpe-para-recoger-informacion-sobre-las-contrataciones-para-las-elecciones-2026-hnews-828008)

LA REPÚBLICA. Gobierno amplía estado de emergencia por 60 días en distritos de cuatro regiones del Perú afectadas por violencia y crimen. 21/05/2026. Disponible em: [https://larepublica.pe/sociedad/2026/05/21/gobierno-amplia-estado-de-emergencia-por-60-dias-en-distritos-de-cuatro-regiones-del-peru-afectadas-por-violencia-y-crimen-1441692.](https://larepublica.pe/sociedad/2026/05/21/gobierno-amplia-estado-de-emergencia-por-60-dias-en-distritos-de-cuatro-regiones-del-peru-afectadas-por-violencia-y-crimen-1441692)

LA REPÚBLICA. JNE proclama oficialmente los resultados de las Elecciones 2026: Fujimori y Sánchez pasan a segunda vuelta. 17/05/2026. Disponible em: [https://larepublica.pe/politica/2026/05/17/jne-anuncia-oficialmente-que-keiko-fujimori-y-roberto-sanchez-pasan-a-segunda-vuelta-presidencial-hnews-1002847.](https://larepublica.pe/politica/2026/05/17/jne-anuncia-oficialmente-que-keiko-fujimori-y-roberto-sanchez-pasan-a-segunda-vuelta-presidencial-hnews-1002847)

LA REPÚBLICA. José Jerí es censurado por el Congreso y deja la presidencia del Perú. 17/02/2026. Disponible em: [https://larepublica.pe/politica/2026/02/17/jose-geri-es-censurado-por-el-congreso-y-deja-la-presidencia-del-peru-hnews-579938.](https://larepublica.pe/politica/2026/02/17/jose-geri-es-censurado-por-el-congreso-y-deja-la-presidencia-del-peru-hnews-579938)

LA REPÚBLICA. Napoleón Becerra, candidato presidencial del PTE, falleció en un accidente. 15/03/2026. Disponible em: [https://larepublica.pe/politica/2026/03/15/napoleon-becerra-candidato-presidencial-del-pte-fallecio-en-un-accidente-elecciones-peru-2026-hnews-959535.](https://larepublica.pe/politica/2026/03/15/napoleon-becerra-candidato-presidencial-del-pte-fallecio-en-un-accidente-elecciones-peru-2026-hnews-959535)

ONPE (Oficina Nacional de Procesos Electorales). El Congreso será Bicameral. Elecciones Generales 2026. Disponible em: [https://eg2026.onpe.gob.pe/bicameralidad/.](https://eg2026.onpe.gob.pe/bicameralidad/)

RPP. Congreso oficializa vacancia presidencial de Dina Boluarte por incapacidad moral permanente. 10/10/2025. Disponible em: [https://rpp.pe/politica/congreso/congreso-oficializa-vacancia-presidencial-de-dina-boluarte-por-incapacidad-moral-permanente-noticia-1658809.](https://rpp.pe/politica/congreso/congreso-oficializa-vacancia-presidencial-de-dina-boluarte-por-incapacidad-moral-permanente-noticia-1658809)

RPP. Elecciones 2026: ONPE descarta sistema STAE para la segunda vuelta. 23/04/2026. Disponible em: [https://rpp.pe/politica/elecciones/elecciones-2026-onpe-descarta-sistema-stae-para-la-segunda-vuelta-noticia-1685613.](https://rpp.pe/politica/elecciones/elecciones-2026-onpe-descarta-sistema-stae-para-la-segunda-vuelta-noticia-1685613)



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Abril de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	37
Brasil.....	38
Colômbia.....	39
Equador.....	40
Guiana.....	42
Peru.....	43
Suriname.....	44
Venezuela.....	45
OTCA.....	46

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em abril de 2026, ocorreu a promulgação da lei de mudança de uso do solo (lei nº 1.720) na Bolívia. A legislação muda a classificação de terras no país, permitindo a titulação de pequenas propriedades como propriedades médias de forma voluntária. A justificativa do presidente, Rodrigo Paz, é que a lei favorece os setores campestres e os povos indígenas [1]. Por outro lado, organizações populares e movimentos sociais, principalmente ligados às lutas dos povos indígenas, afirmam que a legislação beneficia apenas aos



empresários agroindustriais, setor poderoso nos estados do oriente e da Amazônia boliviana, e que servirá de incentivo à ampliação de desmatamento. De acordo com eles, na distribuição fundiária da Bolívia, propriedades de grande porte, cuja produção mecanizada é voltada para a exportação, foram fracionadas para serem consideradas pequenas propriedades, camuflando latifúndios. A nova lei, portanto, fragilizaria a proteção à pequena propriedade orientada à agricultura familiar. A cerimônia de aprovação da lei foi feita, inclusive, junto a setores do agronegócio ligados à produção de soja. No dia 8 de abril, mesmo dia da promulgação da lei, diversas organizações camponesas e indígenas iniciaram uma marcha, saindo do departamento de Pando, na Amazônia boliviana, em direção a La Paz, contra a lei [2].

Além disso, as eleições subnacionais também foram uma pauta política importante no mês. Entre os departamentos amazônicos, dois realizaram um segundo turno para eleger seus governadores: Beni e Santa Cruz. Em Beni, foi eleito Jesús Egüez, da aliança Patria-Unidos, grupo político ligado ao presidente Rodrigo Paz. Em Santa Cruz, em um cenário de grande fragmentação, Juan Pablo Velasco, da aliança LIBRE, foi eleito, representando um campo político liberal-conservador [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://es.mongabay.com/2026/05/bolivia-en-tension-las-grietas-en-la-politica-ambiental-del-presidente-rodrigo-paz-lecturas-ambientales>.

[2]Disponível em: <https://es.mongabay.com/2026/04/ley-tierras-bolivia-abre-conflicto-ambientalistas-pueblos-indigenas-campesinos/>.

[3]Disponível em: <https://www.celag.org/bolivia-lectura-politica-de-los-resultados-de-elecciones-subnacionales/>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em 6 de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou a senadores do Amazonas que deve visitar pessoalmente o estado para ver o avanço das obras da rodovia-319, que liga Manaus a Porto Velho, em um gesto para angariar apoio local às eleições de outubro de 2026 [1]. O início da pavimentação do “trecho do meio” da rodovia foi anunciado em 31 de março pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e decorre da flexibilização da lei de licenciamento ambiental aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. O começo da obra recebeu críticas da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que afirmou a necessidade de uma governança aprimorada para o projeto. O Observatório do Clima, organização da sociedade civil, denunciou a falta de uma avaliação técnica do Ibama a respeito dos impactos socioambientais da obra [2]. A estrada, inaugurada em 1976, passa atualmente por 13 municípios, 42 Unidades de Conservação e 69 Terras Indígenas [2].

Também no plano doméstico, ocorreu a 22ª edição do Acampamento Terra Livre, em Brasília, entre os dias 5 e 11 de abril, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Em carta aberta, a entidade criticou o Congresso Nacional pela prioridade que dá a interesses privados em relação aos direitos indígenas. Também cobrou dos Poderes Executivo e Judiciário maior celeridade em demarcações, desintrusões e proteções de terras indígenas, em vez da promoção de obras de infraestrutura e acordos de conciliação sem a consulta prevista legalmente às comunidades tradicionais afetadas [3]. Além disso, o documento “Recomendações do movimento indígena brasileiro para um mapa do caminho global para além dos combustíveis fósseis” foi entregue ao Itamaraty, reivindicando a criação de Zonas Livres de Combustíveis Fósseis (FFZs) no país. Elas significariam a proibição da exploração desses combustíveis em regiões de alta relevância ecológica e cultural, como a Amazônia, e o reforço das proibições já existentes em áreas protegidas e terras indígenas [4].

No plano internacional, o Brasil ganhou, no dia 16, a eleição para a presidência do comitê de tecnologia da ONU sobre mudança do clima pela primeira vez. O cargo será ocupado pelo diplomata Pedro



Ivo Ferraz da Silva, que coordenava os assuntos tecnológicos do Departamento de Clima do Itamaraty. O posto é estratégico por fazer recomendações às COPs do Clima sobre tecnologias apropriadas às mudanças climáticas e políticas públicas para difundir-las [5]. Além disso, representantes do governo brasileiro estiveram presentes na 1ª Conferência sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, realizada em Santa Marta, na Colômbia, entre 24 e 29 de abril, com o objetivo de estimular os países a elaborarem mapas nacionais de abandono dessas matérias-primas [6]. Segundo Ana Toni, diretora-executiva da COP30 de Belém, o espaço serviu para amadurecer o debate internacional sobre transição energética por meio de uma troca de ideias sobre as situações e experiências de vários países [7].

Referências

- [1]Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2026/04/06/lula-vai-visitar-obras-da-br-319-no-amazonas.ghtml>.
- [2]Disponível em: <https://oc.eco.br/oc-entrara-na-justica-contras-editais-do-dnit-para-br-319/>.
- [3]Disponível em: <https://apiboficial.org/2026/04/06/nosso-acampamento-expressao-da-nossa-luta-carta-de-abertura-do-atl-2026/>.
- [4] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/04/09/atl-2026-indigenas-apresentam-proposta-global-para-fim-dos-combustiveis-fosseis/>.
- [5]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/04/16/brasil-assume-presidencia-de-comite-tecnologico-da-onu-clima.ghtml>.
- [6]Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/04/30/entenda-em-topicos-os-avancos-e-as-pendencias-da-1a-conferencia-sobre-a-transicao-para-longe-dos-combustiveis-fosseis.ghtml>.
- [7]Disponível em: <https://apublica.org/2026/05/ana-toni-pessoas-tem-medo-da-mudanca-nao-da-mudanca-do-clima/>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Entre os dias 24 e 29 de abril de 2026, a Primeira Conferência Internacional para a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis foi realizada em Santa Marta, na Colômbia, organizada pelo governo colombiano em parceria com os Países Baixos [1]. O encontro reuniu representantes de 57 países, além de governos subnacionais, povos indígenas, sindicatos, organizações internacionais, academia e sociedade civil, somando mais de 1.500 participantes [2]. A conferência se apresentou como uma plataforma voltada a acelerar ações concretas de redução da dependência global de petróleo, gás e carvão, por meio da identificação de caminhos facilitadores para a implementação de uma transição justa, ordenada e equitativa para longe dos combustíveis fósseis [3]. A nova ferramenta funciona de forma complementar à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas e, por isso, seus resultados também serão alinhados à Agenda de Ação da COP31 [3].

A conferência foi estruturada em torno de três eixos centrais: (1) a superação da dependência econômica dos combustíveis fósseis; (2) a transformação da oferta e da demanda energética; e (3) o fortalecimento da cooperação internacional e da diplomacia climática [3]. Foi estabelecido, na Conferência, um painel científico internacional para orientar a tomada de decisões e acelerar a transição energética baseada em evidências [4]. Em geral, os países convergiram quanto à dependência do petróleo como um problema com implicações multifacetadas, mas houve uma acentuada divergência sobre as expectativas de apoio financeiro internacional aos países com maiores custos de transição [5]. As comunidades indígenas alertaram para que a transição levasse em consideração os impactos negativos da exploração de minerais estratégicos em seus territórios. Já os movimentos sociais cobraram o estabelecimento do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, com o objetivo de criar um mecanismo jurídico para interromper a expansão da produção de hidrocarbonetos [6].

Entre os principais resultados da Conferência, cabe apontar dois avanços imediatos: o compromisso de elaboração, em até um ano, de roteiros nacionais (“mapas do caminho”), apresentando as estratégias de cada país para abandonar o petróleo, o gás e o carvão [6]; e o estabelecimento do Painel Científico sobre Transição Energética Global (SPGET), que foi lançado para apoiar o desenvolvimento de roteiros alinhados com a meta de 1,5°C e identificar as barreiras legais, políticas e financeiras para a transição dos países para uma economia livre de combustíveis fósseis. Além disso, foi anunciado que a Segunda Conferência Internacional para a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis acontecerá no início de 2027 e será copresidida pela Irlanda e por Tuvalu, que será o país-sede da conferência [2].

Além disso, no dia 27 de abril, em meio a realização da Quarta Conferência sobre o Acordo de Escazú nas Bahamas, a Colômbia foi eleita como uma das quatro vice-presidentes do Conselho Administrativo acerca do tratado. Ao alcançar tal posto, o governo colombiano reforçou o ímpeto da política de Gustavo Petro de projetar a Colômbia como uma liderança regional na agenda climática e de direitos humanos. De forma complementar, durante o encontro, o país renovou seu compromisso com a implementação do Acordo de Escazú e apresentou rotas de implementação concreta, priorizando pautas como a proteção de ativistas, a participação popular e um processo decisório inclusivo e transparente [7].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/colombia-lidera-conferencia-internacional-acelerar-transicion-alla-combustibles?utm>.
- [2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/conferencia-para-la-transicion-mas-alla-de-los-combustibles-fosiles-concluye-con-cinco-resultados-clave/?utm>.
- [3]Disponível em: <https://transitionawayconference.com/about>.
- [4]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/56-paises-se-reunen-en-colombia-para-acelerar-transicion-justa-mas-alla-de-los-fosiles/>.
- [5]Disponível em: https://transitionawayconference.com/contributions#1-outcomes-pop-ups_block-257788817928d7666c51.
- [6]Disponível em: <https://infoamazonia.org/2026/05/08/o-mundo-pos-fossil-comeca-a-ser-desenhado-em-santa-marta/>.
- [7]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-asume-vicepresidencia-del-acuerdo-de-escazu-y-consolida-su-liderazgo-en-la-region/>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 10 de abril de 2026, o governo do Equador, por meio do Fondo del Biocorredor Amazónico (Fondo BCA) e em articulação com o Ministério de Ambiente e Energía, lançou a primeira chamada para a concessão de subsídios destinada a financiar ações de conservação, com foco na proteção de 4,6 milhões de hectares e na priorização de 1,8 milhão de hectares adicionais de áreas naturais na Amazônia equatoriana [1]. A iniciativa decorre da conversão de dívida concluída no final de 2024, que garantiu um orçamento de US\$ 460 milhões para ações ambientais até 2043. Durante o evento, participaram a ministra Inés Manzano, que reforçou a transformação de compromissos em ação, e o diretor executivo do Fondo BCA, Esteban Vega, que enfatizou a implementação territorial do modelo. A ministra Inés Manzano também destacou que a convocatória transforma a conservação em política pública com metas mensuráveis. As inscrições para projetos de instituições públicas e privadas ficam abertas até 26 de maio de 2026 [2].

No dia 14 de abril, parlamentares ligados ao partido Acción Democrática Nacional (ADN) apresentaram uma proposta de reforma na lei de planificação e desenvolvimento integral da Amazônia [3]. O texto prevê a instauração de sanções para empresas que não concedam preferência à contratação de residentes das seis províncias amazônicas. Os parlamentares Ana Belén Tapia, Steven Villacrés, Nuvia

Vega, María Cristina Acuña, Esperanza Rogel e Edwin Jarrín declararam que a medida visa à criação de um acesso preferencial à população local a contratações e concursos públicos, além de acesso a recursos e provisão de serviços. O status de residente, segundo a medida, estará ligado a condições de nascimento, domicílio habitual por no mínimo 5 anos ou de 10 anos no padrão eleitoral do Conselho Nacional Eleitoral. Em termos financeiros, a proposta de reforma também prevê a criação do Fondo Permanente de Emergencias para la Circunscripción Territorial Especial Amazónica, que receberá 1,5% dos recursos do Fondo para el Desarrollo Sostenible Amazónico e será destinado a ações de controle e prevenção de situações causadas por desastres naturais, colapso de infraestrutura, emergências sanitárias, contaminação ou degradação do ecossistema.

Em 28 de abril de 2026, durante a 1ª Conferência Internacional para Abandonar os Combustíveis Fósseis, realizada em Santa Marta (Colômbia), líderes de sete povos indígenas da província de Pastaza — Sapara, Andwa, Achuar, Kichwa, Waorani, Shiwiar e Shuar — denunciaram que o Governo do Equador, sob a administração do presidente Daniel Noboa, promove 49 novos projetos extrativos na região da Amazônia [4]. Entre os projetos estão 11 blocos petrolíferos que abrangem cerca de 3 milhões de hectares de territórios amazônicos ancestrais, incluindo áreas próximas à Zona Intangível Tagaeri Taromenane, reserva indígena de povos em isolamento voluntário e protegidos por lei no país [5]. Esses blocos fazem parte das rodadas de leilões petrolíferos Sur Oriente e Subandina, anunciadas oficialmente em agosto de 2025 como parte da nova rota dos hidrocarbonetos do país, e ocorrem dois anos após a condenação do Estado equatoriano pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por falhas na proteção de povos em isolamento voluntário. As lideranças das nacionalidades indígenas afetadas afirmam que não houve consulta prévia válida, contestando a alegação do Ministério de Ambiente e Energia, que menciona um processo realizado em 2012. Diante disso, os povos indígenas declararam assembleias permanentes e anunciaram resistência organizada contra as licitações e a expansão petrolífera em seus territórios.

Em 29 de abril de 2026, o Ministério de Ambiente e Energia do Equador anunciou a descoberta de um novo poço petrolífero na província de Sucumbíos, resultado da aplicação — pela primeira vez no país — de um processo de fratura hidráulica (fracking) realizado no Bloco 57 – Shushufindi Libertador, em operação conjunta entre Petroecuador e a empresa chinesa Chuanqing Drilling Engineering Company Limited (CCDC). O governo informou que o poço entrou em fase produtiva com mais de 930 barris diários, classificando o procedimento como um feito para a expansão da exploração nacional de hidrocarbonetos [6 e 7].

Em 30 de abril de 2026, o Exército Equatoriano realizou operações simultâneas nas províncias de Napo, Pastaza e Morona Santiago para combater a mineração ilegal e o tráfico de combustível. Em Napo, a Brigada de Selva Nº 17 Pastaza destruiu máquinas usadas na extração ilícita de ouro, incluindo duas escavadoras, duas classificadoras e três bombas de sucção. Em ações paralelas em Pastaza e Morona Santiago, militares apreenderam um tanque, dois caminhões e 4.000 galões de combustível (3.400 de diesel e 600 de gasolina), interrompendo o transporte ilegal em grande escala. Segundo o Exército, as operações causaram perdas econômicas superiores a US\$ 389 mil às estruturas criminosas envolvidas [8].

Referências

- [1]Disponível em: <https://fondobiocorredoramazonico.org/ecuador-lanza-la-primera-convocatoria-de-subvenciones-del-fondo-biocorredor-amazonico-para-financiar-la-conservacion-de-la-amazonia>.
- [2]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/proyectos-de-conservacion-en-la-amazonia-reciben-apoyo-en-ecuador>.
- [3]Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/asambleistas-amazonicos-presentan-reformas-a-ley-amazonica-en-seguridad-y-empleo-nota/>.
- [4]Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2026-04-28/mientras-el-mundo-habla-de-transicion-energetica-indigenas-denuncian-que-ecuador-impulsa-mas-petroleo-en-su-amazonia.html>.
- [5]Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/indigenas-de-pastaza-llevan-a-foros-internacionales-el-rechazo-a-la-expansion-petrolera/56620>.

[6]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2026/04/29/ecuador-descubre-nuevo-pozo-petrolero-en-la-amazonia-con-proceso-de-fractura-hidraulica>.

[7]Disponível em: <https://www.expreso.ec/economia-y-negocios/ecuador-descubre-nuevo-pozo-petrolero-fracking-amazonia-280529.html>.

[8]Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/seguridad/ejercito-destruyo-material-usado-en-mineria-ilegal-y-decomiso-4.000-galones-de-combustible-en-la-amazonia-20260430-0028.html>.

Guiana Por Guilherme Fritz

Entre os dias 20 de abril e 1º de maio, ocorreu a 25ª sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas (UNPFII), em Nova York. Na ocasião, a Ministra dos Assuntos Ameríndios da Guiana, Sarah Browne-Shadeek, discursou sobre o modelo de desenvolvimento econômico da Guiana baseado no *Low Carbon Development Strategy* (LCDS). Segundo a ministra, o país mantém seu status de economia de carbono negativo mesmo sendo um exportador de petróleo. Além disso, as atividades dos últimos três anos teriam gerado cerca de US\$ 69 milhões, a partir da compra de créditos de carbono, cujos recursos foram direcionados parcialmente às comunidades indígenas de todo o país. Nas palavras de Browne-Shadeek:

Mais de 200 comunidades indígenas e do interior foram beneficiadas por esses investimentos. Em todo o país, aldeias indígenas estão vivenciando um crescimento sem precedentes em suas economias locais por meio do desenvolvimento de negócios, ecoturismo, agricultura, infraestrutura e transporte, além da expansão das oportunidades de emprego [1].

Os recursos dos créditos de carbono são provenientes, majoritariamente, de acordos internacionais. A *Hess Corporation*, que detém 30% dos direitos de exploração de petróleo do principal bloco no momento, *Stabroek Block*, possui um acordo de US\$ 750 milhões pela compra de 30% dos créditos gerados pela Guiana. Apesar da aparente contradição entre preservação ambiental e exploração de recursos fósseis, o governo do país afirma que seu projeto é permanecer como uma economia de carbono negativo pelo menos até 2030, mesmo com o aumento da produção diária de barris de petróleo. Atualmente o país tem produzido cerca de 900 mil bpd [1][2].

Ainda em abril, a Colômbia sediou a Primeira Conferência sobre a Transição dos Combustíveis Fósseis, em Santa Marta, entre os dias 24 e 29. Neste caso, não encontramos nenhum indício de participação de representantes do governo da Guiana. Durante o evento em Santa Marta, lideranças indígenas de todo o continente pediram maior inclusão nas decisões que dizem respeito ao território amazônico e também criticaram veementemente os desdobramentos da exploração e utilização de combustíveis fósseis [3][4].

Referências

[1]Disponível em: <https://oilnow.gy/featured/guyanas-carbon-credit-sales-generated-us69-million-for-indigenous-communities-as-carbon-sink-remains-robust-minister/>.

[2]Disponível em: <https://villagevoicenews.com/2026/04/22/guyana-positions-indigenous-leadership-at-centre-of-climate-policy/>.

[3]Disponível em: <https://amazonwatch.org/news/2026/0407-this-month-governments-meet-to-plan-a-fossil-fuel-phaseout-the-amazon-must-be-heard>.

[4]Disponível em: <https://www.envirolink.org/2026/04/08/indigenous-leaders-demand-partnership-not-exclusion-in-growing-forest-carbon-credit-markets/>.

[5]Disponível em: <https://infoamazonia.org/en/2026/04/29/cloaked-colonialism-indigenous-peoples-criticize-just-transition-model-that-does-not-protect-their-territories/>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Ao longo do mês de abril, o Peru intensificou sua agenda de cooperação regional e global voltada para a Amazônia, priorizando iniciativas de integração fronteiriça, combate aos delitos ambientais, fortalecimento da ação climática e promoção da bioeconomia sustentável. A atuação do Ministério do Ambiente (MINAM) e do Ministério das Relações Exteriores peruano evidenciou um esforço crescente de articulação com países amazônicos e parceiros extrarregionais para enfrentar desafios ambientais e impulsionar modelos sustentáveis de desenvolvimento.

No âmbito da cooperação bilateral com o Brasil, o Peru avançou em iniciativas de integração amazônica voltadas para infraestrutura, conectividade e desenvolvimento regional. Em reunião bilateral realizada em Pucallpa, autoridades peruanas e brasileiras promoveram o I Comitê de Fronteira Amazônico Centro Peru–Brasil, mecanismo orientado a fortalecer a integração entre a região peruana de Ucayali e o estado brasileiro do Acre. O encontro definiu ações prioritárias relacionadas à conectividade aérea e fluvial, segurança transfronteiriça, facilitação do comércio, promoção do turismo integrado e cooperação em saúde e educação para populações de fronteira. O governo peruano destacou o papel estratégico desse mecanismo para ampliar a coordenação entre autoridades nacionais e subnacionais na Amazônia [1].

Ainda na relação bilateral com o Brasil, ambos os países reforçaram a cooperação para o transporte fluvial amazônico. As autoridades discutiram medidas para fortalecer a navegabilidade, a integração logística e o transporte de passageiros e mercadorias nos rios amazônicos, considerados fundamentais para a conectividade regional e para o desenvolvimento econômico das populações amazônicas. A iniciativa também se insere nos esforços de integração física sul-americana e de fortalecimento das relações fronteiriças entre os dois países [2].

No campo da justiça ambiental e do combate às atividades ilícitas, Peru e Colômbia realizaram, em Lima, o encontro “*Prevención y liderazgo regional por la justicia ambiental*”, destinado ao intercâmbio de estratégias para enfrentar delitos ambientais e fortalecer a proteção de defensores ambientais. O evento reuniu representantes do Ministério do Ambiente do Peru, da Agência Peruana de Cooperação Internacional e da Procuradoria de Assuntos Ambientais da Colômbia. Durante as discussões, foram abordados temas como mineração ilegal, investigação de crimes ambientais, mecanismos de compensação por danos ambientais e fortalecimento da participação cidadã na proteção dos ecossistemas amazônicos. O encontro reforçou o compromisso bilateral de construção de sistemas mais integrados e preventivos de justiça ambiental [3].

Em relação ao financiamento climático e aos mecanismos de mercado, o Peru fortaleceu sua cooperação com Singapura para impulsionar projetos de mercado de carbono. Um acordo bilateral busca promover investimentos sustentáveis e acelerar iniciativas vinculadas à redução de emissões de gases de efeito estufa no marco do Acordo de Paris. A parceria contempla o intercâmbio de experiências técnicas e regulatórias relacionadas aos créditos de carbono e ao desenvolvimento de instrumentos financeiros voltados à transição climática [4].

O país também ampliou sua cooperação com a Alemanha na área climática. O MINAM e a agência de cooperação alemã GIZ assinaram um convênio voltado ao fortalecimento da ação climática no Peru, com foco em políticas públicas, desenvolvimento sustentável e implementação de medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. O acordo prevê apoio técnico para o cumprimento das metas climáticas nacionais e para o fortalecimento institucional das estratégias ambientais do país [5].

A agenda internacional peruana também se destacou pela participação do país em fóruns multilaterais voltados à transição energética e sustentabilidade. Em evento da OCDE sobre minerais críticos realizado na Turquia, o Peru defendeu o avanço de uma produção sustentável, a fim de beneficiar energias renováveis e cadeias globais de suprimento responsáveis. O governo peruano ressaltou a necessidade de promover investimentos sustentáveis em minerais estratégicos para a transição energética, conciliando crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social [6].

Além disso, no contexto da *Expo Amazónica 2026*, que reuniu autoridades nacionais e internacionais, o MINAM anunciou medidas para ampliar o acesso ao crédito para mais de 3.900 bionegócios amazônicos.



A iniciativa busca fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, estimular atividades econômicas compatíveis com a conservação da floresta e ampliar oportunidades econômicas para comunidades amazônicas. O governo peruano ressaltou a importância dos bionegócios para a geração de renda, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável da Amazônia [9].

Em outra frente na *Expo Amazônica 2026*, o país promoveu iniciativas para acelerar a ação climática e conter o avanço do desmatamento na Amazônia. O Peru enfatizou a necessidade de ampliar mecanismos de cooperação regional, financiamento climático e articulação entre governos, comunidades locais e organismos internacionais para proteger a floresta amazônica e cumprir as metas climáticas estabelecidas internacionalmente [8].

No plano doméstico, o Peru intensificou iniciativas interministeriais voltadas à proteção das florestas e à redução do desmatamento. O MINAM e o Ministério de Desenvolvimento Agrário reforçaram parcerias destinadas à conservação florestal, promoção da bioeconomia e fortalecimento da governança ambiental nos territórios amazônicos. As ações incluem mecanismos de monitoramento ambiental, fortalecimento de capacidades institucionais e apoio a comunidades locais envolvidas em atividades sustentáveis [7].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1380564-peru-y-brasil-fortalecen-la-cooperacion-fronteriza-en-la-amazonia>.

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1377614-peru-y-brasil-fortalecen-la-cooperacion-para-el-transporte-fluvial-en-la-amazonia>.

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1378169-peru-y-colombia-unen-esfuerzos-para-enfrentar-delitos-ambientales-y-protger-a-defensores-del-ambiente>.

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1378647-minam-singapur-y-peru-fortalecen-alianza-para-impulsar-proyectos-de-mercado-de-carbono>.

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1383407-minam-y-cooperacion-alemana-para-el-desarrollo-suscriben-convenio-para-fortalecer-accion-climatica-en-el-peru>.

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1385515-peru-impulsa-en-foro-de-turquia-agenda-sobre-energias-renovables-minerales-criticos-sostenibles-y-cadenas-de-suministro-responsables>.

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1378955-peru-fortalece-cooperacion-internacional-para-protger-bosques-y-reducir-la-deforestacion>.

[8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1386175-peru-impulsa-iniciativas-para-acelerar-la-accion-climatica-y-frenar-la-deforestacion-en-la-amazonia>.

[9]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1385926-expo-amazonica-2026-minam-impulsa-creditos-para-mas-de-3-900-bionegocios-en-la-amazonia>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em 9 de abril, o Suriname participou de uma reunião em Brasília cujo tema principal foi o monitoramento e a implementação dos acordos estabelecidos nas Declarações de Belém (2023) e Bogotá (2025) da OTCA. O embaixador do Suriname para o Brasil, Ike Antonius, deliberou sobre as características florestais do Suriname, visto que é um país com cobertura vegetal em aproximadamente 93% do território e que pretende continuar contribuindo com a captura de carbono. O embaixador também manteve o tom do discurso do governo do Suriname sobre a necessidade de financiamento internacional aos países carbono-negativo.

Além disso, entre os dias 13 e 18 de abril, a Embaixada da República do Suriname em Brasília recebeu uma delegação do Suriname responsável por representar o país no Mecanismo para os Povos

Indígenas (MAPI) da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A delegação foi composta por Angele Paulus-Noordwijk e Chanique Bipat, do Ministério do Desenvolvimento Regional, e Loreen Jubitana e Marie Josée Artist, da Associação de Chefes de Vila Indígenas no Suriname (VIDS). O objetivo principal do encontro foi o fortalecimento dos laços entre povos originários de todo o território amazônico através do intercâmbio cultural e de outras experiências consideradas relevantes [2].

Por fim, nos dias 13 e 14 o governo se reuniu com líderes indígenas e tribais para instaurar um diálogo conjunto acerca dos rumos políticos e econômicos das finanças climáticas. O objetivo é criar conjuntamente as condições necessárias para que o país possa receber recursos financeiros do REDD+ Results-Based Payments, um fundo criado pelas Nações Unidas (UN) a fim de recompensar países por serviços de preservação ambiental [3]. Do ponto de vista analítico, a questão que nos parece perpassar este conjunto de eventos é que, para países como o Suriname, ricos em vegetação, mas pobres economicamente, as florestas não podem tornar-se um tipo de restrição interna ao desenvolvimento, o que torna fundamental que a arquitetura financeira internacional seja capaz de realizar compensações adequadas.

Referências

- [1] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-actief-betrokken-bij-regionale-dialoog-amazone-samenwerking/>.
- [2] Disponível em: <https://www.gfcnieuws.com/surinaamse-delegatie-versterkt-regionale-samenwerking-rond-inheemse-volkeren/>.
- [3] Disponível em: <https://news.fundsforngos.org/2026/04/17/fao-hosts-indigenous-consultation-in-suriname-for-redd-climate-finance-readiness/>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No início do mês, ambientalistas e povos indígenas da Amazônia venezuelana apresentaram propostas ao governo no Congreso Causas Comunes por la Madre Tierra, realizado no estado Amazonas. O encontro ocorreu nas instalações do Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo (Minec) e teve como objetivo central a construção de soluções coletivas para os desafios ambientais que a região da Amazônia enfrenta. Na ocasião, sete mesas de trabalho foram conformadas e denominadas “Amor pela Amazônia”, alinhadas aos princípios da Gran Misión Madre Tierra Venezuela (GMMTV). Como resultado, foram definidos três eixos de ação que serão levados a instâncias nacionais: 1) queima indiscriminada, 2) gestão de resíduos e 3) perda da biodiversidade. Em suma, a reunião marcou a organização popular em torno do Congreso, que, segundo o Minec, se consolida como uma força transformadora na busca pelo equilíbrio da vida humana e os direitos da natureza [1].

Além disso, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou, no dia 9 de abril, uma nova lei de mineração, a Lei Orgânica de Minas, que abre o setor para investidores estrangeiros na exploração das reservas do país de ouro, diamantes e terras raras. O chefe do parlamento, Jorge Rodríguez, salientou que a aprovação foi feita por unanimidade e que, “com o Projeto de Lei Orgânica de Mineração, garantimos que cada recurso do solo venezuelano se traduza em bem-estar para a população” [2]. A lei estabelece categorias para a mineração em pequena, média e grande escalas, permite a arbitragem independente para controvérsias [3] e mantém a propriedade do Estado sobre as reservas mineiras [4]. A nova legislação também proporcionará a ampliação do tempo das concessões de 20 para 30 anos, além de garantir que o Banco Central da Venezuela (BCV) seja o órgão detentor do direito preferencial de compra sobre todo o ouro extraído no país [5]. A abertura do setor a empresas estrangeiras ocorreu logo após os EUA expressarem interesse em que companhias estadunidenses pudessem investir no país. De acordo com o deputado Orlando Camacho, para o governo de turno, a lei oportunizará a atração de capital nacional e estrangeiro com segurança jurídica [6].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.minec.gob.ve/voceros-ecosocialistas-y-pueblos-indigenas-amazonenses-presentan-propuestas-en-congreso-estadal/>.
- [2]Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/04/10/venezuela-aprova-lei-de-mineracao-para-atrair-investimento-estrangeiro-sob-controle-do-estado/>.
- [3]Disponível em: <https://www.dw.com/es/parlamento-de-venezuela-aprueba-ley-minera-favorable-a-la-inversi%C3%B3n-privada/a-76728907>.
- [4]Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2026/04/09/venezuela/asamblea-nueva-ley-minas-inversiones-orix>.
- [5]Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/04/10/venezuela-aprova-lei-de-mineracao-para-atrair-investimento-estrangeiro-sob-controle-do-estado/>.
- [6]Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2026/04/09/venezuela/asamblea-nueva-ley-minas-inversiones-orix>.

OTCA**Por Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 7 de abril, representantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Ministério da Educação do Brasil se reuniram para discutir a reativação da Comissão Especial de Educação da Amazônia (CEEDA) [1]. O objetivo da CEEDA é fortalecer o diálogo regional em matéria educacional, além de contribuir para o intercâmbio de conhecimento, para a elaboração de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, para a integração da educação básica e superior e para o aprimoramento da articulação de políticas públicas voltadas para a região amazônica.

A proposta de reativação se soma a outras iniciativas recentes, como a Reunião Extraordinária da Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia (CECTA) e as propostas de cooperação dentro da UNAMAZ, em consonância com as Declarações de Belém e Bogotá, assinadas em 2023 e 2025, respectivamente. Com isso, estima-se a construção de diálogos de alto nível, como a formalização da Reunião de Ministros da Educação dos países da OTCA nos próximos meses. A proposta de reativação da CEEDA contou com o apoio da Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e de Angel Vilora, Coordenador de Ciência, Tecnologia e Educação da organização.

No dia 14 de abril, a OTCA formalizou a primeira Reunião Extraordinária do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) em sua sede em Brasília [2]. As delegações, compostas por autoridades dos oito países membros, avançaram na elaboração do Plano de Trabalho e do calendário para o biênio 2026-2027, além de debaterem estratégias e instrumentos que orientarão a atuação do MAPI no curto prazo. Os participantes também propuseram um esboço de regulamento para o Fórum dos Povos Indígenas que objetiva somar contribuições das comunidades que residem na região amazônica ao trabalho desenvolvido pelo mecanismo.

Entre os representantes e autoridades presentes na reunião figuraram o Ministro dos Povos Indígenas do Brasil, Luiz Eloy Terena, a representante da Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e copresidente do MAPI, Angela Amanakwa Kaxuyana, e o Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand. A sessão contou com o apoio do Fundo de Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e das Caraíbas (FILAC) e do Banco Mundial.

No dia 23, foi divulgado um dos projetos apoiados pela OTCA que busca a revitalização de territórios situados na Terra do Meio através do replantio de árvores nativas na região [3]. Iniciada há três anos, a ação já restaurou cerca de 50 hectares e movimentou aproximadamente R\$ 300 mil, com o auxílio e participação de moradores que, além de contribuírem para as ações de replantio, tornam-se agentes de coleta e troca de sementes para projetos de restauração na Amazônia com apoio da Rede Terra do Meio. A iniciativa de

replanteio, que se concentra na Reserva Extrativista do Rio Xingu, é apoiada pela OTCA nos marcos do Projeto Bacia Amazônica para fortalecer a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Instituto Socioambiental (ISA).

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-ministerio-da-educacao-do-brasil-avancam-na-reativacao-da-comissao-especial-de-educacao-da-amazonia-ceeda/>.

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-promove-a-implementacao-do-mecanismo-amazonico-dos-povos-indigenas-em-brasilia/>.

[3]Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/projeto-restaura-50-hectares-e-fortalece-comunidades-na-amazonia>.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Maio de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	48
Brasil.....	50
Colômbia.....	51
Equador.....	51
Guiana.....	52
Peru.....	53
Suriname.....	55
Venezuela.....	56
OTCA.....	57

Bolívia

Por Débora Bedim e Maria Clara Dutra Pontes

O mês de maio de 2026 na Amazônia boliviana foi marcado por intensas mobilizações sociais que tiveram como uma de suas principais pautas a revogação da Lei nº 1.720. A norma permitia a conversão voluntária de pequenas propriedades rurais em propriedades médias para utilização como garantia em operações de crédito, retirando sua condição de impenhorabilidade. A referida lei gerou forte oposição de organizações camponesas e indígenas, especialmente da região amazônica, que denunciaram riscos de



mercantilização da terra e de enfraquecimento de mecanismos protetivos associados à pequenas propriedades rurais. Em 13 de maio, a Assembleia Legislativa revogou a lei e comprometeu-se a elaborar uma nova proposta em diálogo com os setores diretamente interessados [1].

Na política externa, Bolívia e a Coreia do Sul assinaram, em Seul no dia 4 de maio, o primeiro acordo voltado à implementação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que estabelece mecanismos de cooperação internacional para o cumprimento das metas climáticas nacionais. O acordo permitirá a transferência entre os países de resultados de políticas de mitigação por meio da geração de créditos de carbono. A iniciativa contou com a participação de empresas coreanas, que se comprometeram a colaborar com o financiamento e a implementação de projetos de mitigação. Atualmente, encontram-se em avaliação os aterros sanitários de *San Miguel de los Junos* e *K'ara K'ara*, voltados à captura e ao aproveitamento energético do biogás gerado pela decomposição de resíduos sólidos. Caso implementados, os projetos poderão reduzir, conjuntamente, cerca de 346 mil toneladas de gases de efeito estufa por ano [2].

Além disso, em 11 de maio, o vice-ministro Jorge Ernesto Ávila participou do 21º período de sessões do Fórum das Nações Unidas sobre os Bosques, realizado em Nova York, onde apresentou a orientação da política ambiental do governo boliviano. Em seu pronunciamento, destacou que o atual governo de Rodrigo Paz se deparou com um cenário marcado por elevados índices de desmatamento, incêndios florestais, impactos sobre povos indígenas e lacunas de informação que dificultam uma avaliação precisa da situação das florestas no país. Apesar desse contexto, ressaltou que a Bolívia possui aproximadamente 54 milhões de hectares de cobertura florestal, correspondentes a cerca de 47% do território nacional. Afirmou que o governo pretende reposicionar as florestas como eixo central de sua estratégia de desenvolvimento sustentável, articulando conservação ambiental, gestão sustentável dos recursos florestais e crescimento econômico. Por fim, defendeu o fortalecimento dos mecanismos multilaterais de cooperação e a ampliação de parcerias internacionais voltadas à proteção dos bosques e à promoção do desenvolvimento sustentável [3].

No dia 15 de maio, a Bolívia passou a presidência *pro tempore* da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA) para o Brasil. As autoridades bolivianas apresentaram um documento, destacando as ações e resultados da gestão exercida desde abril de 2024. Em seu discurso, a vice-ministra de Recursos Hídricos, Irrigação, Água Potável e Saneamento Básico, Viviana Mariscal, afirmou que “o objetivo desse esforço foi proteger a água como um bem estratégico para a vida, o bem-estar de nossos povos e o desenvolvimento sustentável da região”. Carlos Paz Ide, vice-ministro boliviano, acrescentou a importância da cooperação regional entre os oito países amazônicos participantes, baseado no respeito mútuo, na solidariedade, na boa fé e nos princípios que historicamente guiaram as relações entre esses países. Além disso, durante a reunião foi apresentado o Livro Branco da Rede. Mariscal afirmou que este documento é “constitui uma referência comum destinada a orientar a implementação gradual e contínua de um mecanismo regional que fortaleça a cooperação amazônica na área de recursos hídricos” [4].

Finalmente, em 28 de maio, Bolívia e Alemanha firmaram acordos bilaterais de cooperação destinados ao financiamento de medidas para a proteção da Amazônia boliviana. A iniciativa prevê a implementação de mecanismos de conservação florestal, com a participação ativa de comunidades locais e usuários dos recursos naturais, em consonância com os objetivos da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) [5]. Os acordos também contemplam o financiamento do monitoramento ambiental, a prevenção de incêndios florestais e o manejo sustentável das florestas, por meio de ações de fortalecimento do Sistema de Medição, Relatório e Verificação (MRV) e do próprio arranjo institucional, a fim de melhorar as capacidades de gestão florestal e clima. Cabe destacar que foram firmados dois acordos principais: o Acordo Macro entre a Bolívia e o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e o acordo entre o Vice-Ministério de Meio Ambiente, Biodiversidade, Mudanças Climáticas e de Gestão e Desenvolvimento Florestal, a Conservação Internacional e o KfW [6].

Referências

[1]Disponível em: <https://elpais.com/america/2026-05-13/la-asamblea-boliviana-anula-una->

[polemica-reforma-agraria-para-pacificar-el-pais.html](https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21185).

[2]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21185>.

[3]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21189>.

[4]Disponível em: <https://abi.bo/bolivia-presenta-informe-de-gestion-y-transfiere-la-presidencia-pro-tempore-de-la-rada-a-brasil/>.

[5]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21196>.

[6]Disponível em: <https://larazon.bo/sociedad/2026/05/29/bolivia-y-alemania-sellan-acuerdos-para-fortalecer-la-proteccion-de-la-amazonia/>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de maio foi marcado pelo tema do combate à expansão do crime organizado no Brasil como um todo e, em particular, na Amazônia. No dia 12, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa Brasil Contra o Crime Organizado, com investimentos previstos de R\$ 11 bilhões, oriundos do orçamento da União e de empréstimos do BNDES. O programa terá quatro eixos estratégicos: asfixia financeira de organizações criminosas; fortalecimento da segurança em presídios; qualificação da investigação e do esclarecimento de homicídios; e combate ao tráfico de armas [1]. O anúncio veio uma semana após Lula visitar Donald Trump nos Estados Unidos, onde defendeu uma cooperação regional contra o narcotráfico que se baseie no respeito à soberania dos países, em vez de ações estritamente militarizadas e guiadas pela ideia de “narcoterrorismo” [2].

Por sua vez, no dia 18, o Ministério da Justiça lançou o programa Território Seguro, Amazônia Soberana, no âmbito do plano AMAS (Amazônia: Segurança e Soberania), lançado pelo governo federal em 2023. O programa prevê R\$ 209 milhões em ações de prevenção, repressão, retomada de territórios pelo Estado, reinserção social, incentivo a atividades econômicas lícitas e proteção de povos indígenas. Serão monitorados sete municípios no Alto Solimões e três no Alto Rio Negro, no Amazonas; sete cidades no Acre; cinco municípios no Baixo Tapajós, no Pará; e cinco cidades na microrregião de Imperatriz, no Maranhão. O plano receberá recursos do Fundo Amazônia e envolverá cooperações com universidades e forças de segurança nos estados [3].

Apesar do gesto brasileiro de reforçar o combate ao crime organizado e recusar a associação do tema ao terrorismo, os EUA anunciaram, no dia 28, a designação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas com atuação transnacional e perigosas à sua soberania. A classificação permitirá aos EUA intensificar operações de inteligência em solo brasileiro para monitorar integrantes das facções e seus apoiadores, ampliar sanções contra o Brasil, bloquear ativos, restringir financiamentos e negar vistos de viagem [4].

A tensão bilateral levou Lula a reforçar a defesa da soberania brasileira em outro tema: a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Em evento em São Paulo, no dia 18, o presidente brasileiro declarou: “A gente não pode deixar (de usar) uma riqueza que está a quase 500 quilômetros de distância da nossa margem. Daqui a pouco o Trump vem, acha que é dele e vai lá [...] Quem é que (garante que) ele não vai dizer que a Margem Equatorial é dele também? Então, nós vamos ocupar” [5].

Referências

[1]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-05/governo-lanca-programa-de-r-11-bilhoes-contr-o-crime-organizado>.

[2]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/05/07/lula-diz-que-defendeu-em-reuniao-com-trump-gt-com-america-latina-e-mundo-para-combater-crime.htm>.

[3]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2026/05/governo-anuncia-r-209-milhoes-para-combate-ao-crime-organizado-na-amazonia.shtml>.



[4]Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2026/05/28/estados-unidos-decide-classificar-cv-e-pccc-como-organizacoes-terroristas.ghml>.

[5]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/05/19/lula-defende-explorar-petroleo-na-foz-do-amazonas-antes-que-trump-ache-que-e-dele/>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 8 de maio, a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez Torrez, formalizou a primeira concessão florestal campesina da história do país. Com o objetivo de promover o protagonismo das comunidades locais na conservação, preservação e uso sustentável de territórios amazônicos, o governo concedeu, por meio da Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia (Corpoamazonia), uma área de 23 mil hectares, no departamento de Caquetá, à Associação Camponesa para o Desenvolvimento Florestal e a Biodiversidade Amazônica (Asobiocam) [1]. Além de representar uma maior participação de populações locais, a iniciativa busca fomentar uma economia florestal que equilibre o desenvolvimento, a sustentabilidade e o compromisso com a redução do desmatamento. Atendendo cerca de 423 famílias, a concessão, que contou com o financiamento do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), implementado, em 2024, pelo Banco Mundial, terá uma duração de 30 anos [1].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/historico-gobierno-entrega-primera-concesion-forestal-campesina-en-la-amazonia-colombiana/>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Um documento publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MAGP) do Equador, em 4 de maio de 2026, estabeleceu os Termos de Referência para a seleção de uma Entidade Executora Especializada responsável por apoiar o governo na formulação, postulação e futura implementação de um projeto vinculado ao *Fondo Biocorredor Amazónico*, criado a partir de acordos internacionais de conversão de dívida pública por preservação da natureza [1]. O texto descreve as atribuições institucionais do MAGP, os requisitos legais e técnicos para participação, os critérios de avaliação, as responsabilidades da entidade selecionada e o cronograma, que fixa 10 de maio de 2026 como prazo final para envio das propostas. O processo envolve uma coordenação direta com várias subsecretarias do ministério e exige experiência comprovada em conservação, produção sustentável e gestão de recursos públicos.

Em 7 de maio de 2026, o Ministério de Ambiente e Energia do Equador inaugurou o Mês da Biodiversidade 2026, lançando uma agenda nacional que reúne instituições públicas e privadas e organizações sociais para promover ações de conservação ao longo de todo o mês [2]. A abertura ocorreu no Jardim Botânico de Quito, com a participação do subsecretário de Patrimônio Natural, Milton Ordóñez, que destacou iniciativas governamentais como o Sétimo Informe Nacional de Biodiversidade e a Estratégia Nacional de Biodiversidade 2025–2030. Entre 7 e 31 de maio, mais de 30 eventos — incluindo conferências, oficinas, exposições, mingas, reflorestamento e feiras — serão realizados nas quatro regiões do país, com foco na proteção de ecossistemas, espécies e práticas sustentáveis.

Em 24 de maio de 2026, durante seu Informe à Nação apresentado à Assembleia Nacional do Equador, o presidente Daniel Noboa anunciou um investimento de US\$ 460 milhões para implementar o Biocorredor Amazónico, um programa de 17 anos voltado à proteção da Amazônia equatoriana [3]. O plano

prevê ações de conservação, monitoramento ambiental, fortalecimento das áreas protegidas e melhoria da atuação dos guarda-parques. Noboa também destacou investimentos em infraestrutura, vigilância e turismo sustentável para reforçar os controles diante de problemas como desmatamento, contaminação de rios e mineração ilegal, apontados como riscos ambientais persistentes no país.

Referências

- [1] Disponível em: https://www.agricultura.gob.ec/wp-content/uploads/2026/05/TdR_MAGP_FBCA_04.05.2026_v3.pdf.
- [2] Disponível em: <https://www.ambienteenergia.gob.ec/ecuador-impulsa-el-mes-de-la-biodiversidad-2026-con-una-agenda-nacional-para-fortalecer-la-conservacion-y-la-participacion-ciudadana>.
- [3] Disponível em: <https://www.expreso.ec/economia-y-negocios/bio-corredor-amazonico-plan-460-millones-dolares-proteger-selva-ecuatoriana-283218.html>.

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 7 de maio, a Corte de Apelação da Guiana reverteu uma decisão anterior que obrigava a ExxonMobil a apresentar uma garantia financeira ilimitada para cobrir eventuais danos ambientais decorrentes de suas operações no bloco Stabroek. A decisão representou uma vitória jurídica importante para a empresa estadunidense e para o consórcio petrolífero que opera no país. A exigência de uma garantia ilimitada havia sido defendida por setores da sociedade civil como instrumento de proteção diante dos riscos de vazamentos e acidentes nas atividades offshore. A reversão da medida, portanto, recoloca em evidência os limites da capacidade regulatória do Estado guianense diante da expansão acelerada da exploração petrolífera. Embora a atividade esteja localizada no espaço marítimo, seus possíveis impactos ambientais e econômicos relacionam-se diretamente à governança da região amazônica e caribenha [1].

No dia 15 de maio, uma delegação dos Estados Unidos visitou a Guiana para discutir possíveis investimentos no setor de bauxita, mineral utilizado na produção de alumínio e considerado estratégico para cadeias industriais e tecnológicas. A visita foi conduzida por Jacob Helberg, subsecretário de Estado norte-americano para o crescimento econômico, energia e meio ambiente, e incluiu reuniões com autoridades guianenses e representantes do setor mineral. O interesse estadunidense pela bauxita evidencia que a crescente importância geopolítica da Guiana não se limita às reservas de petróleo offshore. Ao incorporar minerais estratégicos à agenda bilateral, os Estados Unidos procuram ampliar sua presença econômica no país e reduzir vulnerabilidades em cadeias de fornecimento controladas ou influenciadas por outros atores internacionais. Para a Guiana, o episódio indica a possibilidade de diversificação de suas exportações, mas também reforça o desafio de estabelecer mecanismos de governança capazes de evitar que a expansão extrativa reproduza formas de dependência já observadas no setor petrolífero [2].

Posteriormente, no dia 20 de maio, a Civil Defence Commission emitiu um alerta para chuvas intensas e possíveis enchentes em comunidades situadas nas áreas mais baixas da Guiana. O aviso incluía riscos de alagamentos, deslizamentos e danos à infraestrutura, sobretudo em regiões vulneráveis à elevação dos rios e à saturação dos solos. A notícia evidencia uma dimensão concreta da crise climática no país: enquanto a Guiana amplia sua participação na economia global do petróleo, parte significativa de sua população permanece exposta a eventos climáticos extremos. A vulnerabilidade das zonas costeiras e das comunidades de baixa altitude reforça a contradição entre a busca por recursos provenientes da exportação de hidrocarbonetos e a necessidade de ampliar investimentos em adaptação climática e infraestrutura de proteção [3].

Dois dias depois, em 22 de maio, lideranças indígenas reuniram-se com representantes do governo guianense para discutir a *Low Carbon Development Strategy 2030*, os recursos provenientes dos créditos

de carbono e a agenda nacional de biodiversidade. O encontro envolveu o *National Toshias Council* e instituições estatais responsáveis pela política climática, apresentando as comunidades indígenas como participantes centrais da estratégia de conservação florestal do país. A iniciativa demonstra que a Guiana procura associar sua política de baixo carbono à inclusão das populações que vivem nos territórios florestais. Ao mesmo tempo, o debate sobre créditos de carbono mantém aberta uma questão decisiva para a governança amazônica: em que medida a participação indígena corresponde a uma efetiva capacidade de decisão sobre os territórios e os recursos, e não apenas à distribuição de parcelas da renda gerada pela conservação e pela financeirização da floresta [4].

Referências

- [1]Disponível em: <https://oilnow.gy/featured/exxonmobil-secures-victory-as-guyana-court-reverses-unlimited-guarantee-order>.
- [2]Disponível em: <https://apnews.com/article/guyana-bauxite-us-visit-jacob-helberg-438dfbbfc1d699554c8d0f7f2db95ed5>.
- [3]Disponível em: <https://newsroom.gy/2026/05/20/cdc-issues-flood-warning-as-heavy-rainfall-threatens-low-lying-communities/>.
- [4]Disponível em: <https://newsroom.gy/2026/05/22/indigenous-leaders-engaged-on-guyanas-low-carbon-and-biodiversity-agenda/>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No mês de maio de 2026, a agenda do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Ambiente (MINAM) do Peru foi mais intensa do que normalmente é. Representantes do governo participaram de diferentes eventos multilaterais e bilaterais, bem como promoveram encontros com governos subnacionais e organizações da sociedade civil peruana.

No âmbito multilateral, houve a participação da ministra do MINAM, Nelly Paredes, em uma reunião da Força-Tarefa Amazônica realizada na Cidade do Panamá, no dia 21 de maio. O encontro reuniu representantes de países amazônicos para definir uma agenda comum voltada à restauração de ecossistemas degradados e ao fortalecimento do monitoramento da biodiversidade. Além disso, foram discutidas formas de mobilizar recursos públicos, privados e internacionais para projetos de conservação e restauração florestal [1].

No dia 12 de maio, ocorreu o 21º período de sessões do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF21), realizado em Nova York entre 11 e 15 de maio, que contou com a participação de representantes diplomáticos do Peru. Na ocasião, a delegação peruana destacou a implementação do Plano Estratégico das Nações Unidas para as Florestas 2017–2030 e dos Objetivos Florestais Mundiais, ressaltando que, como país amazônico e diverso, suas florestas são fundamentais para a biodiversidade, os recursos hídricos, a cultura e os meios de subsistência de milhões de pessoas. O governo peruano também apresentou iniciativas voltadas à redução do desmatamento, à restauração de ecossistemas, ao fortalecimento da governança ambiental e à promoção de oportunidades sustentáveis para comunidades locais e povos indígenas. Além disso, enfatizou a importância da Declaração Conjunta de Intenção firmada em fevereiro de 2026 com Noruega, Alemanha e Reino Unido para proteger a biodiversidade e reduzir a perda florestal, defendendo maior cooperação internacional, financiamento e apoio técnico aos países em desenvolvimento com florestas tropicais [2].

Ainda no plano multilateral, no dia 22 de maio, o Peru participou, em Brasília, do lançamento oficial do Projeto Sistemas Aquíferos Amazônicos (SAA), uma iniciativa regional promovida pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF). O projeto busca ampliar o conhecimento científico sobre os aquíferos da Amazônia e

estabelecer um marco de cooperação entre os países da região para uma gestão coordenada e sustentável das águas subterrâneas da região, consideradas essenciais para a segurança hídrica, a conservação dos ecossistemas e a resiliência climática. Com duração prevista de cinco anos e financiamento de aproximadamente US\$ 180 milhões, a iniciativa prevê a implementação de oito projetos-piloto de conservação, incluindo um liderado pelo Peru. Durante o evento, representantes peruanos reafirmaram o compromisso do país com a cooperação regional, a gestão sustentável dos recursos hídricos e o fortalecimento das pesquisas sobre as águas subterrâneas amazônicas [3].

Já no plano das relações bilaterais, no dia 19 de maio, representantes do Peru e do Brasil reforçaram sua cooperação no setor espacial durante uma reunião realizada na sede da Agência Espacial Brasileira (AEB), em Brasília, entre o embaixador peruano Librado Orozco e autoridades da instituição brasileira. No encontro, os dois países destacaram a necessidade de ampliar a coordenação regional diante dos avanços da exploração espacial e reafirmaram seu compromisso com o uso pacífico do espaço, em conformidade com o Tratado do Espaço Exterior de 1967. Também foram discutidos projetos conjuntos com a Agência Espacial do Peru (CONIDA), incluindo a fabricação de nanossatélites e a integração de sistemas de monitoramento por satélite para apoiar o desenvolvimento da Amazônia, combater o desmatamento, os incêndios florestais e outras atividades ilícitas. Além disso, as partes ressaltaram a importância da cooperação entre instituições acadêmicas e científicas dos dois países e defenderam o fortalecimento do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, firmado em 2006, como base para novos projetos bilaterais [4].

No dia 27 de maio, os ministérios das Relações Exteriores do Peru e da Colômbia, em parceria com o BID, lançaram uma chamada pública para financiar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e à integração da região de fronteira entre os dois países. A iniciativa busca apoiar propostas que contribuam para enfrentar desafios em áreas como educação, saúde, segurança alimentar, acesso à água potável, bioeconomia e fortalecimento de cadeias produtivas locais. A convocatória é destinada a organizações sociais, ONGs, universidades, centros de pesquisa, associações empresariais e entidades do setor privado, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano sustentável e fortalecer a cooperação binacional na Amazônia compartilhada por Peru e Colômbia. Os projetos selecionados serão financiados pelo Fundo de Desenvolvimento da Zona de Integração Fronteiriça (ZIF) Colômbia–Peru, mecanismo criado para reforçar os vínculos econômicos, sociais e culturais entre as comunidades da fronteira comum [5].

Além do Brasil e da Colômbia, o Peru buscou estreitar os laços diplomáticos com a Bolívia no sentido de fortalecer a governança da Amazônia. Representantes do MINAM, liderados pelo vice-ministro do Meio Ambiente, Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Gestão e Desenvolvimento Florestal, Jorge Ávila Antelo, receberam uma delegação do governo boliviano em Lima, no dia 29 de maio. O objetivo do encontro foi trocar experiências sobre mercados de carbono, governança florestal, financiamento climático e mecanismos de redução de emissões. Um dos temas centrais foi a implementação do mecanismo REDD+, voltado à redução das emissões decorrentes do desmatamento e da degradação florestal. O encontro também buscou identificar oportunidades de cooperação bilateral para a conservação dos ecossistemas amazônicos e o fortalecimento de políticas climáticas com transparência e legitimidade social [6].

Já no âmbito nacional, o MRE promoveu, em parceria com o MINAM, o Instituto de Pesquisas da Amazônia Peruana (IIAP) e o Instituto Nacional de Defesa da Concorrência e da Proteção da Propriedade Intelectual (INDECOPI), um seminário virtual para destacar o papel do país na conservação da biodiversidade global. O encontro ocorreu no Dia Internacional da Biodiversidade, em 22 de maio. Durante o evento, foi ressaltado que o Peru é um país diverso, detentor da segunda maior extensão de florestas amazônicas e da quarta maior área de florestas tropicais do mundo, com cerca de 60% de seu território coberto por florestas. Autoridades e especialistas enfatizaram a importância estratégica da biodiversidade peruana para a segurança alimentar, a preservação dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e o desenvolvimento sustentável, além de alertarem para ameaças como o desmatamento, as mudanças climáticas, a poluição e a introdução de espécies invasoras. O encontro também apresentou iniciativas de bioeconomia, conservação da agrobiodiversidade e financiamento ambiental, além de discutir as prioridades do Peru para a COP 17 da Convenção sobre Diversidade Biológica, prevista para outubro de 2026 na Armênia [7].

Representantes do governo peruano participaram, ainda, do seminário “*Amazonía 2030: Acción*

Climática por los Bosques”, que ocorreu no dia 5 de maio. O seminário foi uma das atividades do *Expo Amazónica 2026*, organizado pelo MINAM, em parceria com ministérios da Cultura e do Desenvolvimento Agrário, governos subnacionais amazônicos, organizações indígenas e parceiros internacionais. Durante o evento, representantes do MINAM apresentaram dois instrumentos considerados estratégicos para a proteção das florestas amazônicas e o combate às mudanças climáticas: a nova Declaração Conjunta de Intenção (DCI) 2026–2030 e o chamado *Paquete País del Perú: Acción Climática por los Bosques y la Naturaleza*. A DCI, firmada entre Peru, Noruega, Alemanha e Reino Unido, busca fortalecer a cooperação internacional para reduzir o desmatamento e proteger a biodiversidade amazônica. Já o “Pacote País” foi concebido para articular financiamento climático, assistência técnica e coordenação entre diferentes níveis de governo, priorizando a conservação florestal, atividades econômicas resilientes, fortalecimento da fiscalização ambiental e proteção dos direitos dos povos indígenas [8].

Ainda no que se refere à articulação entre o governo nacional e governos regionais, cumpre mencionar que, no dia 12 de maio, foi anunciado um acordo de cooperação do MINAM com o Governo Regional de Madre de Dios para ampliar as capacidades técnicas e operacionais voltadas à demarcação de comunidades nativas e ao monitoramento das florestas amazônicas. A iniciativa será implementada por meio do Programa Bosques e financiada por projetos de investimento apoiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O convênio busca aperfeiçoar os sistemas de monitoramento florestal, fortalecer a gestão territorial e acelerar os processos de titulação de comunidades indígenas, considerados fundamentais para a proteção da floresta e para a redução do desmatamento na região amazônica peruana [9].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1395407-ministra-nelly-paredes-impulsa-acuerdos-regionales-para-restaurar-ecosistemas-amazonicos-y-fortalecer-financiamiento-para-la-conservacion>.
- [2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1390383-peru-promueve-la-gestion-sostenible-de-los-bosques-en-todo-el-planeta>.
- [3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1396207-peru-se-suma-al-lanzamiento-de-un-historico-proyecto-para-protger-los-acuiferos-de-la-amazonia>.
- [4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1394308-peru-y-brasil-fortalecen-la-cooperacion-espacial>.
- [5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1398392-peru-y-colombia-lanzan-convocatoria-para-el-financiamiento-de-proyectos-de-desarrollo-e-integracion>.
- [6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1399506-peru-y-bolivia-fortalecen-la-cooperacion-climatica-regional>.
- [7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1397931-cancilleria-y-diversos-sectores-nacionales-destacan-el-rol-del-peru-en-la-conservacion-global-de-la-biodiversidad>.
- [8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1387422-peru-presenta-instrumentos-para-fortalecer-proteccion-de-bosques-y-accion-climatica-en-la-amazonia>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

No final do mês de abril e prolongando-se no mês de maio, comunidades situadas em áreas remotas do interior do Suriname passaram a enfrentar inundações provocadas pela elevação do nível dos rios. As cheias afetaram sobretudo aldeias indígenas e populações ribeirinhas do sul do país, impondo dificuldades ao abastecimento, à mobilidade e à manutenção das atividades agrícolas. A ocorrência evidencia uma vulnerabilidade estrutural do interior surinamês: a dependência de redes logísticas limitadas e de uma agricultura de subsistência tornam as comunidades locais particularmente expostas a eventos hidrológicos

extremos. Nesse sentido, a inundação não constitui apenas uma emergência ambiental, mas também um problema de segurança alimentar e de capacidade estatal de resposta em regiões periféricas [1].

Posteriormente, a elevação do nível das águas continuou a ameaçar diversas localidades no sul do Suriname. Segundo Jerry Slijngard, gestor do Centro Nacional de Coordenação para o Controle de Desastres (NCCR), as aldeias de Apetina, Palumeu, Kwamalasamutu, Alalapadu e Tepu já haviam sido afetadas, enquanto as águas avançavam pelo rio Tapanahony em direção ao Marowijne e à região paramacã. As autoridades demonstraram preocupação especial com as áreas agrícolas e com a infraestrutura local, visto que a destruição das lavouras poderia comprometer diretamente o abastecimento das aldeias. O governo formou uma equipe de gestão de crise para acompanhar a situação e definir medidas de resposta. O episódio evidencia como a questão ambiental se articula à segurança alimentar, à proteção de populações indígenas e à necessidade de ampliar a capacidade de prevenção de desastres no interior do país [2].

Referências

[1]Disponível em: <https://dlsurf.com/@limfmsu8307/suriname-flooding-remote-villages-april-2026>.

[2]Disponível em: <https://www.surinametimes.com/artikel/water-level-keeps-rising-in-hinterland>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Durante o mês de maio, não foram registradas muitas ações do governo venezuelano em relação à Amazônia. No âmbito da política externa, houve uma manifestação do chanceler Yván Gil no Dia Internacional da Biodiversidade (22 de maio). Em postagem no Instagram, ele reafirmou o compromisso da Venezuela com a conservação da diversidade biológica do planeta ao afirmar que “a proteção dos nossos ecossistemas, como a Amazônia, é essencial, pois eles nos fornecem alimentos, água limpa e ar puro, além de contribuírem para a regulação do clima, elementos indispensáveis para garantir um futuro sustentável para as gerações vindouras” [1].

Além disso, em maio ocorreu a implementação do Plano de Saúde Yanomami. Entre os dias 18 e 21, a Direção Estatal de Saúde (DES), por meio da Direção de Saúde Indígena, Intercultural e Terapias Complementares, fez atendimentos médicos a comunidades de difícil acesso na região amazônica [2]. A ação contou com apoio da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). As localidades atendidas foram as de Sierra Parima e de Mavaca, no município de Alto Orinoco, no estado Amazonas [3]. A implementação do plano ocorreu alguns dias depois da denúncia de abusos sexuais cometidos pelo médico José García no Centro de Diagnóstico Integral (CDI) La Esmeralda nesse mesmo município. Seis mulheres do povo indígena Yekwana fizeram a denúncia por meio da organização Tejidos de Dignidad e exigiram a intervenção do Ministério Público e o apoio do Ministério del Poder Popular para los Pueblos Indígenas (MINPI) [4].

Também no mês de maio, foi oficializado um convênio entre a Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) e o Banco de Desenvolvimento de América Latina e Caribe (CAF) para o projeto “Satélites de inclusão intercultural: telemedicina para comunidades indígenas na Amazônia venezuelana”. A iniciativa buscará implementar serviços de saúde a distância para povos originários que habitam regiões remotas do país. O acordo foi assinado no dia 13 de maio pelo reitor Arturo Peraza, pelo presidente executivo do CAF, Sergio Díaz-Granados, e pelo representante para Venezuela do CAF, Xavier Prieto [5].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.laiguana.tv/articulos/1529555-venezuela-conservacion-planeta/>.

[2]Disponível em: <https://www.laiguana.tv/articulos/1530482-plan-salud-yanomami-amazonas/>.

[3]Disponível em: <https://mpps.gob.ve/plan-salud-yanomami-garantizo-atencion-medica-en->

[comunidades-de-dificil-acceso-en-amazonas/](#).

[4]Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/mujeres-indigenas-yekwana-denuncian-abusos-sexuales-por-parte-de-medico-en-cdi-de-amazonas/>.

[5]Disponível em: <https://elucabista.com/2026/05/15/atencion-medica-a-comunidades-indigenas-llevaran-la-ucab-y-caf-con-proyecto-de-telemedicina/>.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Em 8 de maio, foi divulgado que o fenômeno *El Niño* representará um grande risco para os ecossistemas da América Latina, principalmente os da Amazônia, em 2026 [1]. Dados disponibilizados por institutos internacionais, como o *Centro Internacional para la Investigación del Fenómeno de El Niño* (CIIFEN), do Equador, e o *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA), dos Estados Unidos, mostram que os eventos de maior incidência na região tendem a ser secas severas, mudanças no regime de chuvas, aumento do risco de incêndios e queda nos níveis dos rios. Representando o Observatório Regional Amazônico (ORA/OTCA), a especialista Isabelle Vilela disse que ainda é cedo para afirmar quais serão os principais impactos do *El Niño* neste ano e que o monitoramento contínuo dos oceanos e condições atmosféricas será a chave para a redução das incertezas.

As consequências do fenômeno incidem não apenas sobre as condições climáticas, como também sobre economia local, uma vez que a redução dos níveis dos rios pode, por exemplo, comprometer a navegabilidade, o acesso à água potável das comunidades e atividades de pesca e agricultura. Nesse cenário, a cooperação entre os países amazônicos mostra-se fundamental para a formulação de políticas públicas baseadas no intercâmbio de dados e aprimoramento de sistemas de monitoramento, que visam à construção de respostas rápidas e adequadas para a prevenção e controle de eventos extremos.

A ação coletiva também esteve no centro da ExpoMIF, realizada na cidade de Villavicencio, na Colômbia [2]. Organizada pela Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) e pelo ORA, o evento tratou sobre boas práticas de dez países, consolidadas pela participação das delegações que juntas somaram cerca de 200 representantes, entre autoridades, líderes de povos indígenas e membros de organismos de cooperação internacional. Ao final, foram assinados 15 acordos coletivos e 31 acordos bilaterais que tratam sobre a importância das brigadas comunitárias, monitoramento territorial e integração de conhecimentos técnicos, científicos e tradicionais.

No dia 19 de maio, a OTCA, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), lançou o projeto “Sistemas Aquíferos Amazônicos (SAA): Rumo a uma melhor compreensão dos Sistemas Aquíferos Amazônicos para sua Proteção e Gestão Sustentável” [3]. A cerimônia de lançamento contou com a participação das delegações dos oito países amazônicos, incluindo especialistas em águas subterrâneas. Na Amazônia, as águas subterrâneas desempenham um papel essencial na segurança hídrica da região, garantindo a manutenção dos ecossistemas e a regulação climática, principalmente em épocas de estiagem. Ações como fortalecem a implementação das Ações Estratégicas 2 e 3 do Programa de Ações Estratégicas para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) da Bacia Amazônica, a governança das águas subterrâneas e a geração de bens públicos regionais nos próximos cinco anos.

Para alcançar esses objetivos, o Projeto SSA está estruturado em cinco pilares: pesquisa científica, fortalecimento da governança transfronteiriça, implementação de projetos piloto, desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais e elaboração de uma Análise Diagnóstica Transfronteiriça e de um capítulo do Programa de Ações Estratégicas para os sistemas aquíferos amazônicos. Além destas estão previstas ações de monitoramento da mineração aurífera nos aquíferos da Bolívia, caracterização hidrogeológica do sistema aquífero da Bacia do Rio Napo, no Equador, projetos binacionais entre Brasil e Bolívia, dentre outros.

No dia 20 de maio, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do Fórum

Internacional “Integração Regional na América Latina e no Caribe: da visão à ação”, realizado em Cartagena, na Colômbia, e organizado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) [4]. O evento trouxe debates sobre sustentabilidade ambiental, transição energética, resiliência climática e segurança alimentar, além de contar com espaços para a discussão de ações concretas para o desenvolvimento sustentável da região.

Grazziotin integrou a mesa “Bens comuns regionais: ecossistemas, sustentabilidade e integração regional” e em sua fala apontou que a Amazônia deve ser compreendida como um bem comum regional e global, além de destacar que a OTCA é a única instância intergovernamental que tem o desenvolvimento sustentável da Amazônia como um pilar central, em consonância com as Declarações de Belém, de 2023, e de Bogotá, de 2025, e iniciativas como o Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA). Ao final do fórum, o CAF anunciou um investimento regional de US\$ 10 bilhões até 2031 para financiar projetos de integração na América Latina e no Caribe.

Também no dia 20, o evento *Firethon* debateu inovações em modelagem preditiva de incêndios na Amazônia [5]. Representando o ORA/OTCA, o coordenador Arnaldo Carneiro disse que o principal desafio do momento é desenvolver abordagens preventivas que sejam capazes de antecipar esses eventos. A posição foi compartilhada por Biviani Rojas, que destacou a articulação regional e multissetorial como essencial para conter o avanço de incêndios na região. Outros especialistas destacaram que o desenvolvimento de modelos preditivos deve ser acompanhado de outras ações, como a incorporação de dimensões socioeconômicas e estratégias de restauração pós-fogo. Dentre as instituições que participaram do *Firethon* estavam a *Fundación Amigos de la Naturaleza*, a *Global Wildfire Collective* e universidades brasileiras, como a UNAM, UFRJ e a UnB.

Na sequência de eventos, o workshop *Fire Data*, organizado pela OTCA, tratou sobre novidades nos dados, sistemas e ferramentas disponíveis para o controle e prevenção de incêndios florestais na Amazônia [6]. Com o apoio do ORA, do projeto CoRAmazonia (GIZ), do *Global Fire Hub* e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), os participantes debateram possíveis lacunas de informação e necessidades de fortalecimento de capacidades nos países amazônicos que podem ser superadas através da cooperação regional e intercâmbio de dados. Nesse aspecto, Carlos Salinas, coordenador de Meio Ambiente da OTCA, disse que os países amazônicos trabalham há mais de uma década nesse tema e salientou o Memorando de Entendimento sobre Manejo Integrado do Fogo entre os Países Membros da OTCA, que orienta os trabalhos nessa área. Já Arnaldo Carneiro, coordenador do ORA, alertou sobre a degradação acelerada do bioma amazônico e o papel do observatório em criar ferramentas úteis para tomadas de decisão.

No fim do mês, entre os dias 26 e 27 de maio, membros da OTCA participaram do “Encontro Nacional da Colômbia: Intercâmbio de experiências sobre o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) da OTCA, com ênfase nos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial”, realizado em Bogotá [7]. O objetivo foi promover o MAPI, suas diretrizes e prioridades, além de temas ligados à biodiversidade, sistemas de conhecimento e direitos dos povos indígenas, principalmente aqueles que vivem em isolamento. O evento aconteceu no Palácio San Carlos, sede do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, e contou com a participação de autoridades colombianas ligadas à Secretaria da Comissão Nacional para a Prevenção e Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas em Isolamento ou em Estado Natural (CPIAEN) e da Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC).

Um dos principais resultados do encontro foi a elaboração de propostas dentro do tema “Segurança territorial e jurídica para os PIACI e a proteção dos seus direitos” que reivindicaram processos de diálogo intercultural, intercâmbio técnico e elaboração coletiva dentro do MAPI [8]. Como em outras oportunidades, a necessidade de coordenação entre governos e organizações indígenas foi posta como prioridade, bem como a articulação de sistemas de conhecimento indígena, diálogo entre povos vizinhos e territórios transfronteiriços, fortalecimento de mecanismos de financiamento, participação de jovens e mulheres indígenas e identificação de fatores de risco para as comunidades.

O encerramento do encontro contou com a presença da vice-ministra de Relações Exteriores da Colômbia, Juana Esperanza Castro, e do coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani. O encontro faz parte da iniciativa “Raíces Indígenas para a Governança Amazônica (RAIGA)” do Programa

Amazonia+, financiado pela União Europeia, com o apoio da Agência Italiana para a Cooperação ao Desenvolvimento (AICS), pela Fundação Internacional e para a Ibero-América de Administração e Políticas Públicas (FIAP) e pela *Expertise France*.

Referências

- [1]Disponível em: <https://otca.org/pt/el-nino-em-2026-pode-intensificar-riscos-climaticos-na-amazonia/>.
- [2]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-amazonia-reforca-a-cooperacao-regional-no-combate-aos-incendios-florestais-atraves-da-expomif/>.
- [3]Disponível em: <https://otca.org/pt/aquiferos-amazonicos-ganham-projeto-regional-para-fortalecer-conhecimento-e-protecao-das-aguas-subterraneas/>.
- [4]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-destaca-cooperacao-amazonica-e-integracao-regional-em-forum-internacional-da-caf-na-colombia/>.
- [5]Disponível em: <https://otca.org/pt/firethon-debate-modelagem-de-incendios-florestais/>.
- [6]Disponível em: <https://otca.org/pt/fire-data-articula-cooperacao-regional-para-fortalecer-o-monitoramento-e-a-resposta-a-incendios-na-amazonia/>.
- [7]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-o-governo-da-colombia-e-a-opiac-promovem-um-dialogo-regional-sobre-os-povos-indigenas-da-amazonia-e-a-piaci/>.
- [8]Disponível em: <https://otca.org/pt/encontro-nacional-da-colombia-sobre-o-mapi-conclui-com-propostas-para-reforcar-a-seguranca-territorial-e-juridica-dos-piaci/>.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Junho de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	60
Brasil.....	62
Colômbia.....	63
Equador.....	63
Guiana.....	64
Peru.....	65
Suriname.....	68
Venezuela.....	68
OTCA.....	69

Bolívia

Por Débora Bedim e Maria Clara Dutra Pontes

Em 9 de junho, o governo boliviano lançou o projeto “Salvaguardando os Sistemas de Vida da Selva Amazônica da Bolívia”, impulsionado pelo Ministério do Planejamento do Desenvolvimento e Meio Ambiente (MPDyMA). O projeto conta com financiamento de US\$ 18,78 milhões provenientes do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



(PNUD). Operará por sete anos, com execução retroativa de julho de 2025 a julho de 2032. A iniciativa beneficiará mais de 400 mil pessoas em quatro regiões que integram a Amazônia boliviana: Norte de La Paz, Beni, Pando e Norte de Santa Cruz, com os objetivos de fortalecer a governança territorial, garantir que as comunidades indígenas e os atores locais tenham participação na tomada de decisão acerca dos recursos naturais, proteger a biodiversidade e promover meios sustentáveis como alternativa aos métodos extrativos convencionais [1].

No dia 10 de junho, o Ministério dos Hidrocarbonetos informou que mais de 450 habitantes de oito comunidades rurais da região amazônica de Pando, dos municípios de Santa Rosa del Abuná, Sena e Puerto Gonzalo Moreno, seriam beneficiados com subprojetos de eletrificação rural, a partir do Projeto IDTR III, que conta com o financiamento do Banco Mundial e é executado pela empresa estatal ENDE Corporación, buscando alcançar a universalização do acesso à energia elétrica [2].

Em 16 de junho, o ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Fernando Aramayo, participou como palestrante do Fórum “Coreia-América Latina sobre Cooperação Futura 2026”, em Seul, na Coreia do Sul, que reuniu diversas autoridades governamentais da América Latina e do Caribe. O ministro ressaltou o potencial do país em contribuir para novas cadeias globais de valor ligadas à inteligência artificial, à transição energética e à transformação digital, na medida em que o país possui minerais críticos e matérias-primas para a produção de recursos energéticos. Também destacou a importância de ampliar a cooperação entre a Bolívia e a Coreia, com base na transferência de tecnologia, na formação de centros de pesquisa e na capacitação de profissionais, para fortalecer a industrialização sustentável do país [3].

Em 25 de junho, a Bolívia assumiu a vice-presidência do primeiro Conselho Diretivo do Mecanismo Amazônico para a Cooperação e a Ação (MACA), criado no marco da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em reunião realizada em Brasília, capital do Brasil, a fim de fortalecer as capacidades institucionais, angariar financiamento e promover medidas para proteção de florestas, da biodiversidade e das comunidades que vivem na Amazônia [4].

Em 30 de junho, o governo boliviano e o Reino da Noruega, por meio de seus ministros do Meio Ambiente, Fernando Romero Pinto e Andreas Bjelland Eriksen, realizaram um encontro bilateral para aprofundar a cooperação em florestas, mudanças climáticas e financiamento climático. A reunião buscou construir uma aliança estratégica voltada para a proteção das florestas tropicais, a redução das emissões de metano e o acesso a mecanismos de financiamento climático. Foi ressaltada a liderança norueguesa em projetos de financiamento para a redução do desmatamento e o potencial do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, presidido pela Noruega e pelo Brasil, do qual a Bolívia manifestou interesse em se tornar beneficiária, além do fortalecimento da cooperação em monitoramento florestal, prevenção de incêndios com uso de sistemas de satélite e inteligência artificial, e redução de emissões [5].

Ainda no dia 30 de junho, o presidente Rodrigo Paz reuniu-se com o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva em um encontro bilateral durante a Cúpula do Mercosul, em Assunção, no Paraguai, no qual discutiram a extração de gás natural e decidiram acelerar as negociações para a assinatura de acordos entre as empresas estatais Petrobras, brasileira, e Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), boliviana. Na ocasião, também foi informado que uma delegação ministerial boliviana seria recebida pela presidente da Petrobras, Magda Chambriard, no Rio de Janeiro, para tratar do tema [6].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21203>.
- [2]Disponível em: <https://larazon.bo/economia-y-empresa/2026/06/10/proyecto-idtr-iii-llevara-energia-electrica-a-la-amazonia-pandina/>.
- [3]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/06/16/25370/>.
- [4]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21215>.
- [5]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21220>.
- [6]Disponível em: <https://www.europapress.es/internacional/noticia-lula-paz-convienen-agilizar-negociaciones-petrobras-ypfb-explotacion-gas-20260701060846.html>.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em 10 de junho de 2026, o governo brasileiro anunciou um conjunto de medidas voltadas à proteção ambiental da Amazônia durante cerimônia alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente (comemorado em 5 de junho), realizada no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o Parque Nacional do Tanaru (localizado em Rondônia), ampliou duas unidades de conservação no Piauí, instituiu uma Área de Proteção Ambiental no Pará, destinou R\$ 2 bilhões ao Ibama e ao ICMBio para ações de recuperação da bacia do rio Doce, assinou um decreto para simplificar repasses do Fundo Nacional do Meio Ambiente a estados e municípios para ações de prevenção e combate a incêndios florestais, oficializou uma doação de R\$ 270 milhões do Reino Unido ao Fundo Amazônia, liberou R\$ 393 milhões deste fundo para projetos do Restaura Amazônia e anunciou R\$ 834 milhões do Fundo Clima também para ações de restauração de vegetação nativa. Lula também afirmou que o governo está preparando ações de enfrentamento às consequências de um eventual episódio forte de El Niño no final do ano sobre a Amazônia [1].

Em 11 de junho de 2026, Lula visitou o Observatório Regional Amazônico (ORA), plataforma da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) voltada ao monitoramento ambiental e ao fortalecimento da cooperação entre os oito países amazônicos. Durante a visita, o presidente conheceu as ferramentas de monitoramento e inteligência territorial desenvolvidas pela organização, incluindo sistemas relacionados a recursos hídricos, incêndios florestais, desmatamento e biodiversidade. Na ocasião, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) apresentaram dados atualizados sobre a redução do desmatamento na Amazônia brasileira e no Cerrado. Lula destacou a importância estratégica da OTCA como mecanismo de articulação regional e afirmou que o Brasil busca fortalecer a organização como espaço de coordenação entre os países amazônicos, retomando compromissos estabelecidos após a Cúpula da Amazônia, realizada em Belém, em 2023 [2].

Ainda em 11 de junho de 2026, o Ministério do Meio Ambiente e o BNDES apresentaram, durante a 36ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), um balanço dos 18 anos do mecanismo de financiamento. Os dados mostraram que, desde sua retomada em 2023, o Fundo Amazônia quadruplicou o ritmo anual de aprovação de projetos, passando de uma média de R\$ 300 milhões para R\$ 1,3 bilhão por ano. Entre 2023 e 2026, o período concentrou 57% de todas as aprovações e contratações da história do fundo, voltadas para o combate ao desmatamento e à promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. O balanço também destacou a ampliação de doadores internacionais, que passaram de dois (Alemanha e Noruega) para nove parceiros, com a adesão de países e blocos como Reino Unido, Suíça, Dinamarca, União Europeia, Estados Unidos, Irlanda e Japão [3].

No que toca a exploração de petróleo na Margem Equatorial, a Petrobras informou ao Ibama que a perfuração do poço exploratório Morpho, localizado na Foz do Amazonas, tem previsão de conclusão para 7 de agosto [4]. Além disso, a presidente da empresa, Magda Chambriard, defendeu publicamente a continuidade da exploração de petróleo como elemento central da estratégia de desenvolvimento nacional. Em discurso no dia 23, afirmou que o Brasil precisa decidir entre abrir mão de receitas e investimentos ou manter a produção de petróleo, argumentando que políticas de redução da atividade poderiam comprometer bilhões de reais em arrecadação tributária. Chambriard sustentou que a transição energética deve ocorrer de forma gradual, por meio de uma “adição energética”, em que fontes renováveis complementaríamos, e não substituiríamos, o petróleo [5].

Referências

[1] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2026/06/lula-cria-parque-nacional-em-rondonia-e-amplia-dois-no-piaui.shtml>.

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/presidente-lula-visita-observatorio-regional-amazonico-otca/>.

[3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/06/14/fundo-amazonia-quadruplica-ritmo-de-aprovacao-de-projetos-desde-retomada-em-2023/>.

[4] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2026/06/11/petrobras-estima-fim-da-perfuracao-do-poco-morpho-na-foz-do-amazonas-em-agosto.ghtml>.

[5] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2026/06/vamos-todo-mundo-para-selva-e-vamos-ter-um-ar-maravilhoso-diz-presidente-da-petrobras.shtml>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Ao longo de junho, o governo colombiano buscou fortalecer sua estratégia de enfrentamento ao desmatamento nos territórios amazônicos. No dia 1º de junho, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável anunciou a finalização da capacitação de 286 agentes florestais no âmbito do programa de Extensionismo Florestal para o Manejo Sustentável da Amazônia [1]. A formação de líderes florestais nos territórios amazônicos de Caquetá, Guaviare e Putumayo tem como objetivo garantir que as comunidades tenham agentes florestais que conheçam o território e sejam capazes de traduzir orientações de políticas públicas relevantes e apoiar decisões mais eficazes na governança da Amazônia colombiana. O programa formativo é uma ferramenta do governo colombiano para apoiar o cumprimento da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Desenvolvimento de reduzir o desmatamento em 20%.

Em 25 de junho, o Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina (MAAP), uma iniciativa da ONG Amazon Conservation Team, divulgou dados sobre o desmatamento na região amazônica em 2025 [2]. De acordo com a estimativa do MAAP, o total de floresta desmatada na Amazônia colombiana em 2025 chegou a 69.910 hectares, representando uma redução de 9,95% em relação ao desmatamento registrado em 2024. Os dados oficiais do governo colombiano serão divulgados pelo Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM), agência governamental vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-enfrenta-la-deforestacion-con-286-nuevos-extensionistas-forestales-en-la-amazonia/>.

[2] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/disminuyo-un-935-la-deforestacion-en-la-amazonia-colombiana-en-2025/>.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Entre 1º e 3 de junho de 2026, o Exército equatoriano, com base em informações de inteligência militar, realizou operações contra a mineração ilegal nas províncias de Pastaza, Napo e Morona Santiago, destruindo e apreendendo escavadeiras, dragas, motores e acampamentos clandestinos utilizados na extração ilícita de minerais [1]. Em Zamora Chinchipe, militares também confiscaram munições e armas artesanais. Segundo o Ministério da Defesa, entre 1º de janeiro e 1º de junho de 2026, as Forças Armadas executaram cerca de 1.300 operações diárias em todo o país, resultando em prisões, apreensões de armas e veículos e prejuízos econômicos às organizações criminosas.

Na continuidade dessa ofensiva, em 11 de junho, militares, em coordenação com o Ministério da Defesa e o Centro Nacional de Inteligência, realizaram nova operação nos setores de San José de Huambuno (Napo) e Shell (Pastaza) [2]. A ação destruiu uma plataforma de exploração, 10 escavadeiras, cinco classificadoras, acampamentos logísticos, tanques de combustível e equipamentos elétricos e de



bombeamento, causando prejuízo estimado em US\$ 1,13 milhão às organizações criminosas e reforçando a estratégia de recuperação do controle territorial. Em 12 de junho, durante inspeção em uma área de mineração ilegal recém-identificada na comunidade de Taruka (Sucumbíos), militares foram atacados, dando início a um confronto que resultou na morte de três pessoas e deixou dois militares feridos [3]. A Fiscalía General del Estado instaurou investigação para apurar as circunstâncias do episódio, ocorrido em uma área recentemente identificada pelos serviços de inteligência como novo foco de exploração ilícita.

No dia 11 de junho de 2026, o jornal El Comercio informou que a atividade petrolífera da estatal Petroecuador gerou 36.983 empregos nas províncias amazônicas de Orellana e Sucumbíos entre novembro de 2023 e o primeiro trimestre de 2026 [4]. Desse total, 82,44% das contratações corresponderam à mão de obra local, percentual superior ao exigido pela legislação amazônica. As vagas concentraram-se em atividades de exploração, produção, manutenção, logística e serviços de apoio, principalmente em Orellana (26.509) e Sucumbíos (10.474). O gerente-geral da empresa, Sebastián Maag Pardo, afirmou que a prioridade é assegurar que os benefícios do setor alcancem diretamente as comunidades das áreas de influência petrolífera.

Em 19 de junho, o jornal El Universo informou que as Forças Armadas mantêm uma ofensiva permanente contra a mineração ilegal em Alto Punino, onde organizações criminosas controlam extensas áreas de exploração [5]. Segundo o comandante da Brigada de Selva nº 19 Napo, general Miguel Iturralde, a atividade tornou-se “tão rentável quanto o narcotráfico”, exigindo o emprego de milhares de militares para conter grupos que atuam inclusive em concessões legais e ameaçam comunidades indígenas. A reportagem acrescenta que a expansão da atividade intensifica a violência, a contaminação ambiental e as extorsões, enquanto o Estado enfrenta dificuldades para manter presença contínua e impedir a rápida reconstrução dos acampamentos destruídos.

Em 20 de junho de 2026, o Unicef, com financiamento da União Europeia, passou a apoiar o Ministério da Saúde Pública (MSP) do Equador em uma campanha de vacinação infantil contra a febre amarela em 114 comunidades de difícil acesso nas províncias de Sucumbíos, Orellana, Napo e Pastaza [6]. A iniciativa inclui o envio de equipes de saúde, a capacitação de 900 profissionais para identificar áreas de risco, a organização da logística de distribuição de vacinas e a mobilização de 120 vigilantes comunitários para detecção precoce de casos, além de campanhas informativas em espanhol, quíchua e shuar para ampliar a cobertura vacinal na Amazônia equatoriana.

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/seguridad/ejercito-halla-maquinaria-vinculada-a-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-se-genero-una-afectacion-de-376.675-20260604-0009.html>.
- [2]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/golpe-mineria-ilegal-amazonia-resta-recursos-mafias>.
- [3]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2026/06/15/ecuador-tres-muertos-y-dos-militares-heridos-tras-operativo-contrala-mineria-ilegal>.
- [4] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/impacto-actividad-petrolera-empleo-amazonia>.
- [5]Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/internacional/las-mafias-cambian-lacocaina-por-el-oro-y-construyen-un-negocio-multimillonario-en-la-amazonia-ecuatoriana-nota>.
- [6]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2026/06/20/unicef-y-ue-apoyan-vacunacion-infantil-contrala-fiebre-amarilla-en-la-amazonia-de-ecuador>.

Guiana
Por Guilherme Fritz

No mês de junho de 2026, a Diretora Sênior de Clima e REDD+ do Gabinete da Presidência da

Guiana, Pradeepa Bholanath, divulgou números relacionados às vendas de créditos de carbono, reafirmando a centralidade dessa política para o modelo de desenvolvimento econômico do país. Segundo Bholanath, desde 2022 o país arrecadou aproximadamente US\$ 353 milhões com a comercialização internacional de créditos de carbono, dos quais cerca de US\$ 81 milhões foram destinados diretamente às comunidades indígenas. Ainda segundo o governo, esses recursos financiaram aproximadamente 3.000 projetos comunitários em mais de 240 aldeias indígenas, contemplando iniciativas voltadas à infraestrutura, agricultura, segurança alimentar, transporte, turismo, energia e fortalecimento das economias locais [1][2][3].

As informações reforçam uma das principais características da estratégia guianense para a Amazônia: transformar a conservação florestal em um ativo econômico capaz de financiar políticas públicas e promover desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, o modelo busca conferir legitimidade internacional à exploração petrolífera do país, sustentando que a manutenção da cobertura florestal permite à Guiana permanecer como uma economia de carbono negativo. Dessa forma, o governo procura apresentar os mercados de carbono e a expansão da produção de petróleo como políticas complementares, e não contraditórias, inserindo o país simultaneamente nos mercados globais de ativos ambientais e de hidrocarbonetos [1][2][3].

Dias depois, em 16 de junho, a ExxonMobil solicitou autorização ambiental para uma nova etapa de exploração no bloco Stabroek. O pedido prevê a perfuração de dezenas de novos poços entre 2028 e 2033, ampliando significativamente a capacidade produtiva do principal projeto petrolífero da Guiana. O episódio evidencia que, embora o país tenha consolidado uma posição de destaque nas negociações internacionais sobre clima e biodiversidade, sua inserção na economia política internacional continua profundamente vinculada à expansão da fronteira petrolífera offshore. Sem deixar de evidenciar que o contexto geopolítico, especificamente as disputas no estreito de Ormuz, tornam o petróleo da Guiana uma reserva estratégica no contexto global, visto que pode atenuar algumas inseguranças de abastecimento energético e outras ramificações da cadeia petrolífera. Nesse sentido, a experiência guianense permanece marcada pela coexistência entre duas estratégias complementares de inserção internacional: a valorização econômica da floresta amazônica por meio dos créditos de carbono e a crescente importância geopolítica de suas reservas de petróleo [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://dpi.gov.gy/guyana-earned-us353m-from-carbon-credit-sales-since-2022/>

[2]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-Zh11TXkos>.

[3]Disponível em: <https://dpi.gov.gy/nearly-3000-indigenous-community-projects-funded-through-lcds-revenues>.

[4]Disponível em: <https://www.sahmcapital.com/news/content/exxon-mobil-seeks-environmental-permit-for-exploration-in-offshore-guyana-2026-06-16>.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No mês de junho de 2026, as agendas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Ambiente (MINAM) do Peru mantiveram o ritmo intenso observado nos meses anteriores. O país sediou e participou de importantes fóruns multilaterais, avançou em novas fases de cooperação bilateral e anunciou iniciativas tecnológicas e institucionais voltadas à conservação da Amazônia.

No âmbito multilateral, vale destacar a participação do chanceler peruano, Carlos Pareja, na 56ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada na Cidade do Panamá entre os dias 22 e 24 de junho. Na ocasião, Pareja ressaltou a plena vigência da Carta Democrática Interamericana, instrumento cuja adoção, em 2001, contou com protagonismo peruano por iniciativa do então chanceler Javier Pérez de Cuéllar. Defendeu que a passagem do seu 25º aniversário deve servir para renovar o compromisso

político dos Estados-membros com a defesa da democracia no hemisfério, destacando que essa defesa exige vontade política concreta. O chanceler estendeu convite aos países-membros para participar dos atos comemorativos previstos para Lima e Washington D.C., em setembro. À margem da Assembleia, Pareja também manteve reunião bilateral com o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, na qual foram discutidos temas de integração fronteiriça, segurança, conectividade, cooperação regional e os preparativos para a comemoração conjunta, em 2027, do bicentenário das relações diplomáticas entre os dois países [1].

Ainda no plano multilateral, no dia 24 de junho, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) instalou, em Brasília, o Conselho Diretivo do Mecanismo Amazônico para a Cooperação e a Ação (MACA), novo instrumento financeiro regional criado para mobilizar, gerir e canalizar recursos destinados a projetos estratégicos de desenvolvimento sustentável na Amazônia, com meta de captar US\$ 250 milhões ao longo de dez anos junto a bancos multilaterais e outras fontes de cooperação. Os países-membros elegeram por consenso o Peru para a presidência do Conselho Diretivo e a Bolívia para a vice-presidência, cabendo aos dois países conduzir os trabalhos do mecanismo durante seu primeiro ano de funcionamento. Ao assumir a presidência, o diretor de Assuntos Amazônicos do MRE peruano, César Joycep Aréstegui Bravo, reafirmou o compromisso de avançar rumo a resultados concretos que permitam colocar o mecanismo em funcionamento e consolidar uma fonte de financiamento previsível e sustentável para as prioridades regionais da Amazônia [2].

No campo da conservação de ecossistemas estratégicos, o MINAM, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediou em Lima, entre os dias 30 de junho e 2 de julho, a 4ª Reunião de Sócios da Iniciativa Global de Turberas (GPI4), sob o lema “Turberas como meios de vida e as condições para sua conservação e manejo sustentável”, reunindo representantes de governos, comunidades locais, povos indígenas, organizações internacionais e especialistas para fortalecer a cooperação internacional em torno da proteção desses ecossistemas. O encontro teve sequência nos dias 3 e 4 de julho com uma visita técnica aos aguajales amazônicos da região de Loreto, da qual participaram delegações da Indonésia, da República Democrática do Congo, da República do Congo, da Colômbia e da Mongólia, além do Peru. A realização do GPI4 em território peruano reafirma o protagonismo do país na proteção das turberas amazônicas, que armazenam cerca de 20 bilhões de toneladas de carbono e cobrem aproximadamente 120 mil quilômetros quadrados, concentradas majoritariamente na região de Loreto [3] [4].

Também no âmbito da cooperação técnica multilateral, o MINAM, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), promoveu, entre os dias 15 e 19 de junho, um workshop de capacitação de especialistas voltado à atualização dos dados de desmatamento e degradação florestal referentes a 2025, cobrindo as regiões da Costa, da Serra e da Amazônia. O ministério conta atualmente com uma malha de 40 mil parcelas distribuídas por todo o território nacional, cada uma com 25 pontos de observação, que permite registrar mudanças na cobertura e no uso do solo ao longo dos últimos 24 anos. A iniciativa fortalece o recém-inaugurado Centro de Monitoramento e Avaliação de Ecossistemas e Recursos Naturais (CMERN) do MINAM e contribui para consolidar as ações de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), consideradas indispensáveis para estimar emissões florestais, cumprir compromissos internacionais e viabilizar o acesso a financiamento climático e a mecanismos de retribuição econômica para comunidades que conservam as florestas [5].

Já no plano das relações bilaterais, o MINAM avançou em uma nova fase de cooperação com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) voltada à gestão sustentável de florestas e zonas úmidas na Amazônia peruana, no âmbito do projeto “ProBosques e Humedales”, em execução desde 2022 nas regiões de Loreto, Ucayali e San Martín e com previsão de continuidade até 2027. A iniciativa busca fortalecer o monitoramento florestal por satélite, promover bionegócios baseados em produtos nativos como o aguaje e capacitar comunidades locais e funcionários regionais em gestão sustentável dos recursos naturais, em um contexto no qual a Amazônia peruana perde anualmente mais de 150 mil hectares de florestas em razão de atividades ilegais, da expansão agrícola desordenada e de economias ilícitas [6].

No início do mês, no dia 2 de junho, o MRE oficializou a adesão do Peru ao Compromisso Intergovernamental sobre a Posse da Terra (ILTC), iniciativa promovida pela Aliança de Líderes por



Florestas e Clima (FCLP), voltada a deter e reverter o desmatamento até 2030. A adesão deve fortalecer a segurança territorial de 51 povos indígenas peruanos e ampliar o acesso do país à cooperação internacional e ao financiamento climático para projetos de conservação e restauração, sendo implementada de forma articulada entre os ministérios do Ambiente (MINAM), do Desenvolvimento Agrário e Irrigação (MIDAGRI) e da Cultura (MINCUL), no marco da Estratégia Nacional sobre Mudança Climática e das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) do país [7].

Já no âmbito nacional, o Instituto de Investigações da Amazônia Peruana (IIAP), organismo vinculado ao MINAM, divulgou os avanços de seu Laboratório de Inteligência Artificial, voltado a converter grandes volumes de dados, imagens e sons da floresta em informação estratégica para a conservação da biodiversidade. Entre as ferramentas desenvolvidas, está um sistema capaz de identificar espécies por seus sons e diferenciar ruídos de origem humana, natural e biológica, o que permite compreender melhor os impactos de estradas, plantações e turismo, além de auxiliar na detecção de desmatamento e mineração ilegal. O laboratório também emprega drones para modernizar a contagem de palmeiras de aguaje e monitorar variações térmicas em cidades amazônicas, bem como aplica inteligência artificial na automatização da contagem de pós-larvas de peixes em projetos de aquicultura [8].

Poucos dias depois, a vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais do MINAM, Carmen Vegas, acompanhada de embaixadores, representantes de organismos internacionais e empresários, visitou as instalações do IIAP em Iquitos, na região de Loreto, para conhecer de perto os avanços tecnológicos e científicos que vêm transformando a gestão sustentável dos recursos naturais na Amazônia. Na ocasião, a comitiva conheceu o Laboratório de Inteligência Artificial, a supercomputadora “Manatí” e os laboratórios de Química de Produtos Naturais e de Biologia e Genética Molecular, nos quais são investigados compostos derivados da biodiversidade amazônica e aplicadas ferramentas de DNA ambiental para identificação de espécies e monitoramento de ecossistemas. O instituto também vem aproximando a ciência e o conhecimento amazônico da população por meio de aplicativos móveis de identificação de flora e fauna, plataformas digitais de acesso aberto e experiências de realidade virtual [9].

Por fim, no início de julho, o MINAM e a organização San Diego Zoo Wildlife Alliance–Peru oficializaram um convênio de cooperação para fortalecer a conservação da diversidade biológica do país por meio da pesquisa científica, do intercâmbio de capacidades e do desenvolvimento de ferramentas inovadoras. A organização, sem fins lucrativos, atua de forma articulada com o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) na Estação Biológica Cocha Cashu, localizada no Parque Nacional do Manu, onde conduz pesquisas científicas voltadas à conservação da biodiversidade e ao fortalecimento do conhecimento sobre os ecossistemas amazônicos [10].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1410554-peru-destaca-vigencia-de-la-carta-democratica-interamericana-en-la-56-asamblea-general-de-la-oea>.
- [2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1412804-peru-asume-la-presidencia-del-consejo-directivo-del-mecanismo-amazonico-para-la-cooperacion-y-la-accion-maca>.
- [3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1411232-peru-sera-sede-de-reunion-global-para-impulsar-la-conservacion-de-las-turberas-amazonicas-y-del-mundo>.
- [4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1412906-minam-y-el-pnuma-reunen-a-lideres-mundiales-para-fortalecer-la-proteccion-de-las-turberas-frente-al-cambio-climatico>.
- [5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1410660-minam-y-fao-fortalecen-monitoreo-de-bosques-para-frenar-la-deforestacion-y-proteger-los-ecosistemas-del-peru>.
- [6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1410701-minam-y-jica-impulsan-nueva-fase-de-cooperacion-para-la-gestion-sostenible-de-bosques-y-humedales-en-la-amazonia>.
- [7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1400345-peru-fortalece-su-compromiso-internacional-para-proteger-los-bosques-y-los-territorios-indigenas>.
- [8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1400660-minam-iiap-incorpora>.



[inteligencia-artificial-que-convierte-datos-imagenes-y-sonidos-del-bosque-en-informacion-para-cuidar-la-amazonia](#).

[9]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1408756-minam-conoce-las-innovaciones-que-estan-transformando-la-conservacion-de-la-amazonia-mediante-el-uso-de-drones-ia-y-genetica>.

[10]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1413152-minam-y-san-diego-zoo-wildlife-alliance-peru-unen-esfuerzos-para-fortalecer-la-conservacion-de-la-biodiversidad>.

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de junho, o jornal local Mongabay publicou um comentário do etnobotânico Mark Plotkin acerca dos rumos do desenvolvimento econômico do Suriname, tendo como foco a expansão de projetos agroindustriais voltados à produção de soja. Segundo o autor, a adoção desse modelo de desenvolvimento reproduziria uma trajetória já observada em outros países sul-americanos, caracterizada pela conversão de áreas florestais em grandes monoculturas destinadas à exportação. Plotkin argumenta que, embora tais projetos sejam frequentemente apresentados como instrumentos de modernização econômica e geração de empregos, sua elevada mecanização limita os efeitos positivos sobre o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que amplia pressões sobre a floresta amazônica, os recursos hídricos e os modos de vida das populações tradicionais. O autor também alerta para o risco de que grandes concessões de terras a investidores estrangeiros reduzam a capacidade do Estado de controlar o uso do território e de direcionar os benefícios econômicos do setor agrícola para o desenvolvimento social em nível nacional [1].

A análise dialoga diretamente com os debates que ganharam força no Suriname ao longo dos últimos anos sobre a compatibilização entre crescimento econômico e preservação ambiental. País com cerca de 93% de cobertura florestal e reconhecido internacionalmente como uma economia de carbono negativo, o Suriname enfrenta o desafio de ampliar sua produção agrícola e diversificar sua economia sem reproduzir modelos de ocupação territorial associados ao desmatamento em outras partes da Amazônia. Embora o texto de Plotkin represente uma posição analítica e não um posicionamento oficial do governo, ele evidencia que a governança amazônica no país ultrapassa a dimensão ambiental e passa a incorporar debates sobre soberania, segurança alimentar, investimento estrangeiro, economia política do desenvolvimento e, em última instância, de poder político. Nesse sentido, a discussão reforça que a preservação da floresta amazônica depende não apenas de mecanismos de conservação, mas também das escolhas relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país [1].

Referências

[1]Disponível em: <https://news.mongabay.com/2026/06/suriname-will-not-be-saved-by-soybeans-commentary/>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de junho de 2026 na Venezuela foi marcado negativamente pela ocorrência de fortes abalos sísmicos (de magnitude 7.2 e 7.5) na região norte do país, que aconteceram no dia 24. A ocorrência do desastre demandou que a atenção do Estado e o emprego de recursos logísticos fossem redirecionados imediatamente para operações de emergência civil de escala nacional e socorro aos atingidos. Com isso, houve uma desaceleração temporária de novos anúncios institucionais focados na política ambiental na região sul, que abriga a Amazônia venezuelana [1].

Para além disso, antes da ocorrência dos terremotos, ocorreram ações da Operação Escudo Bolivariano

e da Operação Neblina, promovidas pela Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). No dia 09, a FANB desalojou líderes de grupos armados que atuavam na região sul da Venezuela. A operação aconteceu dois meses depois da aprovação da nova Lei de Mineração, que permite a atuação de investidores estrangeiros na região [2]. A região, no entanto, permanece amplamente controlada por militares e organizações criminosas. Segundo a ONG SOS Orinoco, essa operação “evidencia que existem pressões políticas para reconfigurar o controle do território”, além de alertar que esse tipo de ação apresenta riscos, pois “uma intervenção centrada unicamente na força militar, sem um enfoque integral, pode desencadear, de imediato, deslocamentos massivos da população, aprofundamento da crise humanitária e violência contra civis inocentes”. Em conclusão, a ONG aponta ser “impossível estabilizar o sul do Orinoco sem desmontar o modelo mafioso que permitiu a expansão de economias extrativistas ilegais e estruturas armadas” [3]. Ainda sobre a referida operação, a ONG PROVEA pediu que o governo de Delcy Rodríguez tenha transparência sobre o mega operativo e divulgue maiores informações sobre o alcance, as pessoas detidas e a situação de civis [4].

Referências

- [1]Disponível em: <https://reliefweb.int/report/venezuela-bolivarian-republic/terremotos-en-venezuela-reporte-de-situacion-1-25-de-junio-de-2026-hora-0300-am>.
- [2]Disponível em: <https://efe.com/mundo/2026-06-10/venezuela-ejercito-zona-minera-lideres-armados/>.
- [3]Disponível em: <https://sosorinoco.org/es/referencias/articulos/ejercito-desaloja-a-lideres-armados-de-zona-minera-del-sur-de-venezuela-segun-ong/>.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 2 de junho, membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica participaram do evento “Fronteiras do Fogo: cooperação regional para proteger a Amazônia diante de um novo ciclo de risco climático – El Niño 2026-2027” realizado durante a Semana Amazônica de Berlim, na Alemanha [1]. Ao longo dos encontros, os representantes dialogaram sobre os riscos associados às mudanças climáticas e os impactos do El Niño na região, bem como a importância do Manejo Integrado do Fogo e estratégias associadas. O evento foi organizado pela Embaixada da Colômbia na Alemanha e pela OTCA, e contou com o apoio da agência de cooperação alemã (GIZ) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Por parte da OTCA, os participantes destacaram o Memorando de Entendimento sobre o Manejo Integrado do Fogo, a Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo e o Observatório Regional Amazônico como instrumentos que buscam fortalecer a integração e a cooperação dos países amazônicos frente aos incêndios florestais. Cientistas, pesquisadores, líderes de povos indígenas e autoridades da Colômbia, Brasil, Peru, Costa Rica, Venezuela e Alemanha firmaram o compromisso de aprofundar a cooperação regional e internacional para proteção e conservação da Amazônia neste tema.

No dia 11 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou as instalações do Observatório Regional Amazônico em Brasília [2]. Acompanhado de ministros e autoridades, Lula assistiu à apresentação feita pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI) com dados recentes sobre a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado coletados pelo Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter). Depois, o presidente brasileiro conheceu os módulos temáticos do ORA e conversou com o Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, que destacou os avanços da organização para a coordenação dos países amazônicos e divulgação de dados e conhecimento científico. Participaram da visita, para além de Lula, os embaixadores do Brasil, Peru, Suriname e Venezuela, o encarregado de negócios da Bolívia e o ministro-conselheiro da Colômbia, além de representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

No dia 24, foram eleitos os primeiros membros do Conselho Diretivo do Mecanismo Amazônico de Cooperação e Ação (MACA) em Brasília, concluindo os trabalhos que começaram em 2024 [3]. O instrumento, criado para mobilizar recursos financeiros, será dirigido pelo peruano César Joycep Aréstegui Bravo, Diretor de Assuntos Amazônicos da Direção-Geral para Assuntos da América do Ministério de Negócios Estrangeiros do Peru, que afirmou o compromisso de consolidar uma fonte de financiamento previsível e sustentável que seja capaz de lidar com os desafios da Amazônia. O Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, destacou que esse é um marco na institucionalidade da OTCA e que os próximos passos incluem a elaboração de uma estratégia de captação de recursos internacionais e a elaboração de um Plano de Trabalho do MACA para o próximo ano.

Para finalizar o mês de junho, a OTCA organizou o seminário “Construindo uma agenda de infraestrutura sustentável, inclusiva e resiliente para a Amazônia” em sua sede em Brasília [4]. No evento foram apresentadas boas práticas e ações realizadas na Colômbia, no Equador, no Brasil e no Peru, principalmente no setor de transportes, e propostas para fomentar um novo modelo de desenvolvimento que responda às necessidades da região amazônica e o bem-estar de suas populações. Representando o setor de Políticas para a América Latina e o Caribe da WWF, a líder regional Maria Inés Rivadeneira, destacou que novos projetos de infraestrutura devem incorporar critérios de sustentabilidade, resiliência climática, conectividade ecológica e gestão integrada do território. Também participaram do evento representantes da organização Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), do Grupo de Trabalho sobre Infraestruturas e Justiça Socioambiental (GT Infra), da WWF, do Instituto Pan-amazônico (IPA), do Fórum Social Pan-amazônico (FOSPA), da Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS) e do Instituto de Energia e Ambiente (IEMA).

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-embaixada-da-colombia-na-alemanha-e-a-otca-promovem-a-cooperacao-diplomatica-e-cientifica-para-proteger-a-amazonia-contra-o-el-nino/>.

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/presidente-lula-visita-observatorio-regional-amazonico-otca/>.

[3]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-instala-o-conselho-de-administracao-do-maca-e-escolhe-o-peru-e-a-bolivia-para-liderar-o-seu-primeiro-ano-de-funcionamento/>.

[4]Disponível em: <https://otca.org/pt/dialogo-regional-impulsiona-uma-agenda-de-infraestrutura-sustentavel-para-a-amazonia/>.